



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

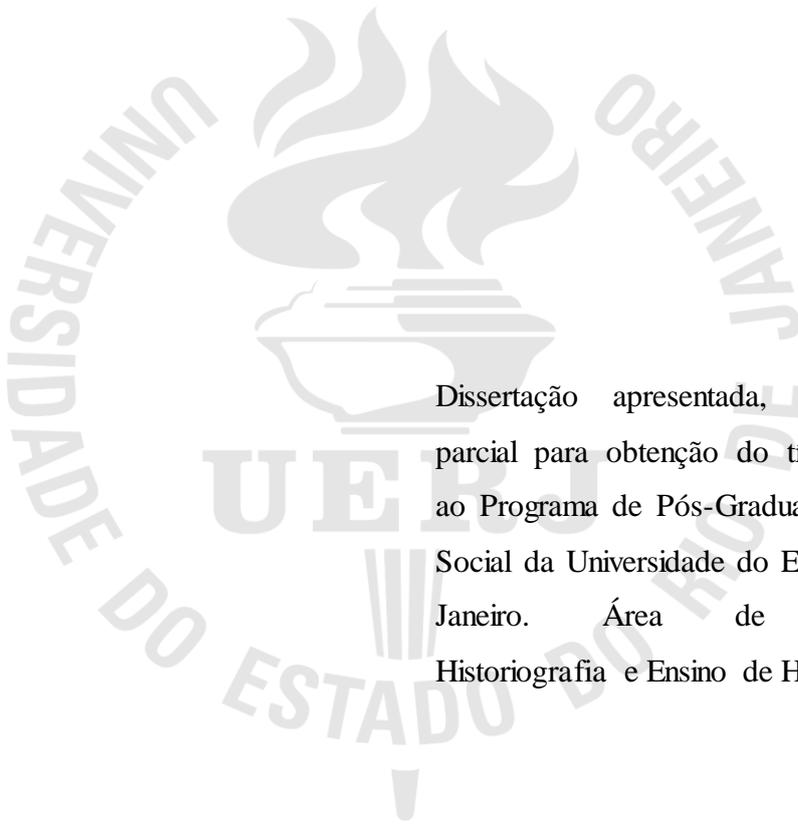
Janaina Santana Alves da Silva

**Título: Canudos: um estudo sobre sua representação nos
Livros Didáticos (1997-2016)**

São Gonçalo
2022

Janaina Santana Alves da Silva

Título: Canudos: um estudo sobre sua representação nos Livros Didáticos (1997-2016)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Historiografia e Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Janaina Santana Alves da Silva

Título: Canudos: um estudo sobre sua representação nos Livros Didáticos (1997-2016)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Historiografia e Ensino de História

Aprovada em XX de mês de ano.

Banca Examinadora:

Orientador Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes - Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida da Silva Cabral - Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Juçara da Silva Barbosa de Mello - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto.

Leonardo Boff

RESUMO

SILVA, Janaina Santana Alves da. Canudos: Um estudo sobre sua representação nos livros didáticos (1997-2016). 2022. xxxf. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Na historiografia Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro, possuem vários sentidos, que, por vezes estão associados: movimento monarquista, movimento social de resistência à oligarquia da Primeira República, movimento messiânico. Neste estudo, analisamos como os livros didáticos, após um século de sua eclosão e de intensos debates historiográficos, aborda a temática. Buscamos compreender como certas interpretações historiográficas e algumas fontes documentais – como as fotografias e os filmes – são apreendidos na construção da narrativa histórica escolar sobre esse acontecimento.

Palavras-chave: Canudos, Representações, Livro Didático

ABSTRACT

SILVA, Janaina Santana Alves da. Canudos: A study on its representation in textbooks (1997-2016). 2022. xxxf. Dissertation (Master in Social History) – Faculty of Teacher Training, State University of Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

In historiography, Canudos and its leader, Antônio Conselheiro, have various meanings, which are sometimes associated: monarchist movement, social movement of resistance to the oligarchy of the First Republic, messianic movement. In this study, we analyze how textbooks approach the subject, a century after its emergence and intense historiographical debates. We seek to understand how certain historiographical interpretations and documentary sources - such as photographs and films - are apprehended in the construction of the school historical narrative about this event.

Keywords: Canudos, Representations, Textbook

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	A cidade de Canudos (Belo Monte).....	38 e 82
Imagem 2	O Capitão Salomão de Paula, da expedição Moreira César, cercado pelos sertanejos.....	44
Imagem 3	Os sobreviventes da Guerra de Canudos.....	47 e 84
Imagem 4	Igreja de Santo Antonio.....	50 e 83
Imagem 5	Cadáveres nas ruínas.....	52
Imagem 6	A vista de uma casa dos conselheiristas.....	85
Imagem 7	Um conselheirista em frente a sua casa na cidade de Belo Monte.....	86
Imagem 8	A prisão de um conselheirista.....	87
Imagem 9	Antonio Conselheiro morto.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBL - Câmara Brasileira do Livro

CDFNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita

CENPEC - Centro de Pesquisa para Educação e Cultura

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central única dos Trabalhadores

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante (extinta)

FANDE – Federación de Asociaciones Nacionales de Distribuidores de Ediciones

FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar

FNDE - Fundo Nacional para o desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INL - Instituto Nacional do Livro

IPT – Instituto de pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM - Programa do Livro Didático para o Ensino Médio

SEB - Secretaria da Educação Básica

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEF - Secretaria da Educação Fundamental

SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros

UE – União Européia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 01	35
1.1-Canudos: uma Guerra e seus sentidos.....	35
1.2-Primeira Expedição.....	38
1.3-Segunda Expedição.....	39
1.4-Terceira Expedição.....	41
1.5-Quarta Expedição.....	43
1.6-As tentativas de apagamento da memória.....	46
1.7-Movimentos Sociais entre 64 à 85 e depois o, pós ditadura.....	51
1.8-Canudos como Movimento Social.....	52
1.9-Canudos nos Livros Didáticos.....	55
Capítulo 2	63
2.1-Entendendo a fonte. Livro Didático entre as políticas públicas e a difusão do conhecimento histórico escolar.....	63
2.2-O Livro é uma complexidade ou um produto de muitas mãos?.....	65
2.3-Texto e Imagens – A representação de Canudos nos Livros Didáticos.....	68
2.4-A Canudos das narrativas textuais: um exercício de análise de conteúdo.....	68
2.5-O conceito de Imagem nos Livros didáticos e análise das fotos de Canudos.....	77
2.6-Conceito dos filmes nos Livros Didáticos.....	86
Considerações finais	95
Referência Bibliográfica	98
4.1-Fontes Primárias: livros e guias didáticos.....	98
4.2-Historiografia.....	99
Anexos	56
5.1-anexo-1.....	56
5.2-anexo-2.....	57



Introdução:

No final do século XIX, o Brasil se torna uma República. Luiz Werneck Vianna afirmou que o novo governo não incorporou a grande massa da população brasileira, que permaneceu, por um longo tempo, à margem do processo das decisões políticas¹. Em meio a esse contexto de consolidação e legitimação desse novo sistema, havia uma grande insatisfação popular.

O jornalista Aristides Lobo descreveu a cena da programação da República, no “*Diário Popular*” em 18 de novembro de 1889, afirmando que: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”². José Murilo de Carvalho corrobora a assertiva ao dizer que o povo não estava somente alheio ao fato, mas ao contrário, acreditava que não era pra valer, pois em qualquer:

“[...] outra cidade brasileira, o Rio acumulou forças contraditórias da ordem e da desordem. [...]. Embora criada com a finalidade de ser instrumento de colonização, centro de poder e de controle, a própria geografia já derrotava qualquer plano urbanístico que se lhe quisesse impor. [...]. Daí que da parte do próprio poder e de seus representantes desenvolveram-se táticas de convivência com a desordem, ou com uma ordem distinta da prevista. A lei era desmoralizada de todos os lados, em todos os domínios. Essa duplicidade de mundos, mais aguda no Rio, talvez tenha contribuído para a mentalidade de irreverência, de deboche, de malícia, de tribofe”³

José Murilo de Carvalho ainda aponta que a população sabia que o formal não era sério e que não havia caminhos de participação no novo governo (a República). Por este olhar, o bestializado era aquele que levasse “a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe”⁴. E os que assistiam eram “o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua

¹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de; LESSA, Renato; VIANA, Luiz Werneck. “*República no Catete*”. In: “*O Estado Novo e a ‘Ampliação’ Autoritária da República: o contexto dos anos 30*”. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p: 14.

² LOBO, Aristides. Político e jornalista republicano. (Diário Popular. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889). Está transcrito na biografia por A. de LYRA TAVARES. Aristides Lobo e a República. Rio de Janeiro: vol. 205 da Coleção Documentos Brasileiros, 1987, p: 26 e 27.

³ CARVALHO, JOSÉ MURILO. “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi”. 3ª. ed. 8ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p: 24.

⁴ Ibidem p: 158.



revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra⁵”. Ou seja, o novo sistema não daria voz ao negro recém liberto, ao pobre, ao estrangeiro e ao operário, todos esses seguimentos seriam calados, excluídos do processo de construção deste governo.

Para Vianna o movimento republicano de 1889 era uma ação das elites, sem vocação para incorporação da sociedade que emergia com a vida urbana, bem como, uma república que alijava em termos sócio-políticos os grupos não hegemônicos. Por conta disso essa república excludente fincou raízes em nossa sociedade que, nestes seus 130 anos de existência buscaram marginalizar os movimentos sociais. Nesta dissertação procuraremos evidenciar a representação didática da Revolta de Canudos, que aconteceu entre os anos de 1896 a 1897 na Bahia, onde mobilizou toda uma nação para destruição daquele arraial.

É nesse inóspito de segregação racial, étnica e uma baixa atuação do poder simbólico do Estado que o nosso objeto de pesquisa se encontra. Por um lado, temos o massacre dos “*rudes patrícios*”⁶, do outro a mancha da honra de um exército que viu seus mais temidos generais serem mortos por pessoas comuns. Para Euclides da Cunha, os jagunços de Canudos tinham técnicas rudimentares e possuíam armas de matar passarinhos⁷, foi o que se pensou nas primeiras expedições, inclusive na expedição de Moreira Cesar que fora morto na entrada do povoado.

Antonio Conselheiro depois de uma longa peregrinação pelos sertões de Pernambuco, Ceará, Alagoas e Sergipe, finalmente penetrou pelo interior da Bahia e, chegou a Canudos. Em 1893 a cidade de Belo Monte se transformou num refúgio de milhares de desprotegidos e perseguidos pela seca, fome e pobreza nordestina. Canudos era uma comunidade igualitária onde os rebanhos e as lavouras pertenciam a todos e inexistia violência social, roubos e prostituições. Esse modelo de social e econômico era uma atração para os sertanejos que desejavam melhores condições de vida.

⁵ Bilontra é substantivo que no masculino significa velhaco, patife, espertalhão; no Brasil é indivíduo conquistador; cliente de prostíbulos; em Florianópolis é pessoa interesseira, que chora para conseguir algo. O bilontra da virada do século passou a significar o malandro que domina a cena carioca a partir dos anos 30 e o bandido que se consolida principalmente depois de 64 - que militarizou a sociedade - são, no fundo, o mesmo personagem. CARVALHO, JOSÉ MURILO. “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi”. 3ª. ed. 8ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p: 158.

⁶ CUNHA, Euclides da. “Os Sertões”. Rio, Laemmert & Cia. Editôres, 1915. 15ª Ed., p: 231.

⁷ “As armas dos jagunços eram ridículas. Como despojo, os soldados encontraram uma espingarda pica-pau, leve e de cano finíssimo (...) O coronel César, mesmo a cavalo, disparou-a para o ar. Um tiro insignificante, de matar passarinho. ‘Esta gente está desarmada.’ disse tranquilamente”. CUNHA, Euclides da. “Os Sertões”. Rio, Laemmert & Cia. Editôres, 1915. 15ª Ed., p: 325.



A Guerra chegaria pela compra da madeira para igreja nova que estava sendo construída; Antonio Conselheiro avisou ao comerciante que mandaria um grupo de homens seus para buscarem a madeira que havia sido comprada e não foi entregue, mas o recado foi mal interpretado e Canudos acabou se indispondo com o governo da Bahia e o exército nacional. Em 1896, ano em que se iniciou a Guerra, Belo Monte tinha mais de 5 mil casas e aproximadamente 25 mil habitantes (essa estimativa foi levantada pelo exército brasileiro assim que os combates terminaram puderam fazer uma contagem das casas, àquelas que permaneceram de pé).

Progressivamente, construíram uma imagem de Antonio Conselheiro e seus adeptos denominando-os de “perigosos monarquistas” a serviço de uma possível restauração do regime imperial. Essa construção justificava as expedições militares fracassadas na tentativa de destruir Canudos. Na terceira expedição, foram enviados mais de mil soldados, comandada pelo Coronel Antônio Moreira César - também conhecido como “corta-cabeças” - pela fama de ter mandado executar pessoas na repressão à Revolução Federalista em Santa Catarina. Todavia, o Coronel caiu nos portões de Canudos sem dar nenhum tiro, morreu em combate. Esta terceira derrota, infligida pelo exército brasileiro, causou pânico no governo federal e no governo baiano legitimando a perpetração do massacre da comunidade que culminou com a morte de mais de vinte e cinco mil sertanejos. Ao final do combate todas as casas foram queimadas e destruídas.

Por este viés, a Guerra de Canudos pode ser uma consequência direta e indireta de um processo lentamente de marginalização, violência e exclusão social. O movimento social de Canudos⁸ enfrentou a opressão dos coronéis, da igreja e os interesses da elite da época, uma vez que o êxodo rural e o crescimento deste movimento incomodaram a ordem social posta para os miseráveis sertanejos.

Analisando a historiografia sobre a Guerra de Canudos, encontramos as mais diversas explicações sobre o que era viver naquela cidade, como se deu a Guerra, a descrição de como cada expedição foi realizada, suas derrotas até a vitória do exército e de que maneira Antonio Conselheiro morreu.

Entre essas explicações, podemos destacar a obra de Euclides da Cunha, no seu clássico livro “*Os Sertões*”, pois a partir de fontes orais, papéis e cadernos de campo,

⁸ No capítulo 1 tem um item que irá explicar como a Guerra de Canudos ficou sendo considerada como um movimento social.



descreveu este movimento social como sendo um retrato sombrio da Primeira República. Acreditava-se que a culpa pela Guerra aconteceu por causa de Antônio Vicente Mendes Maciel (o próprio Antonio Conselheiro) que propagava a crença do retorno do rei de Portugal D. Sebastião que iria derrotar as forças da república e restabelecer a monarquia no país.

Diferentemente desta visão, José Calasans apresenta o beato como sendo um líder nato. Calasans trata Antônio Conselheiro pelo seu nome (Antônio Vicente Mendes Maciel), pelo seu apelido Conselheiro e o cognominado de Bom Jesus, ou seja, para ele Conselheiro não era um ser alienado, irracional, um agente do caos como Euclides da Cunha demonstra em sua obra. José Calasans apresenta um Antonio Conselheiro – católico, trabalhador, pois construiu inúmeras igrejas, cemitérios, açudes, dentre outras construções, mostrando assim, um homem engenhoso, conhecedor da língua latina (latim) porque escrevera dois livros cheios de citações em latim.

No campo da literatura, o escritor peruano Mario Vargas Llosa escreveu um romance que conta, de maneira ficcional, com personagens caricatos, a Guerra de Canudos. O seu livro “*A Guerra do Fim do Mundo*” propõe-se a falar da realidade brasileira a partir do fanatismo, não se aprofundando no retrato do conflito, pelo fato do autor ter preferido utilizar a fantasia para narrar historicamente esse episódio da história brasileira, por ser semelhante a outros conflitos na América Latina, envolvendo pessoas miseráveis contra a elite política e econômica. Ainda no campo da literatura, Walnice Nogueira Galvão, no seu livro “*O calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*”, apresenta uma obra arqueológica e jornalística que contém reportagens da imprensa da época (1897), tratando da última expedição e de como a imprensa produziu e reproduziu os textos de seus representantes de Guerra.

Nosso interesse, no entanto, é analisar como o tema é abordado em outro campo. Tendo como referência essa historiografia, objetivamos analisar como a Guerra de Canudos é abordada nos Livros Didáticos a partir da década de 1990, mais precisamente a partir do seu centenário foi realizado em 1997. Neste mesmo ano ocorreu a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997 – PCN’s). No ano anterior, o PNLD foi reestruturado. Um dos objetivos desta pesquisa é compreender como os Livros Didáticos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio apresentam esse movimento social da Primeira República.

José Carlos Reis aponta que “cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O



presente exige a interpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro”⁹. Na mesma direção, François Hartog afirma que o historiador contemporâneo dialoga com os objetos humanos e compreende-os como uma luta infindável contra o esquecimento. Através da representação de sua história, ele (historiador) deseja que os resquícios do “fazer” dos homens não se apaguem com as transformações humanas.

Por essa razão consideramos que cada ser humano é um reflexo cultural de uma determinada tradição/nação, desta maneira, podemos considerar que cada aluno de escola pública ou privada está imerso na sociedade que os projetam, que os moldam em um formato para que atendam as objetivações sociais. Cada cultura utiliza-se de regras e normas que sobrepõe uma a outra para delimitar as suas ações. No entanto, como historiadores, criam e recriam suas análises de mundo assim, como as interpretações sobre o passado que os ajudam a tornarem-se agentes históricos.

Nesta perspectiva, nos valemos das concepções de Carlos Ginzburg, pois consideramos o Livro Didático como uma publicidade de várias culturas de forma a evidenciar os objetivos, signos e símbolos, as fissuras/rachaduras do tempo e das transformações sociais¹⁰, além de oferecer um “imaginário” de como o mundo se relacionava consigo mesmo e com leitor. Entendemos que o formato do Livro Didático pode ser compreendido como um reflexo (de um espelho) onde são apresentados diversos campos culturais, políticos e sociais e, por este íterim, propomos neste trabalho refletir/analisar/estudar como o Livro Didático apresenta a História de Canudos e como essa mesma história está refletida nele.

Em nossa busca para compreendermos melhor os diferentes formatos de Livros Didáticos acabamos percebendo que os mesmos são um objeto de pesquisa importante. Neste intuito procuramos analisar nove livros de diferentes editoras com a periodização também diferenciada para entender como a História de Canudos têm sido refletidas neles.

O Livro Didático apresenta a história do “Outro” ou a “*Negação do Outro*”, segundo Vera Candau. Esta autora discute que, quando estamos induzindo a perspectiva de vida de outra civilização, estamos negando alguns traços daquela cultura, ou seja, quando “nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nós construímos

⁹ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*/ José Carlos Reis - 9. Ed. ampla. – Rio de Janeiro: editora FGV, 2007, p: 07.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica”¹¹. Essa teoria, “*Negação do Outro*”, nos leva a pensar de que forma a História de Canudos foi narrada nos Livros Didáticos e como, ao longo dos tempos, ela se refletiu neste espaço de disputas políticas-sociais.

Agora, se pensarmos nessa questão sobre a “*Negação do Outro*”, no espaço curricular, percebemos as disputas e o seu impacto nas ações educacionais brasileiras, uma vez que o corpo teórico e político de conhecimentos que privilegia o múltiplo, o plural, as identidades proscritas e silenciadas buscam formas alternativas para a sua incorporação no cotidiano educacional. Nisso tudo, o Ensino de História ainda sofre com essas disputas sobre: o que se deve ensinar? Para quem ensinar? E por que devemos estudar História? Nesse ínterim ele funciona como mais uma forma de controle social e de manutenção de discursos hegemônicos há muito tempo vigentes. Segundo Carmen Teresa Gabriel¹², isto nos leva a refletir sobre os mecanismos de reprodução e de subversão das regras do discurso no qual é produzido esse saber.

Desta forma, vislumbra-se a vulnerabilidade dessas aprendizagens como forma de encobrir as relações de poder e até mesmo as possibilidades de mudança. Na década de 1990, considerava-se que os Livros Didáticos atendiam aos discursos hegemônicos, pois afirmava-se que ele era um objeto produzido pelas elites sociais como veículo divulgador de sua perspectiva. No entanto, atualmente, alguns autores como Circe Bittencourt, Kazumi Munakata, Alan Choppin, Flávia Caimi, Araci Coelho, dentre outros que mudaram essa interpretação.

Vale ainda destacar que, de acordo com Rüsen para que um Livro Didático seja útil ele deve contemplar as relações entre o passado e o presente e que neste material os conteúdos devem ter a pluridimensionalidade e a pluriperspectiva¹³. Entendemos que o Livro Didático deve estimular o aluno a refletir, pensar, criticar e julgar além do conteúdo não poder ser mecânico. Nessa perspectiva, nos dias atuais, os Livros Didáticos são formulados incluindo

¹¹ CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. in: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008, p: 17.

¹² GABRIEL, Carmen Teresa. Exercícios com documentos nos livros didáticos de história: negociando sentidos da história ensinada na educação básica. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). A história na escola. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

¹³ GERMINARI, Geyso D. e MOURA, Anderson Fagundes de. “Livro didático de história, entre conteúdos e epistemologia”. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.211.11>>. Acessado em 21/09/2017.



contribuições de documentários, de fotos e de fontes primárias para auxiliarem o ensino-aprendizagem dos docentes.

Posto isto, nos direcionando para a análise de como o movimento social de Canudos aparece nos Livros Didáticos percebemos que ele segue duas vertentes interpretativas: a primeira é o aspecto religioso, sendo caracterizado como um movimento messiânico. A segunda vertente destaca o elemento político pois, na época, argumentou-se que era um movimento monarquista que se opunha à recém instaurada República.

Queremos questionar como a historiografia produzida sobre Canudos é refletida/abordada nos Livros Didáticos a partir da década de 1990, mais precisamente a partir do centenário do conflito (1997). O objetivo desta pesquisa é compreender como os Livros Didáticos apresentam esse movimento social brasileiro.

Definimos como recorte temporal os anos de 1997 a 2017 por abarcar a reestruturação do PNLD e sua afirmação como uma política pública importante. Compreendemos que a quase um quarto de século o PNLD sofre avaliações que ditam parâmetros para a narrativa escolar da História. Durante nosso recorte ocorreram 23 avaliações sendo que, somente 10, contemplam o nosso objeto de estudo e que, dentre essas 10 avaliações, selecionamos nove delas para analisar o nosso objeto.

Os livros selecionados foram distribuídos para os alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, atingindo crianças e adolescentes da 5ª série, que atualmente é o 6º ano¹⁴, até o terceiro ano de escolaridade no nível Médio. É válido destacar que, nos livros de 1º a 5º anos não foram encontrados abordagem sobre a Guerra de Canudos. Assim, procuraremos analisar as seguintes questões: como é que a Guerra de Canudos é abordada nos Livros Didáticos? Quais são as informações que os livros apresentam deste combate? Em qual período da história brasileira Belo Monte é identificada? Quais imagens e filmes os livros apresentam deste conflito? De que forma a narrativa histórica é apresentada nos livros?

¹⁴ Em fevereiro de 2006, o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei 11.274 que alterou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, alterando o último ano da educação infantil no primeiro ano do ensino fundamental. Justificou-se tal medida como sendo a estratégia para “assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa é a proposta do MEC com a implantação do ensino fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos. A ampliação do ensino fundamental começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões a partir de 2005. O prazo para que o ensino fundamental seja de nove anos em todo o Brasil é até 2010”. Portal do MEC. “Ensino Fundamental de Nove Anos – Apresentação”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos>>. Acessado em: 20/10/2017.



O Livro Didático, como conhecemos atualmente, sofreu algumas transformações desde a sua implantação. Entretanto, ao observarmos “as políticas para o livro didático se constituíram juntamente com as políticas que estruturaram a escola brasileira como um sistema, a partir de 1930”¹⁵. Tanto o passado remoto quanto o tempo presente mostram-nos um sistema escolar com diversas modificações, uma vez que devemos pensar numa tríade: o receptor da mensagem ou usuário do sistema (os alunos), os aplicadores de sistemas diferenciados ou intermediadores do debate (professores e diretores) e os críticos, avaliadores, pais, jornalistas dentre outras categorias que tecem considerações sobre os Livros Didáticos a todo momento, construindo uma crítica social importante para nos pesquisadores deste tema, pois elas são relevante nas novas formulações das políticas relativas aos Livros Didáticos.

Ao olharmos mais detalhadamente essa trajetória do Livro Didático, observamos que, em 1985 no período da redemocratização do Brasil, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo implementado na década seguinte. O Ministério da Educação (MEC) promove de tempos em tempos (atualmente de três em três anos) novas avaliações dos Livros Didáticos onde avalia um conjunto de livros para determinar os critérios, as normas e quais editoras conseguiram se adequar as regulamentações das legislações do MEC nos seus livros. E, depois deste processo, todo os Livros Didáticos são distribuídos nas escolas públicas e privadas para os professores de cada área poderem escolher o material que deseja trabalhar durante os três anos seguintes. Cabe ainda mencionar uma mudança relevante implantada no PNLD, instituída a partir de 1985, o Estado não atuará, mais na produção da edição de Livros Didáticos, ainda que em coedição, e terá como foco a avaliação e aquisição das obras a serem destinadas às escolas¹⁶.

Marcelo Soares Pereira da Silva¹⁷ afirma que:

“inicialmente, o PNLD contemplava a aquisição e distribuição de livros nas áreas de português e matemática para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Nos anos que se seguiram o programa foi, gradualmente, ampliando tanto as áreas de conhecimento quanto as etapas/séries que

¹⁵ ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo de Souza Magalhães (orgs.). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p: 14.

¹⁶SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. In: Organização Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo de Souza Magalhães. Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p: 111

¹⁷ SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Op. Cit. Ibidem p: 111.



passaram a ser atendidas com a seleção e disponibilização de Livro Didático. [...]”¹⁸.

No início do século XXI, o PNLD aderiu novas obras de natureza diferenciadas além do Livro Didático, “porém sem se ter assegurada a mesma continuidade na aquisição dessas obras, como dicionários, atlas geográficos”¹⁹. E no ano seguinte (2001), o MEC também adquiriu Livros Didáticos em braile para atender uma parcela dos alunos com deficiência visual. “Mais tarde também foram contemplados livros em libras, caracteres ampliados e na versão MecDaisy; livros direcionados à alfabetização de jovens e adultos”²⁰.

Segundo Helenice Rocha, a sociedade brasileira terá que fiscalizar permanentemente o PNLD, bem como perceber que este objeto (Livro Didático) difunde uma coleção ampla de conhecimentos que constituem o currículo estabelecido - seja pela cultura vigente ou pela legislação atual -, para o trabalho de formação escolar²¹ dos alunos.

Arlette Gasparello destaca o papel dos Livros Didáticos, como parte do “processo de ensino-aprendizagem, como um instrumento pedagógico que carrega um valor de cultura histórica” – e, por este íterim, ele (Livro Didático) estaria condicionado por ações mediadas pelas relações humanas. Ela ainda destaca que “o processo de constituição e socialização de uma “cultura histórica” não constitui monopólio da disciplina História, pois nela atuam outros agentes de diferentes saberes e ofícios”²². Cotejando essa ideia com a dos Historiadores Chartier e Roche pois para esses, o Livro Didático é um “objeto de inesgotável riqueza, o livro exerce há muito sua fascinação”²³.

Nestes pensamentos, segundo Maria Lima os “livros caracterizam-se por serem objetos culturais típicos das sociedades de cultura escrita”²⁴. Também, Circe Bittencourt aponta o “interesse que o Livro Didático tem despertado e as celeumas que provoca em encontros e debates demonstra que ele é um objeto de ‘múltiplas facetas’ e possui uma

¹⁸ SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Op. Cit. Ibidem p: 112.

¹⁹ SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Op. Cit. Ibidem p: 113.

²⁰ SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Op. Cit. Ibidem p: 113.

²¹ ROCHA, Helenice. Op. Cit. Ibidem p: 15.

²² Arlette GASPARELLO apud FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira. Quem é o “povo brasileiro” que habita os Livros Didáticos de História? Um estudo a partir do campo do currículo. op. Cit. Ibidem. p: 71.

²³ TIMBÓ, Isaíde Bandeira. O livro didático de história: um caleidoscópio de escolhas e usos no cotidiano escolar.

²⁴ LIMA, Maria. Ensinar a escrever no âmbito do livro didático de história. In: Helenice Rocha, Luís Reznik, Marcelo de Souza Magalhães (ogrs.). A história na Escola: autores, livros e leituras. RJ: FGV Ed, 2009, p: 227.



natureza complexa”²⁵. Em concordância com as falas das autoras, Roger Chartier salienta que: “o livro sempre visou instaurar uma ordem, fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual deve ser compreendido, ou ainda a ordem desejada pela autoridade que o encomendou e permitiu sua publicação”²⁶. Posto isto, podemos dizer que a principal característica do Livro Didático é a promoção da aprendizagem do aluno que o utiliza.

Dialogando com as assertivas acima, o autor Alain Choppin expõe que os Livros Didáticos assumem múltiplas funções²⁷. Com base no seu texto, “*História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*”, Choppin mostra que os Livros Didáticos exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o habitat sociocultural, à época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização, são elas²⁸: Função referencial, Função instrumental, Função ideológica e cultural, Função documental:

- 1) *Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o Livro Didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.*
- 2) *Função instrumental: o Livro Didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.*
- 3) *Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o Livro Didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político.*

²⁵ BITTENCOURT, Circe M. F. (Org.). “Livros Didáticos Entre Textos e Imagens”. In: ____ . O Saber Histórico em Sala de Aula. 3a edição. São Paulo: Contexto, 1998, p: 71.

²⁶ CHARTIER, Roger apud LIMA, Maria. Ensinar a escrever no âmbito do livro didático de história. In: Helenice Rocha, Luís Reznik, Marcelo de Souza Magalhães (orgs.). A história na Escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p: 227.

²⁷ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004, p: 552.

²⁸. Ibidem. p: 553.



- 4) *Função documental: acredita-se que o Livro Didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno*²⁹.

Essas quatro diferentes funções apontam uma complexidade que o Livro Didático tem e que, durante um longo período, alguns pesquisadores o desconsideraram como uma obra de importância histórica; somente no lumiar do século XXI é que as pesquisas e os estudos têm se interessado por este objeto revelando quais os verdadeiros “interesses e recursos financeiros envolvidos, bem como sua importância do ponto de vista pedagógico e cultural”³⁰. Sendo assim, pode-se dizer que, de uma maneira mais geral, os Livros Didáticos são o resultado de um longo processo de transposição didática³¹ que, conforme Chevallard, corresponde à “*passagem do saber acadêmico ao saber ensinado e, portanto, à distância eventual, obrigatória que os separa [...]*”³².

Corroborando com esta visão, a autora Doralice Dias Alves³³ salienta que a Lei de Diretrizes e Bases da educação “*alerta para uma realidade de organização do ensino fundamental que é inerente as necessidades de cada sistema de ensino e de cada escola em particular*”³⁴. A referida autora, nesse texto, investiga qual é o espaço que a Guerra de Canudos possui nos Livros Didáticos, além de explicar como essa investigação foi realizada no município de Coaraci – Bahia, no colégio Educandário Pestalozzi, ao longo da década de 90. Doralice Dias Alves precisou utilizar um total de 10 livros para compreender a maneira como a essa representação está descrita nos livros selecionados.

Segundo Doralice, mesmo depois de 120 anos de história da Guerra de Canudos, os Livros Didáticos ainda mantêm a visão tradicionalista da historiografia, uma vez que este movimento ainda é narrado como “*subversivo que incomodava as autoridades, cujo líder era*

²⁹ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Op. Cit. Ibidem. p: 553.

³⁰ MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: Helenice Rocha, Luís Reznik, Marcelo de Souza Magalhães (orgs.). A história na Escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p: 187.

³¹ Segundo a perspectiva de Ana Maria Monteiro “*o conceito de transposição didática permite que o campo científico da didática se constitua, pois, além de definir uma ruptura, ele cria um instrumento de inteligibilidade que possibilita a realização das investigações, abrindo caminho para que a caixa-preta em que tem estado inserido o ensino comece a ser desvendada. [...]*”. MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. Op. Cit. Ibidem. p: 189.

³² MONTEIRO, Ana Maria. Op. Cit. Ibidem. p: 188.

³³ ALVES, Doralice Dias. “*O movimento de Canudos no ensino de história*”. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/doralice_dias_alves.pdf>. Acessado em: 05/10/2017

³⁴ ALVES, Doralice Dias. “*O movimento de Canudos no ensino de história*”. Op. Cit. Ibidem. p: 03.



louco, fanático, contra a República e a favor da Monarquia”³⁵. Ela ainda destaca os PCN’s – Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) -, considerando que o ensino envolve diversas relações de compromissos e caracteres científicos com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionadas às complexidades inerentes à realidade com que vive.

Outra forma de compreensão do nosso objeto são as guias de avaliação do Livro Didático que são fontes importantes, pois fixam os critérios de aprovação dos livros. Além disso, faz-se necessário compreender também que, a reprovação do Livro Didático pelo PNLD, significa enormes prejuízos tanto para editora quanto para os autores, *“pois apesar de a venda de livros para o MEC não gerar grandes lucros, as avaliações do PNLD são usadas pelas escolas particulares como parâmetro para suas escolhas e compras de material escolar”*³⁶. Desta forma, percebe-se que a política de avaliação dos Livros Didáticos está vinculada aos parâmetros de qualidade sem impossibilitar a livre iniciativa de produção. Por este caminho, os professores têm diferentes opções de abordagens teóricas e metodológicas, de forma a escolher entre as mais diversas editoras e autores que contemplem à sua realidade escolar.

Como temos abordado até aqui, temos como objetivo geral: analisar a narrativa construída sobre a Guerra de Canudos para o ensino de história. A partir de nossa análise pudemos verificar que a produção do conhecimento histórico escolar, traduzido pelos currículos oficiais e manuais didáticos, continua sendo representada pelo viés da narrativa tradicional do tema, onde é ressaltado o messianismo e o monarquismo daquela comunidade.

Um conjunto documental utilizado para compreender o livro didático foram os Guias elaborados para explicitar, para os professores da educação básica, os critérios adotados pela equipe de avaliadores em suas análises. A partir do Guia de Livros Didáticos do PNLD 2000/2001, apresentam-se resenhas das obras recomendadas (RR – Livro Recomendado com ressalvas, REC – Livro Recomendado e RD – Livro Recomendado com Distinção). No PNLD 2002 (5ª a 8ª séries), as avaliações foram feitas pelas coleções e não por mais livros isolados. Nos demais programas do PNLD, foram adotados gráficos para exemplificar os critérios de

³⁵ALVES, Doralice Dias. “O movimento de Canudos no ensino de história”. Op. Cit. Ibidem. p: 05.

³⁶FRANCO, Alécia Pádua. “Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de história”. In: Marcelo de Souza Magalhães [et al.] org. “Ensino de história: usos do passado, memória e mídia”. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p: 154.



avaliação estabelecidos desde os anos de 1995, que foram sendo melhorados com o passar de cada avaliação.

Quando iniciamos nossa pesquisa sobre o PNLD, encontramos as seguintes avaliações que contemplam o nosso objeto:

- PNLD de 1997 abrange todos os seguimentos da educação básica (da 1ª série à 8ª série);
- PNLD de 2002 (Ensino Fundamental II de 5ª à 8ª série);
- PNLD de 2005 (Ensino Fundamental II de 5ª à 8ª série);
- PNLD de 2008 (Ensino Fundamental II de 5ª à 8ª série e o Ensino Médio);
- PNLD de 2011(Ensino Fundamental II de 6ª ao 9ª ano);
- PNLD de 2012 (Ensino Médio);
- PNLD de 2014 (Ensino Fundamental II de 6ª ao 9ª ano);
- PNLD de 2015 (Ensino Médio) ;
- PNLD de 2017 (Ensino Fundamental II de 6ª ao 9ª ano);

Para cada PNLD mencionados escolhemos um livro que foram avaliados/analizados, bem como fizemos uma seleção que, abrangesse quase todas as editoras que, desde o PNLD de 1997 até o PNLD 2017, participaram deste processo. Por conta disso, averiguamos os livros que fossem mais bem avaliados no PNLD e os livros das editoras que tivessem poucas ressalvas, tendo em vista que pesquisamos as guias dos PNLD para nos dar suporte em um dos nossos objetivos, que é analisar a representação da Guerra de Canudos nos Livros Didáticos. A seguir, relacionamos nove livros que serão analisados na pesquisa, sendo um de cada PNLD³⁷ e essa listagem está descrita na referência bibliográfica.

Cabe ainda destacar que dentro de cada livro levaremos em consideração:

- 1 – O capítulo/unidade onde aparece o tema Canudos.
- 2 – O texto que descreve o movimento;
- 3 – As imagens associadas ao tema (iconografia – pintura, foto, mapa)
- 4 – Outros documentos que aparecem: jornal, documentos administrativos, etc.

Portanto, para identificarmos esses resultados, iremos utilizar as seguintes metodologias: Análise de Conteúdo e Análise das Imagens (iconografia, e filmes), como também compreender qualitativamente e quantitativamente os conceitos que são aplicados na

³⁷Escolhemos os livros com base na sua avaliação do PNLD, e as editoras que tivesse poucas ressalvas, para termos uma seleção que contemplasse as obras mais bem avaliadas e que fossem de maior divulgação nacional.



composição das informações encontradas nas leituras das obras. Para melhor compreender tais metodologias, iremos explicá-las com auxílio de alguns autores.

Como aponta Eni Puccinelli Orlandi cada análise do discurso é singular, por mexer com conceitos diferentes/categorias de análise, além de definir que as “*palavras em movimento, prática de linguagem*”³⁸, se apropriando de suas palavras a pesquisa tem como objetivo análise do discurso que “*não vai se ocupar do sentido do texto, ou do sentido do discurso, mas sim dos modos e das dinâmicas do texto e do discurso por ocasião da produção de sentidos ao longo do fio da história*”³⁹.

Em relação à metodologia de “*Análise de Conteúdo*”, Laurence Bardin salienta que “*Análise de Conteúdo (seria melhor de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo*”⁴⁰.

Para “*Análise Iconográfica*”, utilizamos o livro “*Testemunha Ocular*” de Peter Burke, que delineia que as imagens assim como os textos necessitam de serem lidas em suas entrelinhas, observando todos os detalhes que dão acesso ao mundo social em que ela fora produzidas. Convergingo com essa visão, Ana Maria Mauad aponta que “*a fotografia - para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias do conjunto de imagens que se escolheu analisar*”⁴¹.

Optamos pela metodologia quali-quantitativa ou Mista, porque entendemos que estamos trabalhando com vários dados ao mesmo tempo, bem como algumas detalhes que são necessários para atender à nossa pesquisa, pois nos mostrou que tal Metodologia legitima nossos objetivos para além de quaisquer nuances que possam ficar ocultas ao pesquisador. Por este ínterim, buscamos unir ambas as abordagens metodológicas para preencher algumas lacunas em nosso objeto de pesquisa.

Sabemos que, para a realização de uma pesquisa científica, é mister que se tenha uma estrutura metodológica bem definida. Pensando nisso, o pesquisador Romeu Fiorese⁴² nos

³⁸ORLANDI, Eni Puccinelli apud ALÓS, Anselmo Peres. “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15/3 (esp), p. 389-394, dez. 2012 P: 15

³⁹ORLANDI, Eni Puccinelli apud ALÓS, Anselmo Peres. *Op. Cit.* ibidem p: 01.

⁴⁰BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa- Portugal: Edições 70, 1977. p: 30

⁴¹MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história, interfaces*. Tempo, RJ, v. 1, n. 2, 1996, p: 89.

⁴² FIORESE, Romeu. *Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico*. João Pessoa: EDU, 2003. APUD GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M.. *Pesquisa Quantitativa em Administração: Uma visão holística do objeto em estudo*. In: VIII SEMEAD - Seminário em



esclarece que “o método (metodologia) é o conjunto de processos pelos quais se torna possível desenvolver procedimentos que permitam alcançar um determinado objetivo”. Assim, podemos compreender que, de forma análoga, o método exerce para o pesquisador a mesma função do mapa para os viajantes.

Em relação ao Ensino de História, pertencente ao Campo das Ciências Sociais, a abundante utilização de distintos métodos investigativos abrangentes se faz necessário para o entendimento da complexidade humana em suas mais minuciosas nuances, uma vez que o homem, bem como a sua interação com a sociedade que o envolve, são um dos principais objetos de estudo desse campo científico.

Diante disto, para a realização de nossa pesquisa optamos pela metodologia quali-quantitativa ou mista, como é definida por alguns autores, pois percebemos que a metodologia qualitativa não necessariamente se trata de uma contraposição aos métodos quantitativos, mas que sim podem ser usadas como métodos complementares entre si. Desta forma, com o intuito de preencher algumas lacunas verificadas no nosso objeto de pesquisa, buscamos unir ambas as abordagens metodológicas.

Herdeira do paradigma positivamente vigente no século XIX, a metodologia quantitativa foi, por muito tempo, rechaçada pelos cientistas do Campo das Ciências Sociais. No entanto, o uso de gráficos, porcentagens e outras formas de organização puramente pragmática - muito empregado no Campo das Ciências Naturais e Exatas pelos cientistas organizacionais, tem sido cada vez mais aplicados pelos estudiosos das Ciências Humanas.

Posto isto, de acordo com Fabrício Gomes e Richard Araújo⁴³ para a “*grande maioria das ciências o paradigma positivista esteve, e ainda está, fortemente presente nas metodologias de pesquisas (...)*” sobretudo no Campo que abrange as Ciências Naturais e Exatas, tais como as áreas da Matemática, Física, Administração, Biologia, Informática entre outros.

Contudo, até mesmo tais campos (Ciências Naturais e Exatas) estão utilizando o paradigma interpretativo na realização de seus trabalhos científicos para uma compreensão mais acurada dos objetos estudados⁴⁴.

Administração, 2005, São Paulo - São Paulo. VIII SEMEAD, 2005. Disponível em: <<https://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf>>. Acesso: 14/11/21. pp: 03.

⁴³ GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. Op. Cit. Ibidem. pp: 03.

⁴⁴ GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 2-3.



Na chave dessa discussão podemos nos perguntar: afinal o que podemos dizer sobre a metodologia qualitativa? E sobre o método quantitativo? Como podemos trabalhar com ambos?

Pois bem, conforme José Luís Neves⁴⁵ a pesquisa baseada no método qualitativo trabalha com “[...] *um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]*”⁴⁶. Assim sendo, a partir dessa definição podemos entender que não há uma preocupação, na pesquisa qualitativa, “*em produzir dados numéricos manipuláveis em fórmulas matemáticas e destinados à construção de gráficos e tabelas que retratam de forma reducionista os achados de pesquisa*”⁴⁷.

Em tempo, o método qualitativo é norteado pelo paradigma interpretativo abrindo espaço à subjetividade do indivíduo, na busca de ampliar a visão reducionista trazida e defendida pelo paradigma positivista numa tentativa de entendimento aprofundado do objeto de estudo, rebatendo os fundamentos da filosofia funcionalista defendida pelos pensamentos positivista⁴⁸. É interessante salientar que a “adoção do método qualitativo se faz dinamicamente ancorado pela análise do fenômeno escolhido” para estudo⁴⁹. Desta forma, percebemos que nesse método não é necessário, nem o pesquisador se preocupa, registrar frequências relacionadas com o fenômeno, porém o mesmo se atenta ao processo de elaboração, de desenvolvimento e dos resultados encontrados no decorrer de sua pesquisa sabendo de seu envolvimento ativo na construção da mesma. Por conta disto, o historiador/pesquisador se debruça em trabalhar seu objeto balizado no método científico sob teorias e metodologias pré-estabelecidas para validar sua atuação.

Nessa direção, conforme José Rodrigues Filho⁵⁰, “*as teorias interpretativas defendem que o homem não pode ser estudado matematicamente, pois ele é, de nascimento, um ser extremamente complexo, e por essa razão não responde linearmente aos mesmos estímulos*”

Concordando com Rodrigues Filho e considerando as reflexões de Gomes e Araújo podemos inferir que, a partir do momento que compreendemos que o homem como indivíduo

⁴⁵NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. FEA-USP. São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996. pp: 01.

⁴⁶GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 6.

⁴⁷GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 6.

⁴⁸GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 6.

⁴⁹GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 7.

⁵⁰RODRIGUES FILHO, José. Anotações de palestras e seminários. Programa de Pós-Graduação em Administração. Curso de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Paraíba. 2004.



é encarado como sujeito pelas Ciências Humanas - tal como o Ensino de História -, e, então passa a ser o seu principal objeto de estudo, “*parece razoável reconhecer que sua complexidade requer trabalho árduo para ser desvendada*” além de que a “*proposta das metodologias qualitativas de pesquisa é justamente preencher a lacuna ignorada pela corrente quantitativa*”⁵¹.

Continuando a reflexão sobre o método qualitativo, vale destacar as argumentações de John W. Creswell⁵² quando este entende que uma pesquisa válida contém alguns componentes essenciais para ser considerada como conhecimento científico. Como tal, a combinação desses componentes, “*as alegações de conhecimento, as estratégias e o método contribuem para uma técnica de pesquisa que tende a ser mais quantitativa, qualitativa ou mista*”⁵³. Portanto, para Creswell o modelo qualitativo, ou técnica de métodos qualitativos, como gosta de definir consiste em ser:

*“[...] aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.”*⁵⁴

Como mencionamos, o método quantitativo de pesquisa se baseia no paradigma positivista tendo a racionalidade como forma absoluta. Nas palavras de Rubem Alves⁵⁵: “*[...] nas ciências chamadas exatas, os ingredientes têm qualidade e uniformidade garantida. Não é que a ciência seja exata. O que ocorre é que não há variações*”⁵⁶. Isso significa que a objetividade é própria do Campo das Ciências Exatas e Naturais sendo influenciado inicialmente pelo pensamento positivista e, conseqüentemente, pela abordagem funcionalista.

⁵¹ GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 7.

⁵² CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf Acesso: 14/01/22.

⁵³ CRESWELL, John W. Op. Cit. pp: 35.

⁵⁴ CRESWELL, John W. Op. Cit. pp: 35.

⁵⁵ ALVES, Rubem. Filosofia da ciência. São Paulo: Ars poética, 1996.

⁵⁶ ALVES, Rubens. Op. Cit. Ibidem. PP: 94.



De acordo com Gomes e Araújo uma pesquisa baseada no paradigma positivista tem o propósito de “explicar um determinado fenômeno”, utilizando “métodos eminentemente quantitativos, ou seja, ancorados em números que tentam, tão somente, representar uma realidade temporal observada”⁵⁷.

Para John W. Creswell a técnica de métodos quantitativos se refere a

“[...] aquela em que o investigador usa primariamente alegações pós-positivistas para desenvolvimento de conhecimento (ou seja, raciocínio de causa e efeito, redução de variáveis específicas e hipóteses e questões, uso de mensuração e observação e teste de teorias), emprega estratégias de investigação (como experimentos, levantamentos e coleta de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos).”⁵⁸

Após termos demonstrado brevemente, com auxílio de alguns autores, certas singularidades sobre os métodos qualitativos e quantitativos, não podemos deixar de apresentar (talvez) outras peculiaridades das mesmas metodologias sob os olhares dos pesquisadores Luís Paschoarelli et al⁵⁹.

Estes últimos autores nos apresentam de outra forma, as características das abordagens qualitativas e quantitativas, ao mesmo tempo em que corroboram com as prerrogativas dos autores supracitados que trataram do mesmo tema.

Prosseguindo, Paschoarelli et al⁶⁰ enfatizam que as principais características da abordagem quantitativa são: [esta abordagem] segue o paradigma clássico; acredita que a realidade externa pode ser analisada objetivamente; os resultados [desta análise objetiva] podem ser reproduzidos e generalizados em larga escala [se for necessário], sendo possível alcançar verdades universais; a coleta de dados [para esta análise] se faz baseada em dados numéricos com a finalidade de medir e enumerar os eventos estudados e depois sendo generalizados.

Em contrapartida, continuam os mesmos autores, a abordagem qualitativa se diferencia da anterior por: seguir o paradigma alternativo; defender que as pesquisas que se fundamentam exclusivamente nas abordagens quantitativas não são satisfatórias; suas análises

⁵⁷ GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 4.

⁵⁸ CRESWELL, John W. Op. Cit. pp: 35.

⁵⁹ PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi & BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 2(1), 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701>>. Acessado em 20/01/2022.

⁶⁰ PASCHOARELLI et al. Op. Cit. Ibidem.



ênfatizam a subjetividade do indivíduo, considerando a sua interação com a sociedade onde vive sem descartar os processos interativos que acontece através do contato direto do pesquisador com o objeto estudado; acreditar que não há verdades absolutas nem universais; não controlar os aspectos envolvidos na pesquisa, pois são difíceis de generalizar, de interpretar e de reproduzir.

Nesse caminho reflexivo, desejamos deixar claro que, embora as duas abordagens sejam diferentes entre si, nesta dissertação não queremos evidenciar que elas se antagonizam, mas que, por serem distintas, como mencionamos anteriormente, vamos dispor de suas especificidades ao trabalharmos com ambas para sanar algumas lacunas que verificamos em nossa pesquisa. Numa frase, há de se observar as particularidades de cada abordagem, adequando-as como ferramentas para nos possibilitar chegar a uma investigação mais adequada do nosso objeto de estudo.

Por conta da observação de suas singularidades e, no intuito de adequá-las à nossa investigação, é de suma importância trabalhar com ambas as abordagens. Portanto, concordando com Fabrício Gomes e Richard Araújo, percebemos que a dicotomia entre o paradigma positivista versus o paradigma interpretativo (quantitativo versus qualitativo), “parece estar cedendo lugar a um modelo alternativo de pesquisa, o chamado quali-quantitativo ou o inverso, quanti- qualitativo, dependendo do enfoque do trabalho científico”⁶¹ e que outros pesquisadores chamam de Metodologia Mista.

Nesta direção, podemos apontar as reflexões de Pedro Demo⁶² ao dizer que “*embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica*”⁶³. Isto clarifica de que, assim como outros autores, Pedro Demo também nos aponta que o ideal, dependendo da análise do pesquisador, é a construção de uma metodologia que consiga agrupar aspectos de ambas as abordagens.

Recentemente podemos apontar o discurso de Tim May⁶⁴ acerca da importância da utilização dos dois enfoques:

“[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma

⁶¹ GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. op. cit. Ibidem. pp: 7.

⁶² DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

⁶³ DEMO, Pedro. Op. Cit. Ibidem. pp: 231.

⁶⁴ MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

verdade melhor do que a outra -, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática.”⁶⁵

Além de Tim May, também podemos destacar os estudos de John W. Creswell, pois afirma que ambas as metodologias (qualitativa e quantitativa) não se excluem e nem se justapõem, mas se integram, além de que o desenvolvimento e a legitimidade percebida de ambos os métodos gerou uma polarização da pesquisa de métodos mistos, a qual abrange os pontos fortes das duas, *“proporcionando uma maior compreensão dos problemas estudados”⁶⁶*.

Nessa reflexão, aproveitamos para demonstrar a definição de Creswell a respeito da técnica de métodos mistos:

“[...] é aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos (por exemplo, orientado para consequência, centrado no problema e pluralista). Essa técnica emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas.”⁶⁷

A importância de se adotar o método misto em uma mesma pesquisa se dá pelo fato de que é adequado *“para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproxima o pesquisador do”* seu objeto de estudo, *“proporcionando maior credibilidade aos dados”* coletados⁶⁸.

Ainda é relevante dizer que, quando aplicamos de forma conjunta os dois métodos (qualitativo e quantitativo) no trabalho de pesquisa, ambos *“contribuem de forma complementar e, desta forma, favorecem a construção de uma visão mais completa desta interação e a geração de conhecimento científico”*, sobretudo, na área do Ensino de História⁶⁹.

Dito isto, quando nos valem do método Misto para nos auxiliar na construção de nossa pesquisa buscamos alcançar resultados satisfatórios, fidedignos e válidos, nos

⁶⁵ MAY, Tim. Op. Cit. Ibidem. Pp: 146.

⁶⁶ CRESWELL, John W. apud PASCHOARELLI et al 2015. Op. Cit. pp: 69.

⁶⁷ CRESWELL, John W. Op. Cit. pp: 35.

⁶⁸ PASCHOARELLI et al. Op. Cit. Ibidem. pp: 70.

⁶⁹ PASCHOARELLI et al. Op. Cit. Ibidem. pp: 75.



aproximando de uma verdade temporal acerca da Guerra de Canudos e de como este objeto de pesquisa fora parar nos livros didáticos, mesmo porque a verdade absoluta é inalcançável. Porém, não pretendemos esgotar o assunto, mas somente contribuir para futuras reflexões e indagações.

Cabe ainda ressaltar que as duas abordagens são diferentes entre si, e que nesta dissertação queremos apenas as suas concepções de análises para responder algumas de nossas perguntas sobre o nosso objeto de estudo. Uma vez que as particularidades de cada abordagem nos fazem compreender melhor “A Guerra de Canudos nos Livros Didáticos”.

A partir dessa metodologia de análise, ilustraremos como a dinâmica do texto será apresentada, como os discursos serão elucidados e como o fio da História é moldado com o passar dos anos, além de mostrar que Análise de Conteúdo, a Análise Iconográfica é a leitura das imagens (iconografia, e filmes) que estão no texto, ou seja, como os autores dos Livros Didáticos abordam o uso dessas iconografias em acordo com os seus textos. Desta forma, percebe-se que essas duas análises metodológicas nos ajudam a compreender a representação da guerra de Canudos nos Livros Didáticos.

Sabemos que as imagens existem desde a pré-história. Mas, com o passar dos séculos e atualmente a imagem é um importante meio de dialogar com os textos. É uma forma de linguagem, é uma maneira de se educar o olhar, de trazer uma certa empatia para o texto escrito, ou não. Nossa proposta de analisar as imagens que os Livros Didáticos possuem sobre a Guerra de Canudos é uma reflexão do que estão contidas em cada imagem e de que forma elas (as imagens) propiciam uma compreensão e elucidação do texto ao qual elas estão submetidas.

Por este interim acreditamos que as imagens transmitem uma mensagem para o outro, para além da escrita de um tema. E como Ana Maria Mauad e Ciro Flamarion Cardoso⁷⁰ salientam que as imagens revelam os mais variados aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Sendo assim, a fotografia evidencia com uma riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, as formas de trabalho, os locais de produção, os elementos de infraestrutura urbana dentre outros detalhes⁷¹.

⁷⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. “Os Exemplos da Fotografia e do Cinema”. In: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁷¹CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. Apud, ibidem. Op. Cit. p: 575.



Dialogando com essa metodologia a Análise do Conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a interpretação das “palavras” o que nos permite ter um olhar cauteloso/meticuloso para com os textos dos Livros Didáticos que reconta a Guerra de Canudos.

Estruturamos nossa análise em dois capítulos. O primeiro objetiva apresentar o movimento social de Canudos e como foi analisado na historiografia pois essas interpretações imprimiram marcas importantes na historiografia escolar sobre o tema.

Antônio Vicente Mendes Maciel percorreu o sertão nordestino durante vinte anos até que fundou - em 1893, numa fazenda abandonada que ficava às margens do rio Vaza-Barris -, o arraial de Bello Monte. Três anos depois o Brasil seria governado pelo primeiro presidente civil, Prudente de Moraes (1896-1898), no entanto, com crises pela Europa e a República tendo que enfrentar vários motins dentro do país para manter-se consolidada com território unificado, o governo federal se vê ameaçado pelas notícias que chegam ao Rio de Janeiro de um conflito sangrento entre os conselheristas e as forças policiais do governo baiano. Era assim o primeiro dos quatro embates que seriam travados em Bello Monte.

Segundo Euclides da Cunha, em “*Os Sertões*”⁷², a cidade de Bello Monte (Canudos) findou em 5 de outubro de 1897, contudo, mesmo com a opinião pública longe daquele anfiteatro de guerra, existiam alguns poucos que tentaram registrar o desfecho por outro viés. O drama da Guerra de Canudos foi para além do campo de batalha, pois os poucos sobreviventes que saíram antes de fechar os portões além daqueles que ficaram foram soltos, eram estigmatizados como “jagunços”, “fanáticos”, “bandidos” dentre outros estereótipos. Após o fim da guerra, os sobreviventes iriam enfrentar uma nova luta, mais dura e mais cruel, ou seja, era uma nova batalha, muito mais longa e quase igual àquela que eles enfrentaram dentro da cidade de Bello Monte durante a guerra. Nessa luta, os sobreviventes teriam que buscar maneiras para salvaguardar as memórias e permanecerem vivos, pois a própria historiografia mostra que os mesmos foram duramente perseguidos após a guerra.

Deste modo, este capítulo pretende problematizar o desenvolvimento da historiografia a respeito da Guerra de Canudos nos livros didáticos subentendendo como essa narrativa está posta ao longo de vinte anos de PNLD. Cabe ainda ressaltar que neste capítulo faremos, num primeiro momento, um diálogo com as diversas historiografias que narram esta história de Guerra e como ela aconteceu. E, num segundo momento, realizaremos um trabalho com os textos que os livros didáticos apresentam sobre tal fato.

⁷² CUNHA, Euclides da. “*Os Sertões: Campanha de Canudos*”. Ed 15ª. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1940, pp: 646.



No segundo capítulo, partindo do princípio de que as imagens constituem um discurso, compreendemos que as mesmas nos oferecem indícios da construção historiográfica, sendo portadores de significações relativas ao tempo de sua produção. Por conta disso, em meio aos signos figurativos analisados, podemos observar alguns aspectos de relevância que enunciam possibilidades de pesquisa relacionadas no campo da imagem.

Pensando nesta finalidade/escopo Jacques Le Goff evidencia a pertinência da fotografia para o desenvolvimento da memória coletiva à medida que contribuiu para a multiplicação e democratização dessa memória dando-lhe⁷³ “[...] *uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica*”⁷⁴. Caminhando por este caminho podemos perceber o cruzamento entre história e memória gerando o que podemos considerar como um monumento/documento nos termos metodológicos do historiador, bem como os resquícios, testemunhos do passado e fonte de informação para a pesquisa histórica⁷⁵.

Para além da arte alquimista que trouxe a existência, a fotografia não era somente um papel borrado com tintas, ela era algo que, sobretudo nos séculos XX e XXI seria febre entre os adolescentes. E por causa disso, o nosso objeto (as imagens da Guerra de Canudos) representaram o fim daquele período tenebroso, que aconteceu no sertão brasileiro. Vale ressaltar que essas imagens foram registradas pelas lentes do fotógrafo Augusto Flávio de Barros evidenciando os momentos finais deste conflito.

Cabe ainda destacar que os filmes também compõem o nosso objeto de investigação, pois a partir deles queremos identificar quais filmes aparecem nos Livros Didáticos de História onde a Guerra de Canudos é representada. Contudo, sabemos que existe uma variedade de filmes que contam a história de Bello Monte, e por este íterim, pretendemos analisar como essas imagens, tanto as fotografias quanto os filmes, dialogam com a narrativa da Guerra de Canudos com forme os autores dos Livros Didáticos.

⁷³ BECOSTA, Marcus Levy. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. História vol.30 no.1 Franca Jan./June 2011. p: 08.

⁷⁴ LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5 ed. Campinas: UNICAMP. 2003. p: 460.

⁷⁵ BECOSTA, Marcus Levy. Op. Cit. Ibidem. p: 08.



Capítulo 1

1.1-Canudos: uma Guerra e seus sentidos

“Aqueles, por quem eu não pude, vivos, requerer o Habeas-corpus. Isto é a justiça, obrigam-me, mortos, a impetrá-lo de Deus para minha consciência, do país para seu governo, do mundo civilizado para a nossa terra, porque a nossa terra, o nosso governo, a nossa consciência estão comprometidos: a nossa terra seria indigna da civilização contemporânea, o nosso governo indigno do país, e a minha consciência indigna da presença de Deus [...] os mortos pululam por entre os vivos: inclinam-se daquelas galerias, apinham-se em torno deste anfiteatro, encostam-se às nossas cadeiras, não se veem, mas se ouvem, se sentem, como que se palpam...”⁷⁶ (Rui Barbosa)

Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro, nascido em 1830 na cidade de Quixeramobim, província do Ceará, fora comerciante, escrivão de Juiz de paz, construtor e reformador de cemitérios, Igrejas e açudes, além disso, ele promovia casamentos, batizados e festas religiosas. Devido a tais qualificações, suas obras começaram a ser conhecidas em todo o Nordeste, principalmente no território da Bahia. O povo, em geral, por onde Antonio Conselheiro passava, apreciava as suas obras e suas pregações, mas, o mesmo sentimento não se encontrava em algumas autoridades da Igreja e por parte dos grandes fazendeiros das regiões. Alguns padres reconheciam as obras de Conselheiro, no entanto, perceberam que estavam perdendo sua influência à medida que, sucessivamente, pessoas aderiam a sua peregrinação. Os latifundiários também temiam as consequências deste fascínio, pois muitos indivíduos largavam as fazendas para acompanhar o beato Conselheiro.

Em 1876, as autoridades da Igreja e os fazendeiros tentaram conter o avanço de Antonio Conselheiro e inventaram uma falácia, alegavam que ele havia matado a mãe e a mulher. Por conta dessa calúnia, o Conselheiro foi preso em Itapicuru (BA), levado para Salvador e depois para Fortaleza, no entanto, constatou-se a incoerência da denúncia. Após isso, Antonio Conselheiro volta ao sertão nordestino, sendo ainda mais aclamado do que antes pelo povo. As autoridades, porém, não descansaram e armaram mais uma emboscada para o Conselheiro. O então Presidente da Província da Bahia pediu ao Ministro do Império a internação do Conselheiro em um hospício no Rio de Janeiro. O Ministro, alegando

⁷⁶ BARBOSA, Rui. *O Partido Republicano Conservador*. In: obras completas de Rui Barbosa, V. 24, t. 1, 1897. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Editora imprensa Nacional. 1952. (p: 301)



superlotação, negou o pedido, deixando as autoridades baianas indignadas com a presença do beato em seu território.

Antonio Conselheiro, depois de uma longa peregrinação pelos sertões de Pernambuco, Ceará, Alagoas e Sergipe, finalmente, penetrou pelo interior da Bahia e chegou a Canudos. Em 1893, a cidade de Belo Monte foi fundada numa fazenda abandonada, que ficava às margens do Rio Vaza-Barris, onde havia algumas casas de pau-a-pique e uma velha Igreja, que se encontravam em ruínas. O território era ideal para fixação de seu grupo pois tinha terras abundantes, isoladas no sertão e protegidas por várias serras. A estrada de ferro mais próxima ficava na cidade de Queimadas, à 200 km. Para se chegar ao arraial havia apenas duas possibilidades: a pé ou no lombo de um animal. O terreno acidentado e a caatinga dominante eram uma combinação perfeita para dificultar a presença das autoridades.

Canudos cresceu com tanta rapidez que se tornou uma cidade populosa. Todos os dias chegava um quantitativo de pessoas vindas de diversas regiões. Eram famílias inteiras! Homens e mulheres, com seus filhos, que buscavam uma condição de vida favorável. Para morar em Canudos, no entanto, todos deveriam obedecer a um conjunto de regras e normas rígidas. *“O uso de bebidas alcoólicas era terminantemente proibido, assim como as arruaças, a prostituição e crimes de morte. A penalidade irrevogável era a expulsão [...]”*⁷⁷. Através dessas práticas Belo Monte se transformou num refúgio de milhares de desprotegidos e perseguidos pela seca, fome e pobreza nordestina. Esse modo de vida era um modelo socioeconômico e também uma atração para os sertanejos que desejam melhores condições de vida.

Assim Canudos pode ser considerada como um dos primeiros movimentos sociais brasileiros tendo uma concentração de pessoas, assolados pela seca de 1876, que buscavam reconstruir suas vidas em bases diferentes daquelas então vigentes.

⁷⁷ COIN, Cristina. A Guerra de Canudos. São Paulo: editora Scipione, 1992, p: 27.

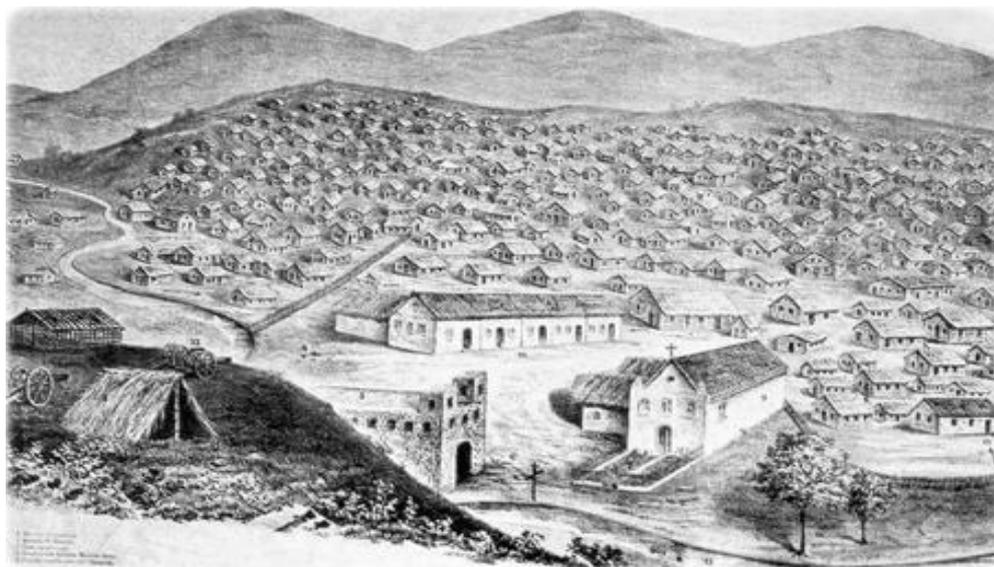


Imagem 01: A Cidade de Canudos vista da estrada do Rosário, ao centro da foto estão as duas igrejas da cidade, a de Santo Antonio (direita) e a nova (esquerda), com as suas torres inacabadas, ao fundo as casas dos conselheiristas. Litografia de D. Urpia, de 1897. Disponível em: < <http://www.historia-bahia.com/canudos.htm>>. Acessado em: 17/07/2015.

Na cidade de Belo Monte, existiam além de casas comuns, duas escolas, algumas farmácias, oficinas, onde se fabricavam instrumentos de trabalho e armas rústicas, e alguns poucos estabelecimentos comerciais⁷⁸. Como mencionamos acima, em Canudos, haviam regras, e uma delas estabelecia que todos deveriam trabalhar na terra, que era uma propriedade coletiva e, portanto, tudo o que se produzia nela pertencia à comunidade, assim cada um recebia uma cota de acordo com sua necessidade. Então, eles produziam feijão, mandioca, milho, batata, abóbora, cereais, cana-de-açúcar, dentre outros alimentos. De acordo com Cristina Coin, algumas colheitas eram tão fartas e superiores ao consumo local que esse excedente era vendido nas cidades próximas.

Em Belo Monte, também, desenvolviam-se atividades pastoris que forneciam carne, leite e o couro dos animais, que era vendido em outros povoados. As peles de cabrito e de carneiro foram amplamente comercializadas tanto no Nordeste quanto na Europa – o que proporcionava ao Estado – segundo César Zama⁷⁹ – “pingue (Lucrativa) fonte de imposto de exportação sobre peles”⁸⁰.

O que se destacava em Canudos era sua estrutura sócio-econômica. Cada pessoa que chegava ao arraial, ganhava um pedaço de terra, para fazer uma casa, sem taxa de impostos.

⁷⁸ COIN, Cristina. Op. Cit. Ibidem, p: 27.

⁷⁹ ZAMA, César (Wolsey) – Libelo Republicano Acompanhado de Comentário sobre a Campanha de Canudos. Bahia, tip. E Encadernação do Diário da Bahia, 1899, p: 54.

⁸⁰ Op. Cit. Ibidem, 1899, p: 54.



Isso desagradava os latifundiários, pois era uma ameaça às suas práticas de coronelismo, de exploração dos camponeses. Eles acreditavam que as ideias do Conselheiro eram perigosas demais para manutenção de suas atividades. O rápido crescimento de Canudos, se propagou pelo sertão, levando a um êxodo populacional em várias regiões. As pessoas abandonavam as fazendas para seguirem Antonio Conselheiro. A Igreja Católica que, por sua vez, era conivente com a miséria do sertanejo, também sentiu-se ameaçada de perder a influência que tinha sobre essa população que seguia um elemento externo à sua hierarquia.

Foi da aliança dos latifundiários e segmentos do clero católico que se fomentou o embate contra Belo Monte. Foram necessárias, contudo, quatro expedições militares para derrotar o arraial de Antonio Conselheiro.

O governo do primeiro presidente civil da República Brasileira, Prudente de Moraes (1896-1898), foi marcado por vários motins que ameaçam a unidade territorial do país. Com preocupação recebeu notícias relacionadas a um conflito sangrento entre os conselheiristas e forças policiais do governo baiano.

1.2 Primeira Expedição:

A primeira campanha ocorreu em outubro de 1896, decorrente de um boato que chegou ao Juiz de Direito Arlindo Leoni e ao proprietário de uma madeireira, para qual Antonio Conselheiro teria dito que se não entregasse a madeira que ele havia comprado no prazo combinado, iria mandar buscá-la. O Juiz escreve um telegrama comunicando ao governo da Bahia que a cidade de Juazeiro seria assaltada pelo bando de Antonio Conselheiro e, por isso, solicitava providências para garantir a segurança da população e do comércio local. O governo negou tal pedido, justificando que não poderia enviar tropas por um simples boato e, caso fosse necessário, enviaria as forças policiais através de um trem expresso quando a cidade fosse atingida⁸¹ ou sob a hipótese de ser.

Arlindo Leoni, destinou um novo telegrama para o General Frederico Solon, comandante do distrito, pedindo-lhe que encaminhasse tropas para proteger a cidade de um ataque de Antonio Conselheiro. O general, então, enviou uma força policial com um quantitativo de aproximadamente cem homens para ir até Bello Monte e surpreender o Arraial. Esse líder militar acreditava que este número era suficiente para abater os “fanáticos”

⁸¹ CUNHA, Euclides da. “Os Sertões: Campanha de Canudos”. Ed 15ª. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1940, p: 225.



de Conselheiro. O destacamento, porém, foi surpreendido durante o amanhecer, enquanto dormia no seu acampamento improvisado. Os seguidores de Antonio Conselheiro, liderados por Pajeú e João Abade, atacaram com uma ferocidade inesperada contra o tenente Pires Ferreira. Segundo seu relatório, as baixas foram maiores do lado da sua “tropa” do que da tropa dos conselheiristas. O próprio tenente recua com suas tropas, tendo assim a primeira derrota para governo baiano. Vale destacar que o boato nunca foi real, e a falta de entendimento entre o dono da madeireira e Antonio Conselheiro resultou num genocídio causado pelo exército no sertão brasileiro.

Euclides da Cunha narra esse embate da seguinte maneira:

“A multidão aproximou-se, tudo o indica, até beirar a linha de sentinellas avançadas. E despertou-as. Os vedetas estremunhando, surpresos, dispararam, á tóa, as carabinas e refluíram precipitadamente para a praça que ficava á retaguarda, deixando em poder dos aggressores um companheiro, espostejado a faca. Foi, então, o alarma: soldados correndo estontadamente pelo largo e pelas ruas; sahindo, semi-nús, pelas portas; saltando pelas janelas; vestindo-se e armando-se ás pressas, dirigida por sargento incorrecta linha de atiradores. Porque os jagunços lá chegaram logo, de envolta com os fugitivos. E o recontro empenhou-se brutalmente, braço a braço, adversarios enleados entre disparos de garruchas e revólveres, pancadas de cacetes e coronhas, embates de facões e sabres – adeante, sobre a frágil linha de defesa. Esta cedeu logo.”⁸²

Cunha aponta que o combate durou quatro horas e o tenente Pires Ferreira recuou com um saldo de dez homens mortos em sua guarnição. Foram mortos um alféres, um sargento, seis praças e dois guias que haviam sido contratados para levar o pelotão até Canudos. Além disso teve um total de dezesseis feridos. Segundo o autor, o tenente percebeu que aquele combate acabaria liquidando todos os que estavam presentes, pois os jagunços não desistiram fácil da sua missão. Ao retornar para casa, o tenente enviou um telegrama ao general relatando o acontecido.

1.3-Segunda expedição:

O fiasco da batalha causou uma situação conflituosa na política baiana. A situação era delicada no Exército que ao enfrentar um arraial, saiu de lá com a derrota! Essa situação

⁸²op. Cit. . Ibidem,1940, p: 232-233.



indicava a necessidade de uma união de forças para o combate aos conselheiristas. De acordo com General Sólton Ribeiro, a segunda expedição seria uma questão de honra para os militares devendo ser breve e letal. Em 25 de novembro de 1896, a nova expedição seria comandada pelo Major Frebrônio de Brito e contava com 250 soldados, 4 metralhadoras, 2 canhões.⁸³ Traçaram a estratégia de fazer um caminho diferente, iriam de Queimadas a Canudos, tendo como parada a cidade de Monte Santo que ficava a 90km de distância do Arraial.

As tensões políticas em Salvador giravam entorno das disputas pelo comando das ações. O general e o governador brigavam entre si para tomar as decisões sobre como e o que deveriam fazer. Sólton mandou mais 100 soldados comandados pelo Coronel Nunes Tamarindo, e o governador também enviou um número de 100 policiais para Monte Santo. Cada um deles buscava combater com as armas que tinha. O governador da Bahia telegrafou ao ministro da Guerra, visto que não estava satisfeito com a intransigência do general Solon, enviado por Manuel Vitorino, presidente da República em exercício. Para o governador, Luiz Viana, era o estado que deveria assumir essa questão de honra e não, o general. Como Manuel Vitorino era aliado político de Luiz Viana, Sólton Ribeiro foi afastado do cargo, assumindo em seu lugar um militar favorável ao governador⁸⁴.

Segundo Cristina Coin havia uma euforia e a certeza do triunfo. Os comandantes não perceberam, no entanto, a presença de emissários do Conselheiro observando, perguntando e interagindo com os soldados. O Major Frebrônio de Brito saiu de Monte Santo, com quase 600 homens para Canudos convicto da vitória e, em 12 de janeiro de 1897, os soldados marcharam pela estrada do Cambaio, que era mais curta, porém bastante escabrosa. “O Major Frebrônio de Brito levava cartas de recomendação dirigidas a ricos fazendeiros da região, amigos do governador, para o caso de necessitar de ajuda”⁸⁵. Depois de alguns dias de viagem, a comida acabou e os tropeiros, contratados para levar as cargas mais pesadas, desapareceram durante a noite deixando os soldados com fome e com pouca munição.

A estrada do Cambaio possuía um terreno irregular e muito dificultoso à sua travessia. Quando os soldados iniciaram essa passagem foram surpreendidos pelos jagunços que estavam entrincheirados no alto da montanha de pedra. Esses militares, que não conseguiam avistar as posições em que os conselheiristas estavam abrigados, atiravam para qualquer lugar, até que alguns deles conseguiram aproveitar a chance de acionar os canhões. “Os

⁸³ COIN, Cristina. *A Guerra de Canudos*. São Paulo: editora Scipione, 1992.

⁸⁴ op. Cit. . Ibidem, 1992, p: 38-39.

⁸⁵ op. Cit. . Ibidem, 1992, p: 40.



jagunços, assustados com tamanha explosão, dispersaram-se, pois nunca tinham visto armas tão poderosas como os canhões, que passaram a chamar de ‘*Armas do demônio*’⁸⁶.

A segunda leva desta expedição aconteceu em janeiro de 1897 e contaria, na época, com quase 600 homens que novamente falhariam na tentativa de chegar à Belo Monte. Os conselheiristas, abastecidos pelas armas retiradas dos soldados na primeira batalha, tinham agora mais poder de fogo e infligiriam grandes danos na tropa do Major Febrônio de Brito. Novamente, as notícias, que chegaram à Capital, eram alarmantes. Aquilo que se iniciou com uma disputa da compra da madeira para construção da Igreja Nova, alcançava um tamanho temerário em toda a Nação, sendo considerado um perigo direto à República.

1.4-Terceira Expedição:

A terceira expedição contava com um quantitativo de 1.200 homens, divididos entre vários pelotões – companhia de artilharia, companhia de cavalaria, quatro canhões, engenheiros militares e uma equipe médica. Esses militares foram posicionados em duas colunas: uma na parte da frente conduzida pelo comandante Moreira César (o Corta-Cabeças) e outra, na retaguarda, pelo o Comandante Coronel Pedro Nunes Tamarindo. Cristina Coin ressalta que Moreira César, com pressa em destruir o Arraial de Canudos, não julgou necessárias as informações do Comandante Febrônio de Brito e partiu para Queimadas com a mesma euforia e superioridade que as duas primeiras expedições tiveram.

Segundo Euclides da Cunha, quando o Coronel Moreira César chegou ao alto da cidade e avistou Monte Santo com seus casebres. Então, movido por uma empolgação e ansiedade, resolveu tomar Canudos, acreditando que, em poucas horas, teria a cabeça de Antonio Conselheiro numa bandeja. De imediato, ordenou aos soldados um bombardeio com canhões, causando estragos nas casas e principalmente na igreja velha. Logo que viram o soar das bombas, os conselheiristas tocaram os sinos da Igreja Nova, convocando os combatentes para a batalha.

Na descida da serra, os soldados levaram uma rajada de tiros quase fulminante, que vinham das torres da Igreja Nova, das casas e das trincheiras. Cristina Coin descreve que, neste combate, foi usada a cavalaria com péssimo resultado devido às características do terreno. Os cavaleiros eram jogados ao chão, por conta do forte barulho que atordoava os cavalos. Os poucos que conseguiram se manter montados e adentrar o arraial também foram

⁸⁶ Op. Cit. . Ibidem, 1992, p: 41.

jogados contra as paredes das casas, tornando-os alvo fácil diante das munições dos conselheiristas.

Depois de perceber que parte de suas tropas estava sofrendo inúmeras baixas, o Coronel Moreira César conclamou os seus soldados a almoçarem dentro do Arraial. Ao descer até a entrada da cidade de Canudos, foi mortalmente ferido e, sem dar nenhum disparo, caiu, causando a debandada dos soldados e do próprio comandante Pedro Nunes Tamarindo, que ao assistir a morte do coronel “*deu a mais curiosa ordem de combate que já se ouviu no Exército brasileiro: Em tempo de murici cada um cuide de si!*”⁸⁷. Pedro Nunes Tamarindo também foi morto pelos combatentes de Canudos pouco tempo depois.

O mais terrível “Homem” do Exército Brasileiro foi executado! Este conflito foi comparado à cena bíblica da luta entre Davi e Golias. Nessa passagem, Davi derrota Golias com uma simples pedra na cabeça, enquanto a tropa de Canudos, com um único tiro, elimina o Coronel Moreira César, o corta-cabeças, alcunha recebida durante os combates da Revolução Federalista. Podemos identificar Davi como Canudos, uma cidade de gente humilde e sem nenhum treinamento adequado para encarar uma guerra como foi desenhada; já Golias seria o temido coronel, reconhecido por sua bravura, imponência e arrogância excessiva. Sabemos que, na história bíblica, Davi derrotou Golias, mas, na nossa história nacional, Canudos ainda teria outra batalha pela frente, que seria muito mais sangrenta que as três primeiras.

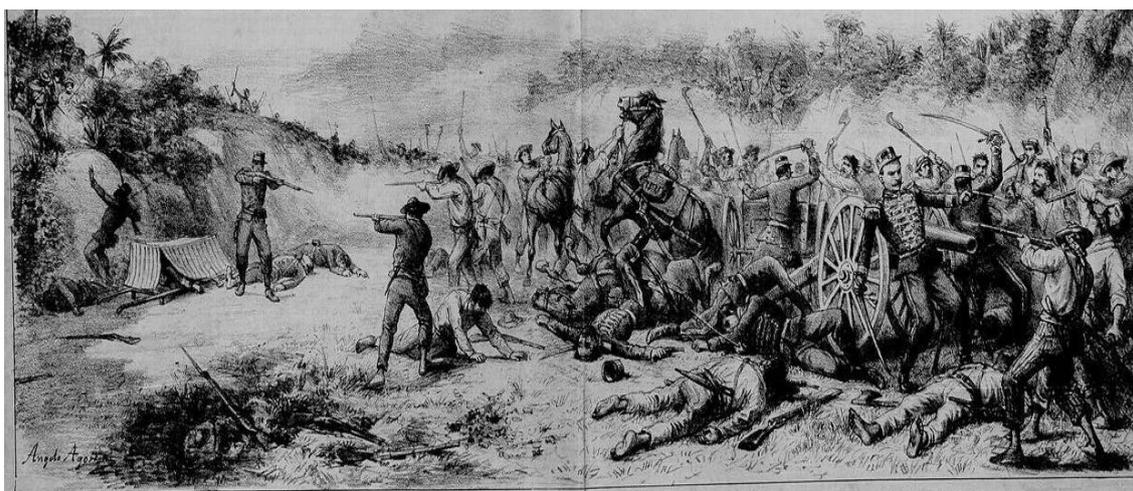


Imagem 02: O capitão Salomão de Paula, da expedição Moreira César, cercado pelos sertanejos⁸⁸

⁸⁷ CARNEIRO, Glauco. “História das Revoluções Brasileiras – da Revolução da República à Coluna Preste (1889/1927)” (1º Volume). Edições o cruzeiro, 1965.

⁸⁸ Imagem retirada do livro do autor Renato Mocellin, *Canudos fanatismo ou a luta pela terra?*. São Paulo: editora do Brasil, 1989, p: 23. Esta imagem também está disponível em: <<http://historiatexto.blogspot.com.br/2016/07/expedicaomoreira-cesar-canudos-1897.html>> Acessado em 10/09/2017.



Os poucos soldados, que conseguiram escapar com vida, informaram aos Comandantes em Queimadas sobre a nova derrota, o que deixou o Exército perante uma vergonha nacional, ocasionando, portanto, uma convocação de mais de cinco mil homens com o intuito de vencer, de uma vez por todas, a guerra contra Canudos.

1.5-Quarta Expedição:

O insucesso da Terceira Expedição causaria um pavor na capital do Brasil (Rio de Janeiro) e na Bahia, pois, como três expedições, conduzidas por comandantes altamente treinados, teriam sido derrotadas por um povo inexperiente na guerra? Como o Coronel mais temido do Exército havia sido eliminado sem dar um único disparo com sua arma? Essas eram algumas das perguntas que todos faziam aos comandantes do Exército e ao Governo Federal. Os jornais noticiavam que o reduto de Antonio Conselheiro era um lugar de monarquista e, portanto, deveria ser aniquilado. A República exigia vingança contra esse povoado! Houve uma consternação geral e manifestações populares, numa disputa entre republicanos e monarquistas. Três jornais de cunho monarquista – *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo* – foram violentamente destruídos.⁸⁹ “*Gentil de Castro, diretor de um desses jornais foi assassinado. Em São Paulo também a população incitada pela campanha antimonarquista, clamava por vingança. A palavra de ordem “Vamos salvar a República!” não poupava vandalismos.*”⁹⁰ A Guerra de Canudos foi travada não somente nos confins do sertão da Bahia, mas também nos jornais do Rio de Janeiro, com matérias especulativas, assim como nas rodas de conversas dos intelectuais brasileiros. Três jornais estrangeiros também noticiaram a guerra, sendo um francês, um alemão e um inglês.

Devido a esse caldeirão fervente de opiniões e desejos de vingança, a Quarta Expedição foi convocada. Para esta nova empreitada, foram chamados os generais João da Silva Barbosa e o Cláudio do Amaral Savaget, que atuariam sob o comando do General Artur Oscar. No dia 2 de abril de 1897, estava reunida em Queimadas grande parte dos pelotões – infantaria, artilharia e mais uma vez a cavalaria. E novamente, as tropas foram divididas em duas colunas, cada uma com três brigadas. A primeira era comandada pelo General João da Silva Barbosa e a segunda pelo General Cláudio do Amaral Savaget.

⁸⁹ Op. Cit. . Ibidem, 1992, p: 50

⁹⁰ Op. Cit. . Ibidem, 1992, p: 50



O General Artur Oscar decidiu enviar as tropas por um caminho diferente. A primeira iria pelo Monte Santo, fazendo um percurso semelhante ao que foi feito pelas expedições anteriores, já a segunda partiria de Aracaju, atravessando o interior de Sergipe até chegar à cidade de Jeremoabo, sertão leste da Bahia. Essa estratégia consistia em fazer um duplo ataque a Canudos, obrigando as forças conselheiristas a dividirem-se durante os ataques. Enquanto a primeira tropa teve dificuldades na travessia até chegar ao alto da favela, a segunda conseguiu fazer um caminho menos penoso, porém, colidiram com as forças de Antonio Conselheiro. Ambas sofreram ataques dos conselheiristas que, a partir de pontos estratégicos, atiravam, certamente, enquanto os soldados gastavam munições sem acertar os oponentes.

Cristina Coin considera que:

“o resultado do confronto foi lastimável para a 4ª expedição. Além de sentirem na pele a tenacidade guerreira das forças do Conselheiro, colocaram-se em uma situação difícil. Havia efetivamente conquistado uma pequena parte do arraial, mas não podiam avançar nem retroceder. O caminho até a Favela estava fartamente vigiado, impedindo o transporte dos feridos à enfermaria. quase metade dos expedicionários estava fora de combate, os mantimentos já estavam acabando e a munição não seria suficiente para novo ataque. Diante dessas condições Artur Oscar enviou uma mensagem ao governo, pedindo reforço em caráter de urgência”⁹¹.

O comandante Miguel Girard foi enviado a Canudos com mais de mil homens e duzentos cargueiros de provisões para dar suporte às duas colunas. Devido ao transporte precário, assaltos, desespero e fuga de alguns soldados, a brigada chegou quase na mesma situação em que estavam as duas colunas que combatiam os conselheiristas. Artur Oscar, portanto, comunicou ao Marechal Carlos Machado Bittencourt que esta brigada havia chegado sem provisões suficientes. Dessa forma, ele mesmo convocou novas tropas contendo quase três mil homens, sob a liderança do General Carlos Eugênio a fim de garantir a vitória do Exército.

Com esses reforços, parecia que seria inevitável o fim da cidade de Canudos. Então, em julho de 1897, os combatentes Pajeú e João Abade foram mortos, e Antonio Vilanova, que saiu para buscar comida, nunca mais retornou. Assim, os maiores inimigos da República, que infligiram várias baixas ao Exército brasileiro, tiveram seu fim decretado. Artur Oscar decidiu, em meados de setembro, intensificar os bombardeios. Logo, algumas casas viraram

⁹¹ Op. Cit. . Ibidem, 1992, p:57.



pó, outras voaram pelos ares. A Igreja Nova foi destruída junto com as duas torres, lugar pelo qual os conselheiristas faziam suas defesas.

Em 22 de setembro de 1897, morre Antonio Vicente Mendes Maciel – o Conselheiro.. Não se sabe a ocorrência concreta da sua morte pois, na historiografia do evento, há narrativas que afirmam que ele morreu por meio de estilhaços de uma granada. Alguns de seus seguidores diziam que ele anoiteceu e não amanheceu, como se fosse um anjo. A versão tradicional, mais difundida, foi a de que seu óbito ocorreu por conta de problemas intestinais.

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao exgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quaes rugiam raivosamente cinco mil soldados”⁹².

Esta foi a narração que Euclides da Cunha fez em seu livro “Os Sertões – Campanha de Canudos” para demonstrar o final da Guerra. Mas, ao olharmos atentamente para a imagem abaixo, podemos perceber que os derrotados, que se entregaram, já não aguentavam mais aquela guerra sangrenta e desejavam viver. Os poucos que resistiram, foram violentamente assassinados. Como relatou Euclides da Cunha, esses homens acreditaram nos comandantes do Exército, que lhes prometeram poupar a vida caso se entregassem, mas tiveram suas vidas tiradas através da prática mais bárbara, a “degola”. Já as mulheres e crianças foram dadas como butim de guerra aos soldados.

⁹² Op. Cit. . Ibidem, 1940, p: 611.



Imagem 03: A foto representa os sobreviventes da Guerra de Canudos PIEDADE, Lélis. *“Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901”*. Organizador: Antônio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002. p: 271.

1.6-As tentativas de apagamento da memória:

No dia 05 de outubro de 1897, encerrou-se a Guerra de Canudos, porém, longe dos holofotes dos jornalistas, os conselheiristas travaram uma dura batalha/luta para manter sua existência e a preservação de sua memória. Os participantes tiveram suas imagens deturpada ao serem denominados como “*jagunços*” e “*bandidos*”. Os membros do Arraial, que sobraram, foram perseguidos e forçados a andar clandestinamente pelos pequenos povoados nordestinos, onde não seriam reconhecidos e poderiam se refugiar em abrigos naturais (cavernas ou dentro da própria caatinga) à espera de tempos melhores para retornar às suas comunidades de origem⁹³. Espalhados, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, eles sofreram ameaças de morte, que por sinal, muitas foram concretizadas. Um exemplo dessas atrocidades consta-se na história de José Travessia, que narrou sua ida “para o mato comer gravatá e dormir ao Deus dará, para ver se escapava com vida [...] acabada a luta, voltei, não havia mais nada, a não ser montes e mais montes de gente apodrecendo sem cabeça”⁹⁴.

⁹³ PIEDADE, Lélis. *“Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901”*. Organizador: Antonio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002. Ibidem p: 21

⁹⁴ op. Cit. Ibidem, 2002, p: 21



Segundo Antônio Olavo⁹⁵, ao final da Guerra de Canudos, o exército deixou, como marca, um genocídio cruel dos sobreviventes. Tal atitude pode ser comprovada pelos telegramas trocados entre o Marechal Carlos Machado Bittencourt e o General Artur Oscar, quando o próprio marechal argumenta que não teria lugar para guardar todos os prisioneiros detidos⁹⁶. O documento “Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901 coordenado por Lélis Piedade)” também deixa transparecer que o General Artur Oscar teve “carta branca” para matar todos os inimigos de guerra. Uma das práticas utilizadas por eles (o Marechal e o General), foi a degola, que simbolizou a consumação final de todos os homens que resistiram ao massacre.

Enquanto, isso as mulheres e as crianças tiveram um destino diferente, pois alguns deram sorte de encontrar novamente as suas mães, outros foram vendidos ou dados como butim de guerra, e ainda, houve aqueles que foram abandonados para morrer no meio do caminho. Cabe ainda destacar:

“que há um apelo à caridade na medida em que enfatiza a divisão e venda das crianças como animais, inclusive para pessoas desqualificadas para tal função, destaca a existência de maus tratos e denúncia de escravidão quando inquirido pelo tesoureiro do Comitê, enfatizando que existe a venda de menores”⁹⁷

Sendo assim, o Comitê Patriótico da Bahia promoveu um amparo aos belomontenses e também uma tribuna de defesa aos prisioneiros, viúvas e órfãos no pós-guerra, denunciando os maus tratos, as covardias e a escravidão a que estes eram submetidos, pois muitos foram, inclusive, “abandonados pelas estradas, vendidos como novos escravos ou levados como “troféus de guerra”⁹⁸. Como aponta Martins Alvin Horcades, a Faculdade de Direito da Bahia enviou para o teatro da guerra uma turma de médicos para cuidar dos feridos, inclusive, ele (Martins Alvin Horcades) próprio esteve neste anfiteatro de guerra. Quando esses alunos retornaram à instituição, fizeram uma declaração, que tem por título “À NAÇÃO”⁹⁹, “o documento, datado de 3 de novembro de 1897, é um protesto”¹⁰⁰. O seu

⁹⁵ Ibidem, 2002, p: 21

⁹⁶ PIEDADE, Lélis. Op. Cit., Ibidem p: 34.

⁹⁷ PIEDADE, Lélis. Op. Cit., Ibidem p: 34.

⁹⁸ Op. Cit., Ibidem p: 33.

⁹⁹ José Francisco Carvalho Costa em seu artigo “Textos de José Calasans”, argumenta que esses alunos fizeram dois manifestos, um quando foi ao palco da guerra e outro quando voltou de lá e perceberam as crueldades que os comandantes cometeram contra os que sobreviveram àquelas carnificinas.



objetivo era denunciar os degolamentos e as atrocidades que o exército cometia aos moribundos de Canudos; o manifesto contém denúncias dos abusos cometidos pelos soldados do Exército brasileiro, como por exemplo:

“um crime. Apontava o vencedor dito civilizado como mais bárbaro do que o vencido considerado fanático. A responsabilidade dos crimes cometidos era atribuída ao Exército Nacional, que voltava vencedor de uma campanha ingrata. A luta fora realmente terrível, numa sequencia de fatos reveladores da incompreensão nacional, da desorganização em que vivíamos. Alguns militares, na fase final da luta, excederam-se desumanamente”¹⁰¹

Com isso, podemos compreender que, acabada a destruição da cidade, começaram a chacinar os sobreviventes, mesmo que autoridades tivessem anunciado que poupariam a vida daqueles que se rendessem, como foi o caso do Beatinho, que tratou a base das negociações com os comandantes do exército. Apesar disso, após passar por um longo interrogatório, Beatinho foi condenado à morte; “[...] porém, a matança era em massa, sendo degolados indistintamente, além dos guerrilheiros, velhos, mulheres e crianças que sobreviveram à destruição de Canudos”¹⁰².

¹⁰⁰ Este documento pode ser encontrado no artigo do autor José Francisco Carvalho Costa. “Textos de José Calasans”; Cujá à historiografia vigente também tenta compreender os atos de violência no pós-guerra de Canudos. Ibidem p: 10.

¹⁰¹ COSTA, José Francisco Carvalho. “Textos de José Calasans”. Ibidem p: 10.

¹⁰² COSTA, José Francisco Carvalho. “Textos de José Calasans”. Ibidem p: 10



Imagem 04: Igreja de Santo Antonio (Igreja Velha), construída por Antonio Conselheiro e inaugurada em 1896. [PIEDADE, Lélis. “Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901”. Organizador: Antônio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002. pp: 266.

Para autor Alvim Martins Horcades o solo por onde passava água, agora era banhado por sangue de centenas de sertanejos que defendiam uma ideia com tanto fervor, que era difícil de acreditar. Horcades aponta ainda que:

“é o cumulo do banditismo praticado a sangue frio como se fôra uma acção nobilitante! Assassinar-se uma mulher, pelo simples facto de ser o seu companheiro conivente com o que se dava – é o auge da miséria! Arrancar-se a vida a criancinhas, que ainda não haviam sentido o mais leve bafejo da acção corruptora do humanismo, cérebros inconscientes em que não haviam vibrado ainda sentimentos em que máus e que mais tarde concorreriam para solidificar a muralha pujante que sustenta as creanças republicanas – é o maior dos barbarismos e dos crimes monstruosos que o



*homem pôde praticar! [...] Mas entendeu-se que alli a lei era a força e o juiz o punhal.”*¹⁰³

Antônio Olavo, no texto citado anteriormente, expõe uma evidência relacionada ao objetivo do Presidente da República, Prudente de Moraes, que seria não deixar em Canudos “pedra sobre pedra”, para que nunca mais se reconstruísse uma cidade maldita como fora Belo Monte. Por parte das elites conservadoras, havia um desejo generalizado de exterminar todos que fossem conselheiristas. Como afirma Aristides Milton¹⁰⁴ “a preocupação dos generais era não deixar uma parede em meio, uma viga sequer intacta. Quiseram que ali se plantasse a solidão e a morte”¹⁰⁵.

Há outro autor, que descreve o final da Guerra em Canudos, o reporte Fávila Nunes, correspondente do jornal carioca “A Gazeta de Notícias”. Ele escreveu, em 8 de outubro, sobre os últimos dias de Canudos, após o fim dos combates, as seguintes palavras:

*“[...] pretendo seguir hoje para Monte Santo, porque a permanência aqui é insuportável, em vista da situação de Canudos, transformado em vastíssimo cemitério com milhares de cadáveres sepultados, outros milhares apenas cobertos de terra e o pior de tudo, outros milhares completamente insepultos. Não se pode dar um passo sem se tropeçar em uma perna, um braço, um crânio, um corpo inteiro, outro mutilado, um monte de cadáveres, aqui meio queimados, outro ali ainda fumaçando, outros adiante completamente putrefatos, disformes, e no meio de tudo, o incêncio, uma atmosfera cálida e impregnada de miasmas pútridos. Por toda a parte o cheiro horripilante de carne humana assada nos braseiros das casas incendiadas, cinco mil e duzentas casas em labare das!”*¹⁰⁶

¹⁰³ Preferimos manter o texto original para que não houvesse incoerência em relação ao que o autor Horcades quis enfatizar sobre a sua concepção do que fora os momentos finais da Guerra de Canudos. HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996. p: 104-105.

¹⁰⁴ Aristides Milton apud PIEDADE, Lélis. “*Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*”. Organizador: Antônio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002.

¹⁰⁵ Aristides Milton apud PIEDADE, Lélis. *Ibidem* p: 17

¹⁰⁶ *op. Cit.* . *Ibidem*,2002, p: 17



Imagem 05: Cadáveres nas ruínas [PIEDADE, Lélis. “Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901”. Organizador: Antônio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002. pp: 272.

É importante ressaltar que todas essas informações são de alguns autores baianos que não se subverteram às atrocidades cometidas pelos Comandantes do Estado e do Exército, e de alguma forma, à aniquilação da memória dos que, com vida, conseguiram resistir aos castigos físicos e morais imposto á época.

De modo geral, fala-se que o número de habitantes girava em torno de 10 mil à 35 mil. O Exército contou 5.200 casas que ficaram de pé, após o fim do conflito. As destruídas não puderam ser contadas, porque foram derrubadas com os bombardeios dos canhões. Enfim, nunca saberemos, ao certo, quantas casas ou quantas pessoas viveram em Canudos. Sabemos, somente, que mesmo sendo este número dado pelo Exército, a batalha foi muito sangrenta, vitimando milhares de brasileiros de ambos os lados. Pessoas e famílias inteiras abandonavam seu trabalho nas fazendas para seguir o Conselheiro. Em três anos de existência, Canudos tornou-se na segunda maior cidade da Bahia em número de habitantes, o que acabou provocando uma escassez de mão de obra nas fazendas para desgosto de muitos coronéis da região baiana e a sua destruição. Nada deveria sobreviver, nem a memória.

1.7-Movimentos sociais entre 64 à 85 e depois o, pós ditadura

O Brasil vivenciou de 1964 à 1985 um contexto político muito conturbado, pois o país era governado pelas forças armadas e a participação popular para alguns autores era quase nula. Há, no entanto, quem acredite que a participação popular fora efêmera mas muito



contundente. De fato, existiram grupos políticos que viveram clandestinamente e lutaram para que o território brasileiro voltasse para uma democracia.

A partir da metade da década de 80 o Brasil começa a sua abertura política. No dia 25 de abril de 1984, após inúmeras manifestações e mobilizações populares em todas as cidades brasileiras, a Câmara Legislativa Federal, iria votar a Emenda Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas para presidente da República. Ao final do dia, o Jornal do Brasil deu a seguinte notícia:

“Depois de 16 horas e sessenta discursos, em uma das mais tensas sessões de sua história, a Câmara dos Deputados rejeitou a emenda Dante de Oliveira [...]. Do lado de fora, a frustração foi proporcional à esperança da população, que ocupara as praças em todo o país durante a votação. Em Brasília, estudantes escreveram com seus próprios corpos a expressão Diretas-Já no gramado do Congresso.”¹⁰⁷

A derrota desta Emenda não significou um ponto final na transição política. Ao longo do ano de 84 e início de 85 várias iniciativas para o retorno do país ao estado democrático de direito ocorreram¹⁰⁸. O Brasil voltou a ter uma Constituição Democrática em 1988 que foi considerada a Constituição mais cidadã entre todas as que o país já possuiu

Sabemos da importância dos movimentos sociais, pois foram eles que, durante este período nebuloso de nossa história, resistiram arduamente os sucessivos golpes implementados pelos militares que retiravam e negligenciavam os direitos humanos. Contudo, queremos apenas delinear que assim como as organizações da sociedade civil sempre lutaram por melhores condições de direitos, se esta pesquisa fizesse uma comparação a Guerra de Canudos estaria dentro deste patamar. Pois ela é um movimento social de contestação da primeira república que por sinal era um militar que comandava o Brasil, bem como a Canudos é considerado o primeiro movimento social de sem terras.

1.8-Canudos como Movimento Social

Podemos entender Movimentos Sociais como um conceito histórico definido por historiadores, sociólogos e filósofos, tais como: Alain Touraine, Marx, Dürkheim, Weber, Gabriel Tarde e Ortega y Gasset. Segundo Alain Touraine os movimentos sociais “estão

¹⁰⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: Vozes das cidades. In: Revolução e Democracia. Org: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. Pg:411.

¹⁰⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit. Ibidem. Pg: 413



diretamente conectados aos embates sociais e políticos de uma sociedade”¹⁰⁹, de forma que estes embates sociais são:

*“característicos do Estado moderno, permeado por disputas políticas de caráter individualista e pela desigualdade social. Essa desigualdade transforma-se em segregação social, cultural e econômica, fatalmente limitando as formas de atuação civil de grupos em situação fragilizada”*¹¹⁰.

Os movimentos sociais são o choque de realidade que, quando eclodidos, são uma das ferramentas/maneiras que os grupos menos abastados têm para reivindicar os seus direitos.

Corroborando com essa perspectiva Norberto Bobbio salienta que:

*“os movimentos sociais constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. Comportamentos coletivos e Movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos”*¹¹¹.

Posto isto, entendemos que os grupos que se organizam em torno de um ideal ou solicitações/demandas, *“ao se aglomerarem na formação de um corpo voltado para ação, são entendidos como os que compõem os movimentos sociais”*¹¹². Com base nessas concepções deste conceito, temos refletido sobre a questão, *“quando a Guerra de Canudos passou a ser classificada ou a ter a conotação de Movimento Social?”*. Para responde-la, utilizamos as concepções de Antônio Fernando de Araújo Sá¹¹³. Em 1965, ocorreu o Concílio Vaticano II. Apartir dos desdobramentos de suas deliberações, começou a emergir, principalmente nas zonas do sertão do nordeste brasileiro, a ideia ou o *“fim da ruptura entre povo, palavra e altar”*¹¹⁴. Antônio Sá argumenta que:

“segundo documento do Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), elas ‘significam, nos moldes da Teologia da Libertação, o encontro entre uma prática muito arraigada na tradição religiosa do povo

¹⁰⁹ RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Movimentos sociais. Disponível em <<https://www.preparaenem.com/sociologia/movimentos-sociais.htm>>. Acessado em 24/01/2021.

¹¹⁰ RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Op. Cit. Ibidem.

¹¹¹ Bobbio, Norberto - Dicionário de política. Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. P: 787.

¹¹² RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Op. Cit. Ibidem.

¹¹³ SÁ, Antônio F. A de. Canudos Plural: Memórias em Confronto nas Comemorações dos centenários de Canudos (1993/1997). In: Revista de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília: Departamento de História, UNB, 1998.

¹¹⁴ SÁ, Antônio F. A de. P: 119.



do campo as peregrinações e romarias aos santuários e lugares sagrados com o conteúdo da ‘luta pela terra’”. É interessante observar que a idéia de peregrinação surge enquanto um acontecimento que faz parte da vida do sertanejo, na medida em que, nos confrontos com a seca, com a fome, com as barragens e com os grandes fazendeiros, o povo do sertão ritualiza e sacraliza sua condição de errância na romaria, na caminhada”¹¹⁵.

Na década de 1980, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), declarou sua condenação ao capitalismo, induzidos pelas experiências destas peregrinações que ocorriam desde 1965. E:

“imbuídos desta nova postura político-ideológica de parte da Igreja Católica frente à questão camponesa, algumas iniciativas podem ser registradas no sentido de se apropriar da memória de luta de movimentos até então silenciados pela historiografia oficial. Em 1985, os trabalhadores rurais sem-terra resgatam a memória do Contestado, a partir da 1ª Romaria da Terra em Taquaruçu. Atualmente, há vários acampamentos e assentamentos do MST “que reivindicam para o título de herdeiros da luta popular do Contestado”. Na mesma época, com o intuito do “resgate da história e da experiência concreta e da luta heróica dos camponeses de Belo Monte”, membros das comunidades eclesiais de base da paróquia de Monte Santo e um grupo de artistas, militantes de partidos de esquerda e moradores de Euclides da Cunha e Uauá, numa discussão às margens do açude do Cocorobó, decidiram criar o Novo Movimento Histórico de Canudos, em 15 de outubro de 1983. Em seu depoimento, Enoque Araújo, que representou Conselheiro na 1ª Missa pelos Mártires de Canudos, lembra que a preocupação com a história de Canudos vinha sendo construída na região desde 1981, quando fora criado o Grupo Conselheiro na cidade de Euclides da Cunha (...)”¹¹⁶.

Sendo assim, a partir de 1965, com o movimento de “resgate da história e da experiência concreta e da luta heróica dos camponeses de Belo Monte”¹¹⁷, Canudos passou a ser considerado um movimento social e há uma revisão historiográfica sobre as experiências vivenciadas em Belo Monte.

Essa revisão historiográfica aborda a Guerra de Canudos não pelo olhar do vencedor, mas pela perspectiva dos sobreviventes. Vale ainda ressaltar que a Guerra de Canudos a partir deste movimento Pastoral (Igreja Católica) e Intelectual (Universidade e alguns jornalistas) buscou desmistificar algumas considerações feitas por Euclides da Cunha quanto ao

¹¹⁵ SÁ, Antônio F. A de. P: 119.

¹¹⁶ SÁ, Antônio F. A de. P: 120.

¹¹⁷ SÁ, Antônio F. A de. P: 120.



sertanejo, ou a imagem de Belo Monte ter sido uma cidade pacífica até a Guerra. Esse trabalho se deveu ao fato desses estudiosos passarem a utilizar fontes orais como método de compreender a História.

Na 8ª Plenária Nacional da CUT¹¹⁸, “realizada entre os dias 28 a 30 de agosto de 1996, no Parlamento Latinoamericano, em São Paulo, SP”¹¹⁹, encaminhou-se uma homenagem à luta do povo de Canudos que por conta desta ação que “desencadeou um processo de lutas por melhores condições de vida no Nordeste brasileiro. Por deliberação dos delegados, a 8ª Plenária passou a se chamar ‘Plenária Canudos’”¹²⁰. No centenário da Guerra de Canudos houve algumas comemorações importante tanto na Bahia, como Monte Santo, Euclides da Cunha, Nova Canudos, dentre outras, além de produções acadêmicas e cinematográficas.

As comemoração centenárias, na década de 1990 possibilitaram também a visibilidade para outro movimento de luta pela terra -, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), levantando a questão da reforma agrária no cenário político brasileiro, tornando assim, de fato um movimento social que luta pela igualdade da terra..

1.9-Canudos nos Livros Didáticos

O livro didático é um dos materiais mais acessíveis para os alunos das classes populares, por conta disso ele é um dos principais referenciais para educar uma criança/adolescente sobre os acontecimentos do passado. De maneira bem ampla é o livro didático quem direciona essas camadas da sociedade ao Ensino de História. Sob esta perspectiva, o presente texto pretende elucidar/delinear algumas perguntas que foram feitas ao longo da pesquisa. As perguntas são: Por que a Guerra de Canudos está nos Livros Didáticos? Quando ela começou a fazer parte do conteúdo escolar? O que a torna importante para que tenha entrado nos Livros Didáticos? Por que ela é tão importante que ganhou uma parte do capítulo dos Livros Didáticos? Porque ela e não outras guerras que aconteceram no Brasil neste mesmo período?. E para responde-los elaboramos duas hipóteses.

A primeira hipótese é que a Guerra de Canudos é um evento chave da História brasileira, pela repercussão da narrativa de Euclides da Cunha, considerado um dos

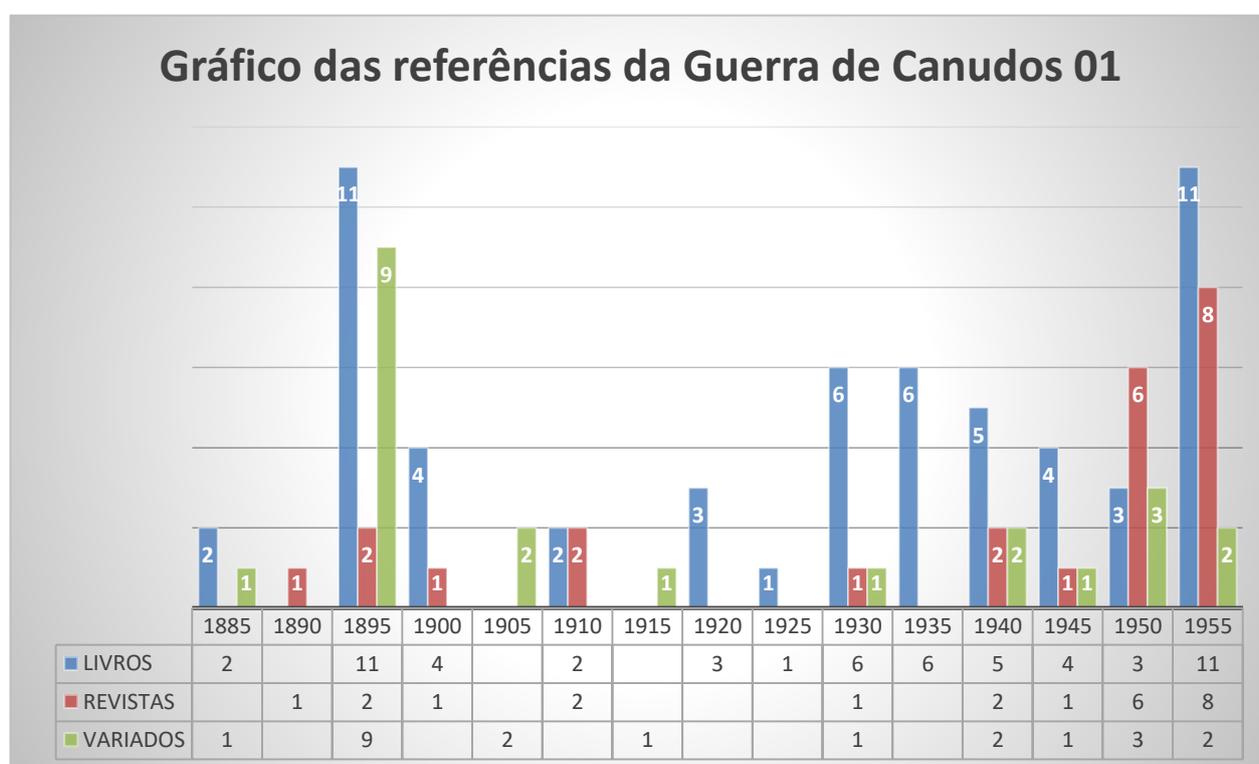
¹¹⁸ SÁ, Antônio F. A de. P: 131.

¹¹⁹ SÁ, Antônio F. A de. P: 131.

¹²⁰ SÁ, Antônio F. A de. P: 131.

explicadores/interpretes do Brasil. Associado a isso , temos duas explicações complementares, quase simbióticas, alimentadas pelo mesmo fascínio¹²¹. Cabe destacar que a Guerra teve uma cobertura jornalística nacional e internacional sendo noticiada pelos jornais o “Vossische Zeitung” um diário liberal berlinense, “The Times” de Londres e o “Le Temps” de Paris¹²², bem como a publicação de numerosos livros, poemas, artigos, textos acadêmicos dentre outros, antes e independentemente de “Os Sertões” de Euclides da Cunha. “*Mais do que qualquer outro acontecimento comparável na história do país até aquela data, além de ser tema de destaque na literatura popular*”¹²³ Para tal comprovação desta argumentação fizemos um quadro explicativo que está nos anexos 1 e 2.

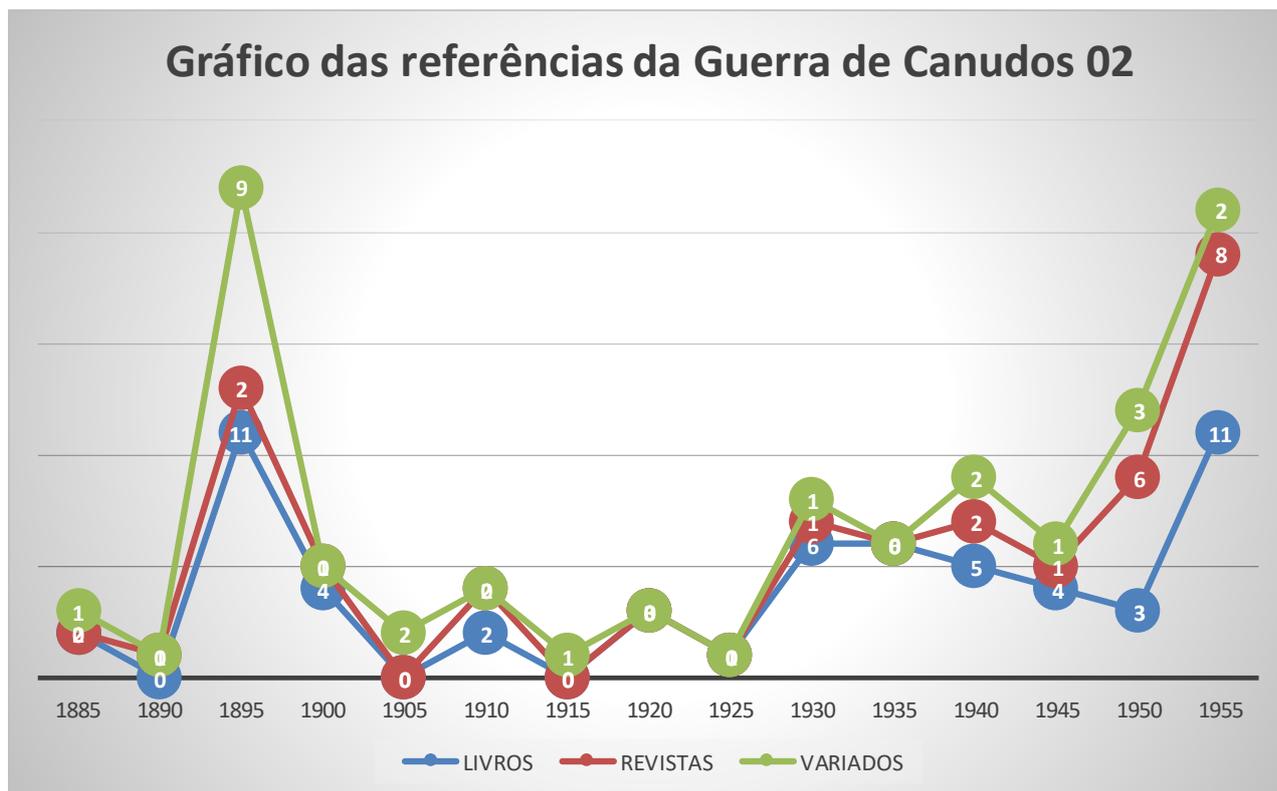
Anexo 1 e 2:



¹²¹ ZILLY, Berthold. Quadros e cenas de uma guerra: a história encenada em: os sertões de Euclides da Cunha. Disponível em <<http://filipe.tripod.com/zilly2.htm>>. Acessado em: 03/01/2020.

¹²² ZILLY, Berthold. “Notícias do fim do mundo: Canudos foi um evento de mídia global, com ampla cobertura em jornais europeus. Leitores ingleses souberam do fim do conflito antes dos brasileiros”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: “Canudos Guerra dos Brasis”. Rio de Janeiro, Nº 111, Ano 10, Dezembro de 2014. pp: 37-38. Cabe ainda destacar que as informações saíam do teatro da guerra para as redações da capital da Bahia (Salvador), a capital do Brasil (Rio de Janeiro) e São Paulo e direcionavam-se para as agências que mencionamos anteriormente, bem como para os jornais da cidade de Nova York, Lisboa e Buenos Aires. PP: 38.

¹²³ ZILLY, Berthold. Ibidem.



O gráfico do anexo 1 mostra como ocorreu a variação da produção historiográfica da Guerra de Canudos. Começamos pelo ano de 1885, quando aparecem as primeiras menções a Antônio Conselheiro e ao arraial de Belo Monte. A opção pelo período de cinco anos visa evidenciar algumas questões, que, de outra forma não seria possível.

Os dados foram reunidos a partir de sites de pesquisas que mostram a publicação de livros antes e depois do conflito, bem como revistas, jornais, poemas, cordel, dentre outros.. Cabe ainda mencionar que fomos até o ano de 1955, por ser o momento que a ascensão da historiografia canudense ressurge novamente com mais força.

O gráfico do anexo 2 é expõe os mesmos dados mostrando curvas que salientam o ápice da produtividade das fontes das quais nós apuramos.

Segundo Zilly Berthold aponta que esse genocídio:

“(...) a memória de Canudos particularmente atraente, tanto para os letrados como para os sertanejos, embora por motivos diversos, é o fato de o povo marginalizado de uma região marginalizada do Brasil ter fundado uma comunidade, uma pequena cidade, esboçando um modelo social baseado em suas próprias experiências, na cultura regional e no catolicismo popular, sem ajuda nenhuma das elites ou do governo, até mesmo contra sua vontade. [...]. a esse brilho utópico, ao fato de em Canudos o povo do sertão ter surgido pela primeira vez no cenário nacional como sujeito político, como dono de



sua própria história, o que transparece até nas fontes mais anticonselheiristas, como o relatório do frei capuchinho João Evangelista de Monte Marciano. Se, por outro lado, o aniquilamento de Canudos foi um evento estrondoso, importantíssimo para a consolidação da República, se foi quase uma catástrofe fundadora ou um crime fundador do Brasil republicano e moderno, através de cuja memória os brasileiros até hoje buscariam as suas identidades regional, nacional, social, religiosa, isto não se deve apenas ao livro de Euclides, pois todos os que escreviam e formavam a opinião pública na época sabiam que se tratava de um evento crucial e determinante para a história do país, sendo bastante difundida a opinião de que se tratava de um crime mesmo, de modo que o grande mea culpa dos letrados brasileiros já começara bem antes do aparecimento de Os Sertões.”¹²⁴

Esta citação nos auxilia na nossa primeira hipótese em dois aspectos importantes, o primeiro é o modelo social que existia dentro de Canudos que detinha raízes no catolicismo popular e uma cultura regional mostrando que aquele arraial possuía um sistema comemorativo popular; já o segundo aspecto nos mostra que o povo sertanejo teria surgido como sujeitos políticos, sendo organizadores de suas narrativas/história. Além de atestar que a Guerra de Canudos foram um evento estrondoso importantíssimo para a consolidação da República.

A segunda hipótese segue uma corrente historiográfica, é a de que existem fatos que são associados à construção/afirmação e/ ou contestação de uma identidade nacional, onde a Guerra de Canudos seria um deles. A autora Rebeca Gontijo, define a identidade nacional:

“pode ser compreendido como uma construção histórica resultante de um processo que atribui significados e sentidos a uma comunidade imaginada. Esse processo é contínuo e sujeito a inúmeras invenções, reelaborações e disputas em torno dos aspectos que poderão servir ir para diferenciar uma nação de outras: a língua, as tradições, a história etc. Assim a identidade nacional precisa ser continuamente reinventada e reinvestida de significados e sentidos, a partir de situações históricas específicas”¹²⁵.

Essa definição norteia nossa análise mostrando como o nosso tema, a Guerra de Canudos, se encaixa neste conceito, tendo em vista que segundo essa definição a História é responsável por fornecer a “matéria prima” para o sentimento de pertencimento, sendo que o

¹²⁴ ZILLY, Berthold. Ibidem.

¹²⁵ GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. PP: 55.

problema reside então na maneira como esta matéria será trabalhada e qual o sentido será dado para ela, o da desconstrução para uma nova leitura ou o da permanência¹²⁶.

Sendo assim, quando nós buscamos no passado os elementos que evidenciam o pertencimento a determinado grupo social, se estabelecem os parâmetros daquilo que deve ser lembrado enquanto identificação. Para Carretero (apud Diego Nascimento¹²⁷) a História é “o instrumento privilegiado para diferenciar “nós” dos “outros”, instância na qual se constrói uma identidade relacional”¹²⁸. Diego Nascimento complementa que o “*terreno da identidade é “irrenunciável” no que diz respeito a algumas utilizações que se faz da história. É nesse sentido que observamos a reiteração de modelos identitários delineados nos textos dos Livros Didáticos*”¹²⁹.

E, por conta disso pegamos emprestado as palavras da autora Circe Bittencourt quando a mesma conta que “o conhecimento do passado da pátria representaria uma das formas de regeneração que possibilitaria a preparação da nação para o seu futuro inexorável de grande nação”¹³⁰.

Desta forma, fica claro que esta hipótese representa o lado mais historiográfico da Guerra de Canudos, pois quando usamos o conceito de identidade e memória de um povo evocamos alguns autores que dialogam contra e a favor deste conceito. Mas o que queremos aqui é delinear que esta hipótese possui argumentos sólidos do que a primeira, no entanto, não podemos deixar de mencionar a primeira hipótese por que ela é importante para mostrar o quanto a narrativa esta imbricada na historiografia brasileira.

Elemento da cultura regional e identificado como episódio importante na história nacional, percebemos que a Guerra de Canudos entrou nos Livros Didáticos como um adendo ao capítulo da Primeira República. Ela se configura como o mito fundador da consolidação da Primeira República assim como representação de uma identidade nacional.

Christian Laville salienta que a melhor maneira de destruir um povo é começando pela memória depois pelos livros, pela cultura e sua história; “e uma outra pessoa lhes escreve outros livros, lhes da outra cultura e lhes inventa uma outra história”¹³¹.

¹²⁶ GONTIJO, Rebeca. Ibidem. PP: 70.

¹²⁷ NASCIMENTO, Diego Da Luz. Identidade e Ensino de História: Um Estudo de Livros Didático. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

¹²⁸ CARRETERO apud Diego Nascimento. Ibidem. PP: 06.

¹²⁹ CARRETERO apud Diego Nascimento. Ibidem. PP: 06.

¹³⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETEIRO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda (org.). Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre: Artimed, 2007. PP: 39.

¹³¹ KUNDERA, Milan apud LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.19, n°38, 1999, p.126.

Corroborando com essa ideia Jacques Le Goff, expõe a ideia do jogo que se apresenta entre a memória e o esquecimento afirmando que:

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”¹³².

Por conta disso devemos entender que a escrita da história toma proporções diferenciadas para cada tema que o historiador estuda. Tensionando ainda mais essa questão, e ao mesmo tempo trazendo essa análise/concepção para o nosso objeto compreendemos que todo tema que está no Livro Didático é uma narrativa contada por alguém e nós, enquanto historiadores, devemos compreender que elas não são monolíticas, pelo contrário. São espaços de tensão, de conflitos, de disputas, de interesses entre os grupos sociais e hegemônicos.

Ainda conforme Josefina Carmen quando ela usa os estudos de Ivor Goodson para enfatizar que as disciplinas não são monolíticas, mas sim espaços de tensão, de conflitos, de disputas por hegemonia¹³³. A incorporação de um tema nos currículos e manuais escolares é um processo que responde, segundo Goodson (apud Josefina Carmen¹³⁴) uma necessidade social de imediata existência e depois vai buscando um caminho, uma tradição.

Utilizando outra definição da autora Josefina Carmen, quando ela aponta que:

“o currículo como “tradição inventada” não é algo que se considere como pronto de uma vez por todas. Como tradição ele define um tipo de verdade – ele fornece uma estrutura para a ação que pode até permanecer por muito tempo sem ser questionada. Determinada seleção de conhecimentos pode até vir beneficiando, ao longo do tempo, determinados grupos dominantes. Isso ocorre por ser o currículo acadêmico abstrato, livresco, fragmentado, hierarquizado e centrado mais no desempenho escrito do que no oral”¹³⁵

¹³² LE GOFF, Jacques. Memória. In__ História e Memória. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. PP: 76.

¹³³ MELLO, Josefina Carmen Diaz de. Ibidem. PP: 29.

¹³⁴ MELLO, Josefina Carmen Diaz de. História da disciplina Didática geral em uma escola de formação de professores: (re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, SETEMBRO 2002. PP: 10.

¹³⁵ MELLO, Josefina Carmen Diaz de. Ibidem. PP: 21.



Por esse ínterim, afirmamos que nos primeiros anos da República a história teve como finalidade consolidar o papel do estado-nação na condução e na organização política, tendo como os personagens fundamentais os chefes de estado, considerados os verdadeiros construtores da pátria. As revoltas simbolizam a consolidação dessa memória nacionalista/tradicionalista uma vez que todas as revoltas foram duramente reprimidas e os seus líderes julgados e condenados, alguns ao esquecimento outros a memória trouxe a luz para que nunca esqueçamos de seus feitos.

Começamos o nosso texto apresentando as perguntas: Porque que a Guerra de Canudos está nos Livros Didáticos? Quando ela começou a fazer parte do conteúdo escolar? O que torna ela importante para que ela tenha entrado nos Livros Didáticos? Porque ela é tão importante que ganhou um pedaço do capítulo dos Livros Didáticos? Porque ela e não outras Guerras que aconteceram no Brasil neste mesmo período? E também as hipóteses para que ao longo do caminho conseguíssemos responder. De início, a primeira hipótese nos responde com alguns elementos as nossas questões, porque ela mostra tanto os letrados brasileiros quanto alguns europeus e americanos tiveram interesse neste episódio, o que torna ela relevante para a historiografia.

Temos também que refletir sobre os gráficos apresentados anteriormente. Por eles identificamos que a produção sobre a Guerra teve destaque em dois momentos. Um entre 1896 e 1898, e o segundo em 1955.

A segunda hipótese apresentou os conceitos de “Identidade nacional e Memória” como uma outra possível resposta para as perguntas que fizemos. O genocídio, que aconteceu em Belo Monte, exprimiu a ação da nação que destruiu um povo por considera-lo fanático e monarquista, ameaça a República nascentes. Não levavam em consideração que a grande miséria do sertão era a falta da atuação do poder público.

A referência mais antiga da presença da Guerra de Canudos nos livros didáticos de história remonta à História do Brasil de José Francisco da Rocha Pombo, de 1913. Neste livro, há uma narrativa da Guerra. Acreditamos que essa incorporação na década de 1910, pode ser compreendida pela valorização da identidade nacional e a afirmação do regime republicano.

Na década de 1930 esse lugar da Guerra como tema curricular estava consolidado. A consulta aos livros didáticos do período, nos leva a perceber que os seus conteúdos contém a escrita de uma história que tende a legitimar certos acontecimentos, personagens, narrativas/histórias de uma determinada parcela social do lugar como tradicionalista.



Cabe ainda destacar que fizemos uma pesquisa no Acervo do Grupo Oficinas de História. Nestes livros pudemos perceber que a narrativa sobre a Guerra de Canudos alicerça-se na interpretação euclidiana. Euclides da Cunha, enquanto um dos principais intérpretes do Brasil, do período, associou o conflito à construção da identidade nacional.

Por outro lado, o conflito foi considerado chave para afirmação do novo regime político do país. A imagem de um arraial, Belo Monte, no sertão da Bahia, com pessoas como agentes políticos, organizadores de um sistema sócio econômico próprio, praticantes de um catolicismo diferente do ortodoxo, era algo impensável. O regime republicanos, os coronéis nordestinos e parte do clero católico não poderia aceitar essa exitosa experiência que punha em cheque o seu *status quo*.

Assim, a Guerra de Canudos entra para a história escolar como episódio marcante para a experiência republicana que se iniciava no período e para forjar uma identidade/unidade nacional.



Capítulo 02

2.1-Entendendo a fonte. Livro Didático entre as políticas públicas e a difusão do conhecimento histórico escolar.

O Livro Didático é um dos principais materiais utilizados pelos professores em sua docência. Nesse sentido, é importante compreendermos como ele se tornou esse instrumento fundamental, nas escolas públicas brasileiras. Livro Didático é um material pedagógico, bem como, alguns outros objetos escolares, a saber: quadro, livros literários, data show e projetor, atualmente são considerados ferramentas básicas, além de serem centrais na prática docente. Este instrumento educacional é uma fonte de conhecimentos para os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A sua utilização depende da forma como cada profissional da educação irá utilizá-lo tanto quanto depende da forma como os alunos usufruem do conhecimento contido em cada Livro Didático. Em alguns cenários da sociedade brasileira ele (o Livro Didático) é o único material pedagógico que o discente vai ter para compreender a sua sociedade ou até mesmo um dos nossos objetos de pesquisa que é a Guerra de Canudos.

Considerando tudo isso podemos então discorrer que o Livro Didático é a representação de uma cultura, de uma pedagogia, de uma tradição política, de uma produção editorial e de uma sociedade¹³⁶. Com isso percebemos que este material detém uma grande força cultural envolvendo vários setores da vida humana além do seu preparo para o exercício cidadão.

Dogmaticamente, o Livro Didático, enquanto material físico, se trata de um material instrutivo educacional próprio para o ensino. Uma vez que, é um instrumento estruturado para a sala de aula, focado no ensino e exposição de conceitos e conteúdos disciplinares. Como mencionamos acima, no Brasil, as escolas públicas recebem os livros de forma gratuita por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Retomando à tese de Circe Bittencourt, os Livros Didáticos chegaram ao Brasil junto com a Família Real Portuguesa, além das Prensas para fazer livros e jornais. Ainda com base em seus escritos, ela apresenta os objetivos desta ferramenta, que seriam, para a “expansão e

¹³⁶ STRAY, Christopher. Apud FREITAS, Neli Klix & RODRIGUES, Melissa Haag. O LIVRO DIDÁTICO AO LONGO DO TEMPO: A FORMA DO CONTEÚDO. DAPesquisa, Florianópolis, v.3 n.5, p.300-307, 2008. P: 301.



melhoria dos materiais para a educação pública. Nela foram produzidos os primeiros manuais para cursos criados por D. João VI, notadamente os da Real Academia Militar¹³⁷. Os Livros Didáticos alcançaram um certo predomínio a partir de 1838 quando de fato as editoras começaram a publicar os livros escolares para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, pois a imprensa nacional não conseguiria dar conta das demandas internas do governo e ao mesmo tempo produzir para as escolas. Com a virada do século XIX para o XX e o declínio da monarquia e ascensão dos governos Republicanos; as políticas públicas de implementação de escolas populares e distribuição de material escolar fizeram do século XX o *boom* do consumo de livros.

Com alvorecer do século XXI e a crescente inovação tecnológica, os Livros Didáticos não poderiam ficar de fora desta revolução que alavancou a produção e difusão do conhecimento e saberes, a ponto de nomearem o “mundo contemporâneo” desta sociedade do conhecimento, que não se dissocia da sociedade da ilusão¹³⁸. Por meio da internet o acesso às informações foram expandido tanto pela universalização da escola pública quanto pelo acesso móvel a rede. O computador, o celular, os tablets e os E-Reader (aparelhos que armazenam livros em PDF), aglutinou em espaços muito menores os acervos das bibliotecas, bem como o acesso de qualquer pessoa em montar a sua própria estante digital. “E mais recentemente com a criação dos tabletes (*e os E-Reader*) questiona-se se os livros irão perdurar, e neste sentido o indicativo de Bauman foi da coexistência dos diferentes suportes para o texto: os impressos e os digitais”¹³⁹.

Por este caminho, percebemos que as necessidades econômicas e tecnológicas, compreenderam as tentativas de expandir a leitura e o conhecimento. Sendo assim, o Livro Didático ocupa/ocupou o centro das preocupações por ser um dos objetos mais consumidos e os mais lidos, ou melhor, usados. Com tantos e diversos interesses sobre si, o Livro Didático acabou por manifestar muitas faces, como mercadoria, difusor de ideologia e cultura, organizador dos conteúdos explícitos, entre outras¹⁴⁰.

Nesse sentido, inferimos que o Livro Didático é parte de uma cultura, de uma memória visual de muitas gerações e, mesmo sendo questionado sobre a sua funcionalidade, ele ainda assim possui uma função relevante para as crianças, os adolescentes e jovens e tendo como

¹³⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit. Ibidem, p: 79.

¹³⁸ MELO, Fernando Garcez de. Política do livro didático para o ensino médio: fundamentos e prática. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, 2012. P: 13.

¹³⁹ MELO, Fernando Garcez de. Op. Cit. Ibidem, p: 13.

¹⁴⁰ BITTENCOURT, 2002 apud MELO, Fernando Garcez de. Op. Cit. Ibidem, p: 13



principal missão ser um mediador na construção do conhecimento. Segundo Neli Klix Freitas, aponta que:

“O meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem, diferente do que acontece com outras mídias como a televisão e o rádio, que não necessariamente obrigam o sujeito a parar. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura. Algumas pesquisas vem sendo realizadas ao longo dos anos sobre o Livro Didático, sobre os seus mais variados aspectos tais como o pedagógico, o político, o econômico e o cultural. A preocupação em pesquisá-lo leva em conta o fato de que o material didático tem uma importância grande na formação do aluno pelo mero fato de ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança entrará em contato. Ele ainda é um dos instrumentos de aprendizagem mais utilizados e, em muitos casos, o único utilizado em sala de aula no ensino fundamental, quando infelizmente, não há o contato dos alunos com outros materiais e informações de outras fontes”¹⁴¹.

2.2-O livro é uma complexidade ou um produto de muitas mãos?

O Livro Didático é um “objeto de inesgotável riqueza, [além de exercer] uma fascinação”¹⁴². Esta afirmação feita pelos autores Chartier e Roche salientam as mudanças nos meios de produção dos livros, da sociedade europeia do século XVI e XIX. No entanto, ao olharmos para o Brasil, percebemos que os séculos XIX, XX e XXI ainda vislumbram este fascínio sobre este objeto.

Mas afinal, o que é um *Livro*? Segundo Chartier¹⁴³, que se utiliza das concepções de Kant para defini-lo, há duas perspectivas a respeito do que é um livro: primeiro o livro é: “*um objeto material, que pertence a quem o adquiriu, e 2) o livro como discurso dirigido a um público, que permanece como propriedade de seu autor*”¹⁴⁴. No entanto, Fábio Donizeti Oliveira¹⁴⁵ salienta que, nesta contemporaneidade, alguns pontos de vistas se diferem ao entendimento do que é um livro. Entretanto, para Chartier “*o livro é, [...] no seu conjunto uma*

¹⁴¹ FREITAS, Neli Klix & RODRIGUES, Melissa Haag. O LIVRO DIDÁTICO AO LONGO DO TEMPO: A FORMA DO CONTEÚDO. DAPesquisa, Florianópolis, v.3 n.5, p.300-307, 2008. P: 300.

¹⁴² CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1976, p. 99-115. P: 111.

¹⁴³ CHARTIER, Roger apud SILVA, Circe Mary Silva da. Livro Aberto: uma análise histórica. Perspectivas da Educação Matemática – UFMS, Volume 8, Número Temático – 2015. P: 03

¹⁴⁴ CHARTIER, Roger apud SILVA, Circe Mary Silva da. Op. Cit. P: 03

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Fábio Donizeti. Análise de textos didáticos: três estudos. Tese. UNESP, Rio Claro, 2008.



*mercadoria produzida ou vendida, é o suporte de conteúdos culturais e é igualmente um objeto físico, específico, nos seus materiais, na sua organização e fabrico*¹⁴⁶.

Ao encontro com assertiva acima, Circe Bittencourt aponta que:

*“o Livro Didático é antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferência variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores*¹⁴⁷.

Por este viés, percebemos que este objeto, “Livro Didático”, é um produto comercializado que gera lucros, que, enquanto mercadoria, ele deverá complementar as perspectivas dos seus clientes, que podem ser identificados como sendo três grupos: “os governos, os professores e os alunos”¹⁴⁸. Os governantes interferem/avaliam conforme a ideologia vigente; cabe ainda destacar que “a produção didática é quase sempre um campo em que o Estado atua diretamente”¹⁴⁹. O segundo grupo é formado pelos professores que avaliam este produto e ao mesmo tempo definem qual livro possui a melhor metodologia pedagógica para o ensino de suas disciplinas. Por fim, os alunos pertencem ao grupo final, que não avaliam o seu objeto de trabalho e muito menos o escolhe. Com relação a essa concepção, afirmamos com base nas pesquisas de Batista¹⁵⁰, tanto professor quanto os alunos fazem uma alternância histórica de serem leitores almejados/pretidos pelas grandes editoras de Livros Didáticos.

Voltando ao estudo de Circe Bittencourt, os manuais escolares deveriam prioritariamente ser do professor que asseguraria um certo domínio dos conteúdos básicos a serem transmitidos aos alunos e garantiriam uma ideologia desejada pelo sistema de ensino. A

¹⁴⁶ Chartier apud SILVA, Circe Mary Silva da. Op. Cit. P: 03

¹⁴⁷ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Fernandes. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1996, p. 69-90. P: 71

¹⁴⁸ COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Tese (doutorado): UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG 2009. P: 29

¹⁴⁹ COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Op. Cit. Ibidem. p: 29.

¹⁵⁰ Batista apud COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Op. Cit. Ibidem. p: 30.



utilização do livro se faria por meio da ação do professor, que faria ditados; os alunos “copiariam trechos ou ouviriam preleções”¹⁵¹.

Ainda com base em suas concepções, Circe Bittencourt delineia que o livro “passou a ser considerado também como obra a ser consumida diretamente por crianças e adolescentes, passando estes a ter o direito de posse sobre ele”¹⁵². A mesma autora ainda ilustra que essa inclusão dos alunos, enquanto cliente/consumidor dos Livros Didáticos, apenas ampliou a complexibilidade deste processo de produção; como mostramos acima, o Livro Didático é a compilação de muitas mãos e, com o passar dos governos, as avaliações e os grupos professor e alunos foram requerendo uma abordagem linguística, recursos didáticos, materiais que dialoguem com a sua metodologia de ensino.

Segundo Oliveira¹⁵³ *apud* (Araci Coelho) apresentam um ponto de vista acerca do Livro Didático que faz referência a esses grupos, que mencionamos acima, e a outros leitores do Livro Didático:

*“Estamos entendendo como Livro Didático “um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação. A complexidade desse objeto, sim porque o Livro Didático não é “apenas” um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira à última página. O Livro Didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem e, nessa relação há vários sujeitos: o(s) autor (es), editor, trabalhadores, e, sobretudo, professores e alunos”*¹⁵⁴.

Observando esta concepção de Livro Didático que estamos tratando desde o início deste tema – que enquanto material ou objeto cultural o livro indica uma séria de divergência com os vários segmentos da sociedade, reconhecemos que ele (o livro) é, por fim, um objeto multifacetado, com dimensões distintas, relacionadas às suas condições de produção¹⁵⁵. Na verdade a “*realidade que exige de nós, pesquisadores envolvidos com o Livro Didático, a*

¹⁵¹ BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. P: 25.

¹⁵² BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Op. Cit. Ibidem. P: 26.

¹⁵³ Oliveira (2006, p.2) *apud* COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Op. Cit. Ibidem. p: 30.

¹⁵⁴ Oliveira (2006, p.2) *apud* COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Op. Cit. Ibidem. p: 30.

¹⁵⁵ COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Op. Cit. Ibidem. p: 30-31.



consideração de todas essas dimensões para a concretização de um trabalho que reconheça esse objeto de pesquisa em sua completude”¹⁵⁶.

2.3-Texto e imagens – A representação de Canudos nos livros didáticos

Neste capítulo iremos trabalhar com as três análises, a do Livro Didático, as imagens e os filmes; na análise do livro didático iremos fazer para cada livro uma análise de conteúdo, sabemos que o conteúdo será sempre o mesmo, mas exporemos a compreensão de cada autor das obras que escolhemos para o nosso objeto de estudo que é a Guerra de Canudos.

Nas imagens que constituem um discurso, compreendemos que as mesmas nos oferecem indícios da construção historiográfica, sendo portadores de significações relativas ao tempo de sua produção. Por conta disso, em meio aos signos figurativos analisados, podemos observar alguns aspectos de relevância que enunciam possibilidades de pesquisa relacionadas no campo da imagem. Cabe ainda destacar que os filmes irão fazer parte desta análise, pois nos livros didáticos que analisamos estes dois conceitos estão entrelaçados com o nosso tema que é a Guerra de Canudos nos livros didáticos.

Por conta disso, faremos num primeiro momento a teoria, bem como a análise do Livro Didático; em seguida faremos as concepções históricas da imagem e apresentaremos cada imagem que apareceu no livro didático que selecionamos, em seguida faremos uma decupagem dela (a imagem), além de ilustrar como ela esta contextualizada no livro. Em relação aos filmes não faremos uma decupagem, pois como são muitos e cada filme é muito extenso pra isso, mas apresentaremos uma sinopse de cada um que apareceu no livro didático também procuraremos mostrar como os filmes estão relacionados com o contexto da Guerra nos livros. E por este interim pretendemos analisar como essas imagens, tanto as fotografias quanto os filmes, dialogam com a narrativa da Guerra de Canudos que os autores dos livros didáticos narram.

2.4-A Canudos das narrativas textuais: um exercício de análise de conteúdo

MOCELLIN, Renato. Brasil: para compreender a história, 6ª série. São Paulo, Editora do Brasil, 1997.

¹⁵⁶ COELHO, Araci Rodrigues. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESCRIÇÕES E TÁTICAS. Op. Cit. Ibidem. p: 30-31.



Renato Mocelin apresenta o seu sumário e define o seu livro em capítulos, sendo um total de 15 capítulos com um glossário ao final, o livro possui 207 páginas; e o nosso objeto está no Capítulo XII, na página 125 com o título de: “*Os movimentos sociais e as contestações na República Velha*”. O tema começa a ser tratado na página 126 no referido capítulo, com um subtítulo de “*Canudos: a Luta pela Terra*”; no canto direito da pagina o autor chama atenção para a questão econômica que o nordeste estava passando desde a segunda metade do século XIX, que ajudava no aprofundamento da miséria. Mocelin começa a narrativa pelo titulo que se chama “*As Origens*”, onde o mesmo narra quem foi Antonio Conselheiro, onde nasceu, um pouco de sua vida, e o ano em que chegou no vaza-Barris (1893), termina esta parte do texto com uma situação de Edmundo Moniz que explica por que Canudos tinha este nome; no seu subtítulo, “*A Guerra*”, o autor começa apontando que “os desentendimentos com a Igreja Católica, e com as autoridades e o temor das classes dominantes geraram a Guerra de Canudos”¹⁵⁷. Mocelin narra as três expedições em curtos parágrafos. Cabe ainda ressaltar que ao lado deste paragrafo há uma ilustração de Anderson sobre a Guerra de Canudos.

Na página 127 ao lado esquerdo, há uma outra ilustração feita pelo mesmo autor da primeira que mencionamos anteriormente, nesta página Mocelin retrata a derrota e a morte de Moreira César e o pânico desta derrota causou tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro capital do Brasil. Prosseguiu destacando que uma quarta expedição fora montada para aniquilar a cidade de Belo Monte. Sua estratégia de abrir duas frentes de batalha conseguiu o seu sucesso na Guerra. Depois deste longo caminho Mocelin encerra a sua narrativa com uma citação de Euclides da Cunha sobre os últimos momentos da Guerra.

ROCHA, Jucenir. Brasil em três tempos: 1500 a 2000, a história é essa? São Paulo, FTD 2000.

O livro de Jucenir Rocha, Brasil , em seu sumário/titulo é tratado como roteiro, e os capítulos estão divididos em por itens e para cada itens tens os subtítulos e dentro deles tem a sua divisão. Como o livro começa em 1500 da unidade I para unidade II damos um salto de

¹⁵⁷ MOCELLIN, Renato. Brasil: para compreender a história, 6ª série. São Paulo, Editora do Brasil, 1997, pp: 126.



quase quatro séculos de distância. Por este interim o nosso objetivo está no item II – *as raízes imperiais do Estado nacional*.

O quarto subtítulo – uma monarquia e muitas oligarquias mais precisamente no, “*A república das oligarquias*”, na página 56, o autor coloca uma linha do tempo para sinalizar as datas mais importantes que ocorreram sobre a constituição da republica em 1889 começando pelo ano de sua fundação passando pela Republica da Espada, Revolta da Armada, Republica das Oligarquias e Revolta dos 18 do Forte. Abaixo desta linha tem uma foto que será analisada no próximo item.

Na página seguinte, Jucenir Rocha inicia a apresentação da Revolta da Chibata, inserindo um trecho do depoimento do líder João Cândido a Edmar Morel. No meio desta pagina, Rocha apresenta fotos da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, e a a capa do Jornal da Confederação sobre o 1º de Maio de 1913. No fim desta pagina, inicia a parte destinada à Guerra de Canudos, Rocha coloca um dito popular de Canudos que fora publicado na Revista da USP, Nº20, 1993 -, pelo historiador José Calazans. A esquerda da página, o autor coloca uma pequena foto de um conselheirista preso pelo exército brasileiro e ao lado desta foto uma citação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Em seguida, nas páginas (da 59 até a 64), Rocha vai construindo a narrativa do Golpe de Deodoro da Fonseca em 1889, a formulação da promulgação da constituição de 1891 que tinha limitações à participação social pelo voto, além do chamado voto de cabresto.

Na pagina 60, Rocha salienta a Revolta da Armada entre 1893 e 1894, e, depois dá um salto para o fim do governo de Floriano e o início do governo de Prudente de Moraes, apontando que a marca deste governo fora o embate com os conselheiristas, em 1897, no sertão baiano. Rocha trata este movimento como sendo de caráter messiânico e sita a Guerra do Contestado, em Santa Catarina, em 1911, como também um movimento religioso. Enfim, Jucenir Rocha ilustra as dificuldades que Prudente de Moraes e outros governos tiveram para controlar a unidade nacional na sua territorialidade e nas questões de eclosão sociais.

TEIXEIRA, Francisco M. P., “Brasil: História e sociedade”; Editora Ática, São Paulo, 2000.

“**Brasil: História e sociedade**”, de **Francisco M. P. Teixeira**, esta dividido em unidades, sendo que a primeira vai do século XVI ao XVII e conta o período da chegada dos portugueses à colonização do Brasil. Já na Unidade II compreende o século XVIII. O nosso



objeto de estudo está no capítulo 15, da Unidade III, com o título “*Do Império à República*”. Na página 232 o autor faz uma síntese cronológica do Brasil, da Europa-Mundo e da América do período de 1889 à 1954. Da página 232 à 251 Teixeira mostra como ocorreu a consolidação da República no Brasil. Na página 251 há uma foto dos prisioneiros da Guerra de Canudos e, ao seu lado, um quadro com o título “*História e Cinema*” apresentando três filmes. Na mesma página, do meio para baixo, Teixeira insere mais dois quadros o primeiro com o título de “*Canudos: o rifle e a Cruz na terra do sol*” e o segundo “*Canudos: dois países em guerra*”. No primeiro quadro, Teixeira conta resumidamente a história da Guerra de Canudos, já no segundo apresenta uma crítica de Ariano Suassuna “*Canudos e o Exército e Canudos, nós e o mundo*”¹⁵⁸, salientando que Canudos ainda está de pé nos grandes centros urbanos, nas ações do governo. Neste box, segue afirmando que, hoje, a Guerra de Canudos é o antagonismo do Brasil elitista/civilizado do Brasil mais atrasado/incivilizado, fechando assim o período do Brasil da primeira República.

BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar História: das origens do homem à era digital. 1 ED. Moderna, São Paulo, 2011.

O livro de Patrícia Ramos Braick, está dividido em 15 capítulos que vão do Imperialismo na Ásia e na África até o mundo contemporâneo. Este livro é do nono ano do Ensino Fundamental, publicado pela editora Moderna. Em cada capítulo, os subtítulos direcionam o aluno para a leitura da narrativa que o autor está lhe contando. O nosso tema está no capítulo 2 com o subtítulo, “*O arraial de Belo Monte*”, que começa na página 48. Patrícia Braick aponta que 1870 é o ano em que uma seca devastou o sertão nordestino e por conta disso houve uma grande migração de pessoas para os seringais na Amazônia, para as fazendas de cacau no sul da Bahia e outras vieram tentar a vida no Rio de Janeiro, capital do Brasil, e em São Paulo. As poucas pessoas que ficaram no sertão foram para as mãos dos grandes proprietários de terras que eram produtivas.

Segundo Braick é neste cenário que Antonio Conselheiro aparece e ganha força, pois através de suas peregrinações pelo sertão nordestino, ele reuniu alguns adeptos e fundou um arraial em 1893 no norte da Bahia. Cabe ainda ressaltar que Braick destaca que: “*a população do arraial dedicava-se à agricultura, ao artesanato e à criação de animais. Toda a produção era dividida entre os membros da comunidade, e o excedente era vendido nas vilas e nas*

¹⁵⁸ SUASSUNA, Ariano. Canudos e o Exército e Canudos, nós e o mundo. In. Folha de S. Paulo, 30/11/99 e 7/12/99, pp: 1-2.



*idades vizinhas*¹⁵⁹, e que isso foi um dos motivos que incomodou as autoridades políticas, os padres da Igreja Católica e principalmente os proprietários de terras. O número de pessoas que chegavam a Belo Monte era crescente e todos - adultos, crianças e idosos - recebiam um pedaço de terra para morar e, como forma de pagamento, cada um dedicava-se a uma atividade para contribuir para a sobrevivência de todos.

No subtítulo “*A Guerra de Canudos*” autora evidencia que as notícias sobre a cidade de Belo Monte, quando chegava na capital da Bahia e do Governo Federal, era de forma alarmante e com um tom de ameaça a soberania dos grandes proprietários de terras. Em 1896 o governo baiano enviou a Canudos uma expedição para dispersar a população, acarretando assim o primeiro combate. Em janeiro de 1897 o governo federal enviou outra expedição tendo em vista que a primeira não conseguiu atingir o seu objetivo. Essa segunda também não teve sucesso. Uma terceira foi formada pelo Coronel Moreira César, que morreu em combate na cidade de Belo Monte. As três primeiras expedições ajudaram a armar os conselheiristas contra as forças do exército brasileiro. Só a última expedição é que conseguiu aniquilar Canudos em 5 de outubro de 1897.

Nas páginas 48 e 49 o livro utiliza uma foto de Flávio de Barros sobre a Igreja Velha de Canudos. Esta foto fica ao lado esquerdo da página 48. No final da mesma página há uma litografia¹⁶⁰ de D. Urpia, 1897 que é uma vista da cidade de Canudos como um todo, com as duas Igrejas e as suas casas com poucas ruas, sendo uma principal. Na página 49 no canto direito, consta foto de um Cordel de Canudos feito por Rodolfo Coelho Cavalcanti, 1977 e ao final desta há um quadro intitulado “*Bárbaros versus civilizados*” utilizando uma síntese do livro de Euclides da Cunha, “*Os sertões*” de 1984. Ao seu lado, foi inserido um mapa indicando a localização de Canudos.

Na página 50, há uma pintura de Grover Chapman que retrata a morte de Antonio Conselheiro. Nela também tem um subtítulo “*As crianças de Canudos*”, registrando que, ao final do conflito, elas foram doadas como butins de guerra. Segundo Braick, que utilizou o artigo de Vanessa Sattamini Monteiro¹⁶¹, essas crianças eram os órfãos que foram vendidos, doados e entregues para as famílias de alguns coronéis e, no entanto, algumas viraram mão de obra para serviços domésticos, outras foram enviadas para outros lugares do Brasil. Do lado

¹⁵⁹ BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História: das origens do homem à era digital*. 1 ED. Moderna, São Paulo, 2011.

¹⁶⁰ “Processo de reprodução que consiste em imprimir sobre papel, através de uma prensa, um escrito ou desenho feito com tinta oleosa sobre uma superfície calcária ou placa metálica”. BRAICK, Patrícia Ramos. *Op. Cit.* pp: 48.

¹⁶¹ MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Órfãos do ódio. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.1, jul. 2005.



esquerdo da página Braick coloca um quadro com três perguntas sobre o tema da Guerra de Canudos.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá – História. ED. Moderna, São Paulo, 2010.

Maria Raquel Apolinário dividiu o seu livro didático em oito unidades subdivididas em vários temas. A Unidade II, *A República chega ao Brasil*, possui seis temas que vai da proclamação da república até o movimento operário da Primeira República. O nosso objeto encontra-se no tema 2 – *A Guerra de Canudos*. Na página 52, após o título “A Guerra de Canudos”, Apolinário inicia com uma frase, “*A república não resolveu o drama dos sertanejos, vítimas das dificuldades econômicas, das secas e da opressão dos latifundiários*”¹⁶². Há um subtítulo, “*Um peregrino do sertão*”, que conta, resumidamente a história de Antonio Vicente Mendes Maciel: onde ele nasceu, um pouco da sua infância, onde trabalhou, os seus dois casamentos e como ele desenvolveu a influência de ser um pregador e da maneira que isso crescia a sua volta por onde passava.

Nesta mesma página tem-se, ao lado esquerdo, um mapa da região de Canudos e, seu final, uma foto da cidade de Canudos mostrando uma casa e ao fundo outras tantas parecidas. Na página seguinte, no subtítulo, “*A formação de Canudos*”, Apolinário narra que em 1893 Antonio Conselheiro e o seu grupo de peregrinos fundaram um povoado no norte da Bahia e o seu nome se chamaria Belo Monte. Neste Arraial chegavam diversas pessoas que fugiam das perseguições dos coronéis, da seca e da fome que assolava o sertão baiano. Eram pessoas pobres e fiéis que buscavam experiências religiosas. Ao final deste subtítulo a autora apresenta dois dados importantes. O primeiro é a estimativa da população de Canudos, cerca de 20 a 30 mil habitantes. O segundo era: “*(...) a comunidade era independente das regras da Igreja Católica e do poder dos coronéis*”¹⁶³.

No último subtítulo “*A guerra contra Canudos*”, expõe que o crescimento da cidadela de Antonio Conselheiro deixou os coronéis, os padres e principalmente o as autoridades políticas em alerta, pois a sua autonomia era uma afronta a consolidação da recém criada república. Em 1896, começou a Guerra em Canudos. Segundo Apolinário, as três primeiras expedições foram derrotadas pelos conselheiristas; e, com esta derrota, o exército e as

¹⁶² APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá – História. ED. Moderna, São Paulo, 2010. pp: 52.

¹⁶³ APOLINÁRIO, Maria Raquel. Op. Cit. pp: 53.



autoridades políticas enviaram uma quarta expedição que se dividiu em duas frentes para destruir a cidade de Belo Monte. Este feito somente fora realizado em 5 de outubro de 1897. Ao final do texto foi colocada a foto do contingente de pessoas que sobreviveram à guerra. Nesta mesma página, do lado direito, tem uma ilustração de Angelo Agostini, de 1896, e mais abaixo, há um quadro com uma sugestão de filme sobre a Guerra de Canudos. Ao final dos quatro primeiros temas, na página 58, Apolinário insere um quadro intitulado *Atividades*, organizando o conhecimento com seis perguntas onde a última esta direcionada para o nosso objeto de pesquisa.

AZEVEDO, Gislane Campos e SERIACOPI, Reinaldo. “História em Movimento: do Século XIX aos Dias de Hoje”. ED. São Paulo, Ática, 2013.

Os autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi dividiram o livro em quatro unidades, sendo a primeira “*Ciência e tecnologia*” que possui cinco capítulos. Destes, o último trata dos “Primeiros tempos republicanos” onde se encontra o nosso objeto de estudo. Este capítulo esta dividido em quatro subitens. O primeiro é “*nas mãos da elite*”, o segundo “*As oligarquias no poder*”, o terceiro “*Movimentos messiânicos*” e o quarto é “*A delimitação de fronteiras*”. A Guerra de Canudos é tratada no item “*Movimentos messiânicos*” que está na página 60.

Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi narram a situação de pobreza e miséria que a população rural brasileira vivia na República oligárquica e o êxodo rural, causado pela fome e seca, que assolava algumas partes do Brasil. Os autores salientam que esta situação enfrentada pela população rural acarretou a aproximação com os líderes religiosos e, desta forma, surgiria os movimentos messiânicos, começando por Canudos, na Bahia; Canudinho de Lages em Santa Catarina; Contestado no Paraná e Santa Catarina.

Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi descrevem o movimento de Canudos pela versão messiânica. Em sua história, os autores contam que Antonio Conselheiro tinha formação religiosa e pregava o amor a Deus, além de dar conselhos para a população mais pobre. Conselheiro criticaria a República e elogiava a monarquia, bem como prometia o retorno do rei de Portugal, Dom Sebastião. Em 1893, Conselheiro chegou ao Arraial de Belo Monte e no ano de 1896 começaria a primeira batalha com as autoridades locais, estaduais e posteriormente, em 1897, federais. Para finalizar, os autores fazem um questionário para cada item que mencionamos acima. Eles utilizam ainda, na página 66 um texto de Mário Vargas



Llosa, “A guerra do fim do mundo” para que, no fim, os alunos consigam responder duas perguntas.

Berutti, Flávio. “Tempo e espaço”, 8ª série, Belo Horizonte: Formato Editorial, 2006.

O livro didático Tempo e Espaço da 8ª série é dividido em unidades e a unidade que contém o nosso objeto de estudo é a unidade 2 -, intitulada como: “*A República das Oligarquias Rurais*”. O título que abre o capítulo é “*Revoltas Rurais na República Velha*”. Na página 103, o autor narra que mesmo com a proclamação da república, a situação dos trabalhadores rurais não mudou e que os grandes latifundiários continuaram com a concentração de terras, de renda e, principalmente, controlando a população com violência.

Esses fatores foram, em sua maioria, determinantes para a eclosão de várias guerras populares que surgiram no início da república, dentre elas a Guerra de Canudos. Nesta parte se insere uma litografia de D. Urpia, de 1897, sobre o Arraial de Canudos. Trata-se de uma vista panorâmica da cidade, com as duas Igrejas, suas casas, as poucas ruas, sendo uma principal.

Na página 104, Flávio Berutti narra também as Guerras do Contestado, do Cangaço dentre outras; e, ao final do capítulo, o autor chama atenção dos alunos com um quadro intitulado “Construindo o conhecimento”. Nele os alunos lerão dois textos diferentes sobre mesma temática que fora apresentada visando que compreendam melhor essas revoltas.

MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 8ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000.

O livro destes autores está dividido em três unidades.: 1ª A propriedade no presente e no passado, 2ª Religiosidade e Política, e a última é a Terra, Política e Protesto no Brasil. Nosso objeto está nesta última unidade, no capítulo 11 – Canudos e Contestado: política, miséria e misticismo.

O movimento de Canudos: místico e político, como é intitulado, abre a página 191, onde a autora narra que no povoado era composto de pessoas que ficaram de fora das grandes decisões tanto no Império quanto da recém criada república. Cabe ainda ressaltar que esse conjunto de autores justificaram a realização da guerra por seu caráter messiânico. A



narrativa apresentada afirmava que os conselheiristas era uma irmandade religiosa e acreditavam na volta de D. Sebastião, o rei português que desapareceu na batalha contra os mouros, no Marrocos em 1580.

Belo Monte era caracterizado como monarquista e Antonio Conselheiro como aquele que pregava que a República era uma “coisa do diabo”¹⁶⁴. Ao final desta página, os autores colocaram um texto explicando o nome de Belo Monte e uma fotografia do Arraial, de uma casa de um dos conselheiristas que ao mesmo tempo mostra outras casas.

Na página seguinte, os autores continuam afirmando Canudos como um conflito de cunho religioso. Nesta página, há um mapa contendo os itinerários das expedições contra o arraial, bem como uma fotografia de Antonio Conselheiro morto. Ao lado esquerdo tem um quadro com o título de “*Quem foi Antonio conselheiro*”?

PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. “História e Vida Integrada”, 3º volume, São Paulo, Editora Ática, 2003.

Nelson Piletti e Claudino Piletti dividiram o seu livro didático, “*História e Vida Integrada*” em 22 capítulos, percorrendo do período colonial até as revoltas populares da República Velha. Canudos está no capítulo 22: “*A Guerra de Canudos e o fenômeno do Cangaço no Nordeste Brasileiro*”. A história foi narrada pelo início de como ocorreu a implantação da República em 1889 e a posse do primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes. Os autores contam que a população nordestina continuava a enfrentar inúmeras dificuldades com a fome, a seca, o desemprego e principalmente a violência, além disso a escassez de comida nas lavouras o que causou um êxodo rural. Os poucos sertanejos que permaneciam, sofriam. É deste inóspito lugar que Antonio Conselheiro surgiu com suas pregações e, em 1893, funda o Arraial de Belo Monte que se localizava em uma fazenda abandonada que ficava perto do rio Vaza-barris.

Para este lugar iam todo tipo de gente, mulheres, crianças, homens. Para comandar toda essa gente, o Conselheiro tinha uma dinâmica onde, no arraial, todos trabalhavam e a produção era distribuída igualmente. O excedente era vendido nas cidades adjacentes. No arraial era produzido: feijão, batata doce, milho, mandioca dentre outros produtos agrícola. Por tudo isso as autoridades, os coronéis e a Igreja Católica decidiram organizar uma

¹⁶⁴ MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 8ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000. Pp: 191.



expedição contra Canudos. Para derrotar a cidade de Belo Monte, no entanto, foram necessárias quatro expedições.

Na página 204, foram colocados dois quadros. O primeiro – “*O arraial era um verdadeiro labirinto*” – especificava a geografia da cidade. Canudos era constituída, na verdade, de uma única rua grande. As restantes eram pequenas vielas. Havia muitas casas de pau à pique, bem como as duas igrejas. Uma já estava quando os conselheiristas chegaram. A outra estava sendo construída. O segundo quadro é um retrato de Euclides da Cunha com um pequeno texto explicando como ele foi registrar a Guerra de Canudos e sobre sua obra. Há ainda uma ilustração de Poty feita para abertura d’ *Os Sertões*.

Das páginas 205 e 206 os autores expõem a história do Cangaço e os seus desdobramentos. Na página 207, Nelson e Claudino propõe algumas questões sobre os dois temas apresentados anteriormente encerrando o capítulo.

2.5-O Conceito de Imagem nos livros didáticos e análise das Fotos de Canudos

O surgimento da fotografia é datado de 1826 quando Joseph Nicephore Niépce conseguiu fixar a imagem em uma placa de estanho coberta com um derivado de petróleo fotossensível (Bertume da Judéia) (Equipe Fotografia, 2017)¹⁶⁵. Foram necessários mais ou menos oito horas de exposição à luz para que a fotografia fosse tirada. Joseph Niépce batizou este feito como “*heliografia*”, que pode ser compreendido como “*gravura com a luz do sol*”¹⁶⁶. Por este feito histórico Niépce é considerado por muitos fotógrafos como “pai da fotografia”.

A partir dele, houve uma série de sucessores que aprimoraram o seu invento até chegar nas máquinas fotográficas como conhecemos hoje-em-dia: Louis Jacques Mandé Daguerre inventou a primeira câmera fotográfica, William Henry Talbot, Frederick Scott Archer e George Eastman este último polarizou a fotografia. Todos esses nomes de alguma forma reinventaram e aprimoraram ainda mais essa técnica, essa invenção, essa forma de eternizar um instante da vida terrena.

¹⁶⁵ Usamos algumas informações deste site sobre quem foram os criadores da fotografia. História Completa da Fotografia. Equipe Fotografia. 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://fotografiamais.com.br/historia-completa-da-fotografia/>>. Acessado em: 01/08/2019, apud SILVA, Janaina Santana Alves da. A representação de Canudos através das fotografias nos livros didáticos in: Seminário Interno do Programa de Pós -Graduação em História Social. 2019: Rio de Janeiro. pp: 684, disponível em: <<http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/10/ANAISeminariodosalunos.pdf>>.

¹⁶⁶ Equipe Fotografia apud Silva, Janaina Santana Alves da. Op. Cit. ibidem.



Considerando a fotografia como um documento de análise historiográfica, e pensando que este objeto é um item que evoca o passado, ela se constitui como uma fonte histórica que permite o historiador fazer inúmeras leituras do imaginário cultural, sócio e político. Ana Maria Mauad e Ciro Flamarion Cardoso apontam que as imagens revelam os mais variados aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Sendo assim, a fotografia evidencia com uma riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, as formas de trabalho, os locais de produção, os elementos de infra-estrutura urbana dentre outros detalhes¹⁶⁷.

Por esta razão, compreendemos que a imagem é uma evocação de uma determinada memória de um grupo, um indivíduo ou de uma cultura. Boris Kossoy evidencia que a fotografia é um diálogo com o passado e nós, os historiadores, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão¹⁶⁸. Kossoy continua a sua argumentação ilustrando que o registro fixo de um fato, atravessa *“os tempos, perpetua a lembrança, preserva a memória, transporta ilusoriamente o passado, ou uma ideia: tempo da representação segunda realidade”*¹⁶⁹.

Peter Burke expõe que as imagens situam-se num campo entre o reflexo da realidade e os signos, além de ser *“testemunhas de estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação”*¹⁷⁰. Corroborando com o pensamento de Burke, Boris Kossoy, ilustra que *“toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico e toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho”*¹⁷¹. A partir dessas

¹⁶⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. “Os Exemplos da Fotografia e do Cinema”. In: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp: 575 apud SILVA, Janaina Santana Alves da. A representação de Canudos através das fotografias nos livros didáticos in: Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. 2019: Rio de Janeiro. pp: 684, disponível em: <<http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/10/ANAISeminriodosalunos.pdf>>.

¹⁶⁸ KOSSOY, Boris. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, pp: 20 apud SILVA, Janaina Santana Alves da. A representação de Canudos através das fotografias nos livros didáticos in: Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. 2019: Rio de Janeiro. pp: 685, disponível em: <<http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/10/ANAISeminriodosalunos.pdf>>.

¹⁶⁹ KOSSOY, Boris apud Silva, Janaina Santana Alves da. Op. Cit. ibidem.

¹⁷⁰ BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004, pp: 232, apud SILVA, Janaina Santana Alves da. A representação de Canudos através das fotografias nos livros didáticos in: Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. 2019: Rio de Janeiro. pp: 685, disponível em: <<http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/10/ANAISeminriodosalunos.pdf>>.

¹⁷¹ KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, pp: 33, apud SILVA, Janaina Santana Alves da. A representação de Canudos através das fotografias nos livros didáticos in: Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. 2019: Rio de Janeiro. pp: 685, disponível em: <<http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/10/ANAISeminriodosalunos.pdf>>.



afirmações, infere-se que o desafio do historiador/pesquisador é a compreensão da fotografia no seu habitat cultural.

Mauad e Cardoso defendem que a fotografia/monumento imputa ao historiador uma análise que ultrapassa a esfera/contexto descritivo. Por conta disso, a imagem passa por um processo de criação de uma memória que por um lado a legitima por outro não. Este processo depende muito das técnicas metodológicas que são aplicadas nestas análises¹⁷². Neste sentido Kossoy afirma:

*“o papel da imagem fotográfica seja em relação ao seu objeto, seja como meio de conhecimento. E, nesse sentido, avaliar seu alcance e potencialidades enquanto instrumento de pesquisa, análise e interpretação da vida histórica, sua importância enquanto documento histórico e social, e elemento de fixação da memória, como objeto de arte, enfim, entre outros de seus múltiplos usos e aplicações”*¹⁷³.

A imagem, portanto, pode ser considerada evidências dos documentos escritos, além de oferecer acesso a aspecto do passado que outras fontes não alcançam. Desta forma, as fotografias que registram a Guerra de Canudos são uma outra forma de compreender o que foi o anfiteatro de Belo Monte e porque alguns livros didáticos as utilizaram nas suas representações do tema. As imagens da guerra de Canudos representaram o fim daquele período tenebroso que aconteceu no sertão brasileiro. Essas imagens foram registradas pelas lentes do fotógrafo Augusto Flávio de Barros. Barros chegou aos campos de batalha dois meses depois de João Gutierrez¹⁷⁴, sendo este o primeiro fotógrafo a registrar a guerra em Belo Monte, e que fora morto em uma emboscada pelos conselheiristas no dia 27 de junho no local que ficou conhecido como vale da morte¹⁷⁵.

Com a formação da quarta expedição, Flávio de Barros chegaria ao arraial junto com a comitiva do Marechal Carlos Machado Bittencourt para fazer os registros da Guerra e o pós-guerra mostrando a todos, principalmente ao governo federal, a destruição de Belo Monte.

As imagens capturadas por suas lentes compõe um acervo de 65 fotos que atualmente está no acervo do Museu da República no Rio de Janeiro. Euclides da Cunha, que esteve presente no conflito, lançou, em dezembro de 1902, o livro “Os Sertões”¹⁷⁶ em que

¹⁷² CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria apud Silva, Janaina Santana Alves da. Op. Cit. ibidem.

¹⁷³ KOSSOY, Boris apud Silva, Janaina Santana Alves da. Op. Cit. ibidem.

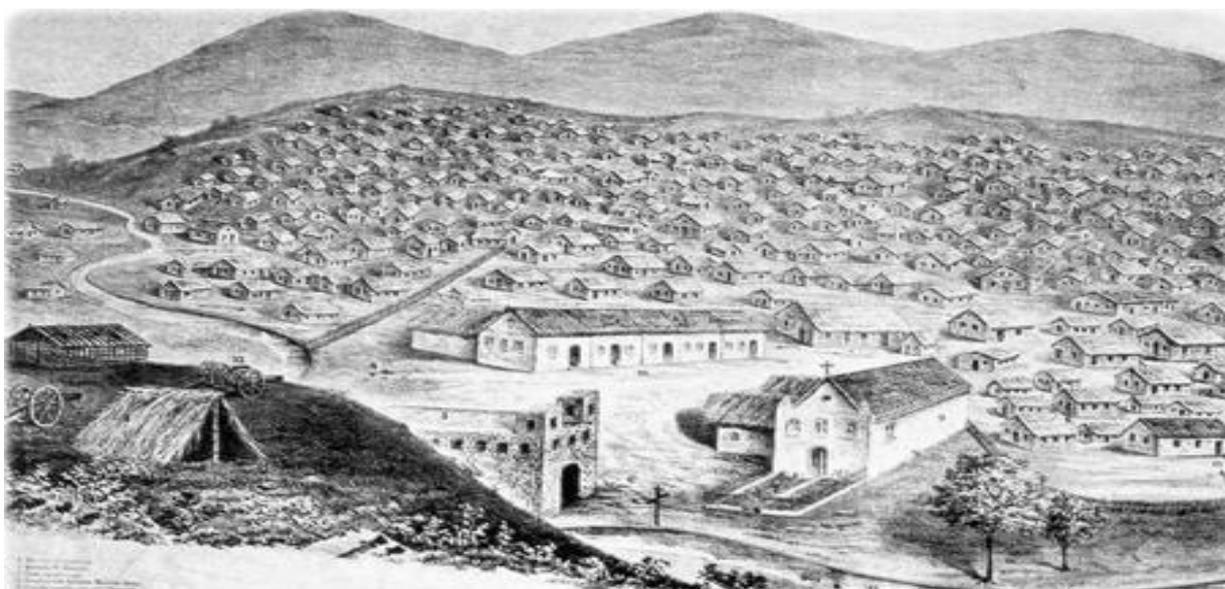
¹⁷⁴ SANTOS, Claude. “De olho no front: Um experiente e outro iniciante, dois fotógrafos voluntários registraram de perto o cotidiano de guerra em Canudos”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: “Canudos Guerra dos Brasis”. Rio de Janeiro, N° 111, Ano 10, Dezembro de 2014. pp: 26-29.

¹⁷⁵ SANTOS, Claude. Op. Cit. ibidem.

¹⁷⁶ CUNHA, Euclides da. “Os Sertões: Campanha de Canudos”. Ed 15ª. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1940.

descreve/discorre com palavras o que a fotografia evidencia. *Os sertões*, fora escrito por conta das suas anotações e observações feitas durante a sua incursão no interior da Bahia no período da Guerra de Canudos. Euclides da Cunha fora enviado à frente de batalha, como correspondente do Jornal Província de São Paulo (hoje, Estado de São Paulo), para cobrir os fatos dos enfrentamentos.

Segundo Halbwachs “a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito”¹⁷⁷. É, portanto, a reconstrução dos dados do final da Guerra de Canudos que foram fornecidos pelo “*Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*” e projetando essas informações sobre o passado reinventando a memória coletiva que conseguimos recompor o passado dessas vítimas.

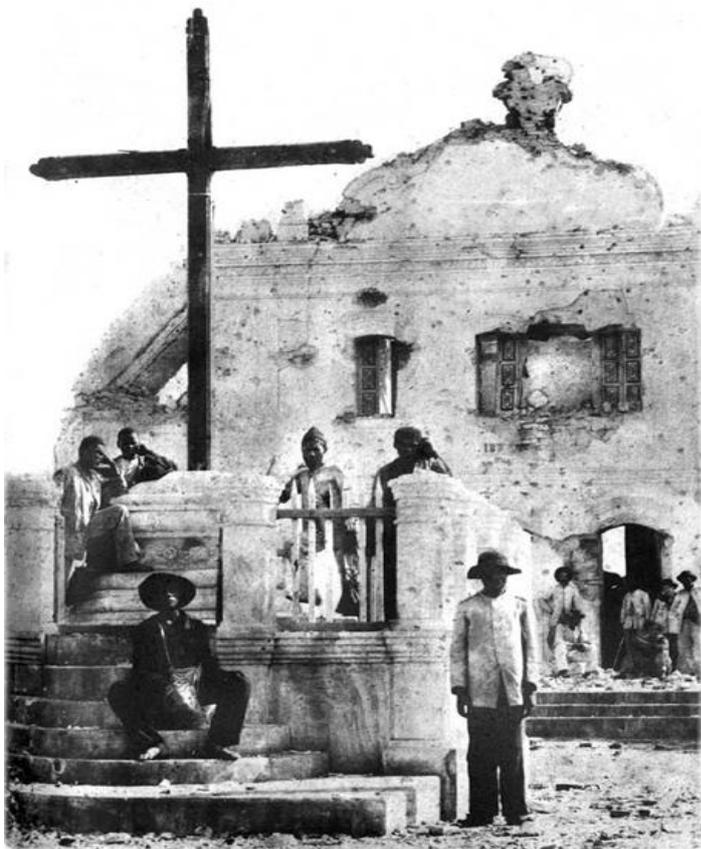


Litografia de D. Urpia, de 1897. Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/canudos.htm>>. Acessado em: 17/07/2015; BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. 9º ano, SP: Moderna, 2011, pp: 48; Berutti, Flávio. “Tempo e espaço”, 8ª série, Belo Horizonte: Formato Editorial, 2006. E PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. “História e Vida Integrada”, 3º volume, São Paulo, Editora Ática, 2003.

Observando a foto/paisagem do alto, da estrada do Rosário, vemos a cidade de Belo Monte com suas duas igrejas a de Santo Antônio (direita) e a nova Igreja (esquerda), que estava sendo construída antes da guerra começar, com as suas torres inacabadas, e ao fundo as

¹⁷⁷ HALBWACHS, Maurice. “A memória coletiva”. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, pp: 85.

casas dos conselheiristas. Nesta imagem percebe-se o leito do Rio Vaza-Barris que passava em frente a cidade de Canudos e que hoje é onde está localizada a represa de Cocorobó.



Igreja de Santo Antônio (Igreja Velha), construída por Antonio Conselheiro e inaugurada em 1896. BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar história: das origens do homem à era digital. 9º ano, SP: Moderna, 2011, pp: 48.

O segundo retrato é a representação de como ficou a Igreja de Santo Antônio e como um grupo de pessoas aparentemente conselheiristas, porém, não são, pois alguns desses indivíduos são soldados que lutaram na guerra de Canudos (e a própria historiografia narra que nenhum conselheirista queria tirar fotos a não ser quando todos foram reunidos para fazer a foto dos vencidos); cabe ainda destacar que eles não são porque quando terminou o conflito todos os homens foram mortos não sobrando nenhum para posar para as fotos dos vencidos. A segunda coisa que mais chama atenção nesta imagem é a quantidade de furos de balas que a aparece na parede, além da cruz que ficou em pé mesmo depois dos

bombardeios que Belo Monte recebeu durante a batalha.

A terceira fotografia é a imagem dos sobreviventes: mulheres, crianças, alguns poucos homens, na parte do fundo da fotografia podemos ver os soldados e os comandantes do exército brasileiro demonstram o seu poder, no entanto, se observamos bem a imagem, podemos ver que o que sobrou não foram seres humanos e sim ossos humanos, pois é nítido que a população passava há vários dias por fome, não tomava banho e não bebiam água. Os corpos esqueléticos das mulheres e crianças demonstram uma fragilidade, apontam para uma barbárie cometida pelo exército brasileiro. Aos homens foram todos degolados no dia seguinte, as mulheres que sobreviveram algumas foram vendidas como escravas sexuais, outras conseguiram retorna para o gineceu de origem.



Mulheres e crianças canudenses prisioneiras, este foi um dos poucos grupos de prisioneiros (apenas algumas centenas de uma população de mais de 25 mil habitações) que não foi morto pelo exército, 1897 (Flávio de Barros/Acervo Museu da República). APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá - História”, 9º ano, SP: Ed. Moderna, 2014, pp: 53. E, TEIXEIRA, Francisco M. P., “Brasil: História e sociedade”; Editora Ática, São Paulo, 2000.

Esta foto mostra um agrupamento de sobreviventes que no dia 05 de outubro de 1897 fora fotografado pelos jornalistas que estavam presente no anfiteatro da Guerra. Como mencionamos no primeiro capítulo Os sobreviventes tiveram sua imagem deturpada ao serem classificados como “jaguços” e “bandidos”. Os membros do Arraial, que sobraram, foram perseguidos e forçados a andar clandestinamente pelos pequenos povoados nordestinos, onde não seriam reconhecidos e poderiam se refugiar em abrigos naturais (cavernas ou dentro da própria caatinga) à espera de tempos melhores para retornar às suas comunidades de origem¹⁷⁸ Espalhados, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, eles sofreram ameaças de morte, que por sinal, muitas foram concretizadas.

Antônio Olavo¹⁷⁹, transcreve em seus escritos que ao final da guerra de Canudos, o exército deixou, como marca, um genocídio cruel dos sobreviventes. Sendo uma atitude comprovada pelos telegramas trocados entre o Marechal Carlos Machado Bittencourt e o General Artur Oscar, quando o próprio marechal argumenta que não teria lugar para guardar todos os prisioneiros detidos¹⁸⁰, ou seja, que eles fossem mortos. E a prática utilizada por eles

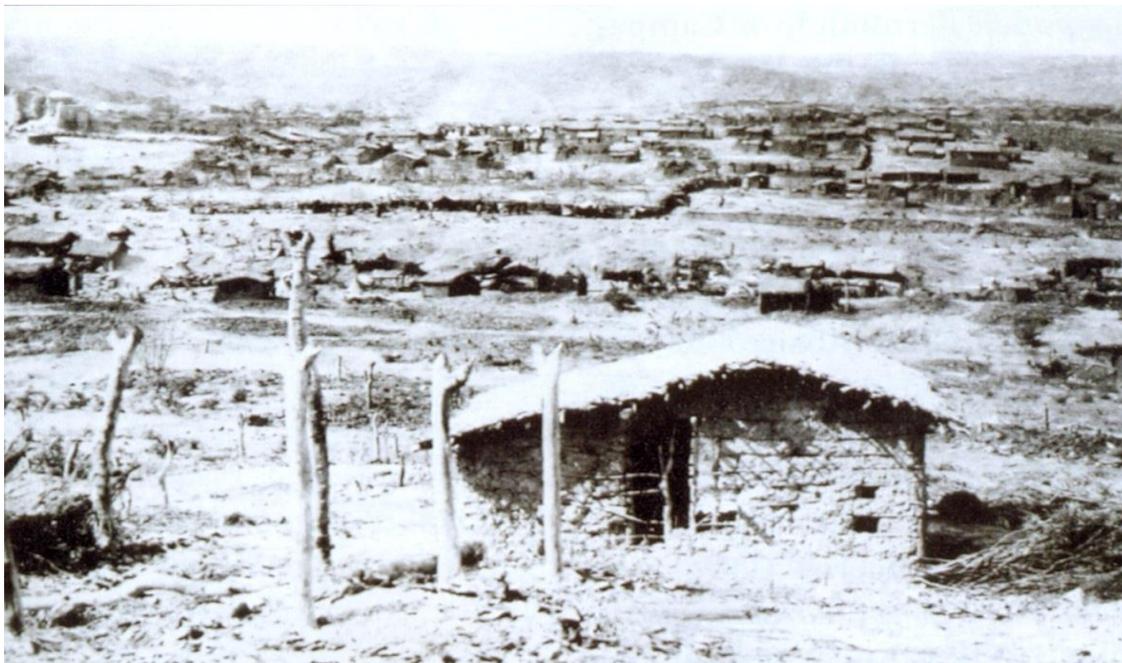
¹⁷⁸ PIEDADE, Lélis. “Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901”. Organizador: Antonio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002, pp: 21.

¹⁷⁹ Antonio Olavo apud PIEDADE, Lélis. Op. Cit. ibidem

¹⁸⁰ PIEDADE, Lélis. Op. Cit. ibidem

(o marechal e o general), voltando ao documento mencionado acima, foi a degola, que simbolizou a consumação final de todos os homens que resistiram ao massacre.

Na nossa próxima foto



MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 7ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000, pp: 192

Nesta imagem podemos ver uma casa de taipa ou como os sertanejos conhecem de pau a pique, esta é uma técnica da construção civil muito antiga, e de que forma elas (as casas) são feitas: muitas delas são feitas de bambu ou madeiras que são posicionados tanto na vertical quanto na horizontal fazendo um entrelaçamento desses bambus ou madeiras e depois disso amarrasse com cipós, arames ou fibras naturais, os entrecruzamentos e começa a preencher com barro, transformando assim numa parede como podemos observar nesta foto acima. A foto acima também revela que além desta casa que estamos vendo existe outras tantas que aparece na foto como se fosse pequeno borrados de preto.

A imagem a seguir que também mostra uma casa de taipa ou pau a pique, em frente a casa tem um sertanejo donde podemos ver que a estrutura da casa é baixa com uma porta e possivelmente uma janela ao lado.



AZEVEDO, Gislane Campos e SERIACOPI, Reinaldo. “História em Movimento: do Século XIX aos Dias de Hoje”. ED. São Paulo, Ática, 2013.

Desta maneira chegamos a nossa antepenúltima fotografia de Flávio de Barros e ao olharmos mais atentamente para ela (a fotografia) nos chama atenção pelo homem ser maior que o soldados, entretanto, queremos utilizar aqui as palavras de Walnice Nogueira Galvão que fora feita numa entrevista para o blog do IMS sobre “*a geografia física e humana dessa região, Guimarães Rosa e Euclides da Cunha – analisa um conjunto de fotos de Maureen Bisilliat, Alfredo Vila-Flor, Claude Santos, Jair Dantas, Flávio de Barros e Edu Simões*”¹⁸¹.

Segundo Walnice esta é a única fotografia de um canudense vivo, pois como relatamos em fotos anteriores todos eles foram degolados. Mas este conselheirista que aparece na fotografia é um homem enorme, espadaúdo mais alto que os soldados e loiro de olhos verdes e que o Euclides da Cunha o chamava de jagunço loiro¹⁸², ainda de acordo com a sua narrativa, este rapaz foi degolado. O próprio Euclides da Cunha e todos os soldados assistiram a sua morte. Esta foto também mostra que aquele homem não tinha um semblante de medo, mesmo sabendo que a morte era certa.

¹⁸¹ IMS, Instituto Moreira Sales. Vidas Secas - Conversa com Walnice Nogueira Galvão. Disponível em: <<https://vimeo.com/36779758>>.

¹⁸² IMS, Instituto Moreira Sales. Op. Cit.



ROCHA, Jucenir. Brasil em três tempos: 1500 a 2000, a história é essa? São Paulo, FTD 2000.

A nossa última imagem é a fotografia de Antonio Conselheiro quando fora exumado de sua cova pelo exército brasileiro. A sua vestimenta era uma túnica azul com suas sandálias de couro. Estava barbudo e com os cabelos longos. Este retrato dá uma intenção de que Conselheiro estava dormindo e não morto. Após a exumação, ele fora decapitado e sua cabeça enviada para a faculdade de medicina da Bahia para que o médico Nina Rodrigues pudesse estudar o seu crânio. Esta prática de decapitação é da monarquia que decapitava os transgressores e as suas cabeças eram expostas para que todo mundo pudesse ver, além de servir como uma lição para que ninguém tentasse fazer novamente. Mas o que mais incomodava os grandes intelectuais inclusive Nina Rodrigues, era saber como um homem como conselheiro conseguiu reunir tantas pessoas sob sua liderança.



MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 7ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000, pp: 192.

Com isso fechamos a nossa reflexão apontando para “[...] a fotografia é arte que, numa superfície plana, com linhas e tons, imita com perfeição e sem qualquer possibilidade de erro a forma do objeto que deve reproduzir. [...].” (DUBOIS, 2004, pp: 29). É evidente que a foto só capta um dado momento da realidade que está querendo ser produzida. Faço essa pequena ressalva, pois assim, percebemos que as fotografias apresentadas simbolizam um momento muito curto registrado, em que diversas interpretações podem ser feitas.

2.6-Conceito dos filmes nos livros didáticos:

A análise de como a temática de Canudos é apresentada nos livros didáticos, nos mostrou que além da imagem estática (fotografia), os livros indicam uma filmografia referente ao tema. Neste sentido iremos salientar quais os títulos de filmes sobre a Guerra de Canudos que são mais recorrentes nos livros didáticos.

Sabemos que existe uma variedade de filmes que contam a história de Bello Monte. Para entendermos a seleção feita pelos livros didáticos, precisamos saber em qual ano os filmes começaram a ser usados como recursos metodológicos na sala de aula e aparecerem como indicações nos livros.

A aplicação deste recurso metodológico, no Brasil, começou pelo movimento da Escola Nova, que tinha os intelectuais: Fernando Azevedo, Francisco Campos, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, dentre outros, que articulavam para a incrementação deste material na educação de crianças e jovens da época.



*As propostas integravam discursos relativos a mudanças significativas nos processos educacionais, privilegiando o aprendizado centrado nas atenções do aluno e incorporando, para a concretização desse processo, ferramentas auxiliares como imagens estáticas, mapas e filmes. Desde então, a utilização do cinema como recurso para o ensino não representa nenhuma novidade, embora seus usos tenham sido, sensivelmente, revistos nos últimos anos. Isso deve-se ao fato de que, inicialmente, a linguagem cinematográfica era vista como apenas uma forma de ilustrar um evento ou paisagem, não era tomada como uma fonte capaz de produzir inúmeras problematizações a seu respeito*¹⁸³.

Segundo Katia Abud as Orientações Metodológicas criadas para ajudar/apoiar “a aplicação dos programas de História para a escola secundária, impostos a todos os estabelecimentos escolares brasileiros, logo após a Reforma Francisco Campos (Decreto 19.890 de 1931), recomendavam a utilização da iconografia”¹⁸⁴. Afirmavam que as crianças e os jovens detinham uma curiosidade natural pela imagem, e que por este motivo os recursos tecnológicos deveriam ser utilizados no ensino secundário¹⁸⁵.

*“Seguindo as novas propostas, e também com o intuito de controlar a influência que o cinema exerceria sobre a juventude, a Lei nº 378, de 13/1/1937, criou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), que teve como primeiro diretor o médico, professor e pioneiro das comunicações Roquette Pinto. O INCE produziu, logo no início de seu funcionamento, dois filmes sobre a História do Brasil: O descobrimento do Brasil e os bandeirantes, ambos dirigidos por Humberto Mauro. As produções do cinema educativo, que tinham como finalidade instruir a juventude sobre a nossa história, acatavam os princípios da História oficial, e se por um lado pareciam servir aos objetivos da Escola Nova, por outro ajudavam a sacramentar mitos nacionais”*¹⁸⁶.

Em resumo da década de 20 aos anos 70 o filme teve esta conotação. Contudo podemos perceber que ao longo destas décadas a forma como o cinema seria analisado em sala de aula, tanto pelos alunos quanto pelos professores foi mudando. Segundo Eduardo Morettin, a partir dos anos 70, “o cinema, elevado à categoria de “novo objeto”, é

¹⁸³ PEREIRA, Lara Rodrigues; SILVA, Cristiani Bereta da. Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História. v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 318-335, jul./dez. 2014 I Disponível em www.upf.br/seer/index.php/rep. Pp: 319.

¹⁸⁴ ABUD, Katia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. História. São Paulo, v.22, n. 1, pp. 183 a 193, 2003. Pp: 186.

¹⁸⁵ ABUD, Katia Maria. Op. Cit. ibidem.

¹⁸⁶ ABUD, Katia Maria. Op. Cit. ibidem.



definitivamente incorporado ao fazer histórico dentro dos domínios da chamada História Nova. Um dos grandes responsáveis por essa incorporação foi o historiador francês Marc Ferro¹⁸⁷.

Cabe ainda mencionarmos que o emprego da cinematografia em sala de aula foi modificada ao longo do tempo e aqui no Brasil foram institucionalizados através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – História (PCNs), publicados em 1998. Com base no art. 210 da Constituição Federal, os PCNs teriam a prerrogativa de fixar “conteúdos mínimos” com a finalidade de “assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos”¹⁸⁸. Desta forma, percebe-se que o cinema, tornasse um aporte teórico e metodológico dos professores. Ou seja, percebe-se a valorização do uso de “diferentes fontes na consecução dos objetivos do ensino de História”¹⁸⁹. Por este Caminho, os PCNs apontam o cinema como uma importante fonte, e a citação abaixo deixa isso claro:

“No caso do trabalho didático com filmes que abordam temas históricos é comum a preocupação do professor em verificar se a reconstituição das vestimentas é ou não precisa, se os cenários são ou não fiéis, se os diálogos são ou não autênticos. Um filme abordando temas históricos ou de ficção pode ser trabalhado como documento, se o professor tiver a consciência de que as informações extraídas estão mais diretamente ligadas à época em que a película foi produzida do que à época que retrata. É preciso antes de tudo ter em mente que a fita está impregnada de valores, compreensões, visões de mundo, tentativas de explicação, de reconstituição, de recriação, de criação livre e artística, de inserção de cenários históricos construídos intencionalmente ou não por seus autores, diretores, produtores, pesquisadores, cenógrafos, etc. [...] Todo o esforço do professor pode ser no sentido de mostrar que, à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentido e verdades plurais. São valiosas as situações em que os alunos podem estudar a história do cinema, a invenção e a história da técnica, como acontecia e acontece a aceitação do filme, as campanhas de divulgação, o filme como mercadoria, os diferentes estilos criados na história do cinema, a construção e recriação das estéticas cinematográficas etc”¹⁹⁰.

¹⁸⁷ MORETTIN, Eduardo Victório. O Cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 1, n. 38, p. 11-42, jan.-jun. 2003. Pp:12.

¹⁸⁸ PEREIRA, Lara Rodrigues; SILVA, Cristiani Bereta da. Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História. v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 318-335, jul./dez. 2014 I Disponível em www.upf.br/seer/index.php/rep. Pp: 323.

¹⁸⁹ PEREIRA, Lara Rodrigues; SILVA, Cristiani Bereta da. Op. Cit. Ibidem. pp: 323.

¹⁹⁰ BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História/Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.



Os PCNs destacam alguns métodos, meios que cada professor poderá utilizar para usar as películas fílmicas em suas aulas. Neste trecho também fica evidente a legitimação do cinema como uma fonte histórica. No entanto, em 26 de junho de 2014 a então presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff¹⁹¹, sancionou a Lei nº 13.006/14, que acrescentou o parágrafo 8º ao artigo 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei Diretrizes e Base da Educação), estabelecendo a obrigatoriedade das exibição de películas fílmicas de produção brasileira nas escolas de educação básica, públicas e particulares, de todo o território nacional; tendo como redação: “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais”¹⁹².

O filme pode ser interpretado como um reflexo da sociedade pela qual ele foi produzido. Surgindo em finais do século XIX, o “*Cinema*” provocou uma revolução da imagem durante o século XX e continua a provocar no século XXI novas formas de percepção do mundo, bem como, é através deste objeto que muitas culturas ganham vidas para além de suas fronteiras. Essa máquina de imagens vislumbra o passado, o presente e o futuro, proporcionando um imaginário próprio e uma nova forma de compreensão do campo político, econômico e social.

Os filmes apresentam o pedaço de um objeto, bem como a relação deste com a vitrine que o exhibe e o público que o assiste, nas palavras de Jean Baudrillard.¹⁹³ É ele que diz que estamos no “Tempo dos objetos”¹⁹⁴, em que estamos inseridos, que, atualmente, existe uma floresta ilimitada de imagens sedutoras que, de modo peculiar, seduz o olhar humano. Assim compreendido, o cinema é um objeto dentro de uma vitrine, que, ao ficar evidente sob o olhar de um indivíduo, seleciona as suas imagens, suas paixões, seus ódios, seus personagens favoritos, suas ideologias, além de outras questões imagéticas.

Ao analisarmos o filme dentro dos livros didáticos como objeto dentro de uma vitrine, inferimos que há nele um processo de sacralização, ou seja, o vidro da tela de cinema/televisão dá a ele um toque especial, único e intocável. Esse objeto, enquanto está dentro da vitrine, possui um valor intrínseco, e após sair da vitrine perde seu valor levando-o a

¹⁹¹ ROCHA, Luís Henrique Dias. O CINEMA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: APONTAMENTOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS COLEÇÕES APROVADAS NO PNLD/2018. Disponível em: < <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3034/2897>>. Acessado em: 15/11/2021

¹⁹² BRASIL, Lei 13.006/2014. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>.

¹⁹³ Jean Baudrillard apud RAMOS, Francisco Régis Lopes. “O Jogo das Vitrines”. In: RAMOS, F. R. L., “A Danação do Objeto – O Museu do Ensino de História”. Chapecó: Argos, 1ª reimpressão – 2008. pp: 67.

¹⁹⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes. “O Jogo das Vitrines”. Op. Cit., Ano 2008, pp: 67.



uma desvalorização que, “*mais cedo ou mais tarde, transforma-se em algo fora de uso, sem a sua sacralidade que o envolvia*”.¹⁹⁵

No início do século XX, o cinema não tido por muitos pesquisadores como um objeto tecnológicos e em alguns casos não era considerado uma expressão artística. Com o passar do tempo e a partir dos avanços tecnológicos, da reprodutividade de técnicas e das melhorias nos equipamentos, o cinema se tornou um renomado espetáculo, sendo caracterizado hoje como uma grande obra de arte. Sua evolução acompanhou a exigência de seus espectadores e cada vez mais deu “asas” às imaginações dos indivíduos, além das volumosas bilheterias de cinema que fazem sucesso com o público mais jovem.

Por outro lado, nos lembra o historiador Marc Ferro que o cinema, no início do século XX, não era bem recebido pelas pessoas cultas, citando Georges Duhamel para quem o cinema era “*uma máquina de embrutecimento e de dissolução, um passatempo de iletrados, de criaturas miseráveis iludidas por sua ocupação. [...] o filme é considerado como uma espécie de atração de feira, [...]*”¹⁹⁶.

É ainda esse historiador que tanto se dedicou ao estudo de cinema como registro e objeto importante para a História, que nos lembra das dificuldades que marcaram esse campo de estudo. O mundo acadêmico sacudiu-se com essa nova abordagem historiográfica. Naquele momento, somente se abordava/escrevia sobre a história quantitativa,¹⁹⁷ como salienta Ferro. “*Em meados do século XX, tudo o que possuía a imagem era uma legitimidade contestada; apenas sua alta aristocracia – a pintura, os museus, as coleções – podiam adentrar as portas do mundo da cultura ou do poder*”¹⁹⁸.

O grande questionamento dos historiadores foi compreender o binômio **cinema-história**. Atualmente, entretanto, ao observar os filmes, já não cabe mais criticar o diretor ou o roteiro, mas sim a sua conotação histórica, ou seja, a percepção do registro historiográfico que o filme retrata em seu roteiro.

Segundo Jorge Nóvoa, no artigo, “*Apologia da Relação Cinema-história*”, na contemporaneidade, nenhuma obra se impôs tanto como o filme fez. Um cientista social, um psicólogo e um psicanalista conseguiram compreender que o cinema era um “*modelador de*

¹⁹⁵ RAMOS, Francisco Régis Lopes. “O Jogo das Vitrines”. Op. Cit., Ano 2008, pp: 68.

¹⁹⁶ Ferro, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. “*História: novos objetos*”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp: 201.

¹⁹⁷ Ferro, Marc. “Cinema e História”. Tradução Flávia Nascimento – São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp: 09

¹⁹⁸ Ferro, Marc. “Cinema e História”. *ibidem*. pp: 09



mentalidades, sentimentos e emoções de milhões de indivíduos, de anônimos agentes históricos, mas também como registro do imaginário e das ações dos homens nos vários quadrantes do planeta".¹⁹⁹

Cabe a nós destacar que essa interferência do cinema aconteceu por meio de ações que tornaram o filme eficaz como uma máquina de reprodução da realidade, do cotidiano, da ficção, dentre outras modalidades pelas quais este veículo produziu e se reproduziu. De acordo com o historiador Marc Ferro o cinema se tornou, até mesmo, uma arte de iludir os iletrados, de explicar por um viés mais simples os fatos não tão históricos.

O autor ainda menciona que o filme ajuda na compreensão de uma história não oficial, na qual os arquivos escritos, muito frequentemente, nada teriam além da memória conservada pelas instituições que os guardam, desempenhando, desta maneira, um papel importante na história, além de contribuir para uma conscientização da população. Corroborando com a análise de Marc Ferro, Jorge Nóvoa ressalta que o filme possui uma eficácia como um instrumento formador de consciência tautócrono²⁰⁰ como uma função de agente da história. O autor ainda aponta que:

*"[...] os filmes podem e devem ser tratados como documentos para a investigação historiográfica do mesmo modo que a literatura, a pintura, a arquitetura e os monumentos. [...] O cinema tornou-se um insubstituível instrumento de produção e difusão, não de consciência real, muito menos de ciência, mas de massificação de ideologia mantenedora do status quo"*²⁰¹.

Com isso, torna-se evidente que o cinema será um propulsor de ideias, de culturas, de educação, de visões, de realidades, de ficção, de sociedade e sociabilidade, imprimindo sua influência em vários períodos. Isso o coloca como um instrumento contra a grande massa da população, que, alienada de seus deveres, quase não percebeu o seu uso indiscriminado.

¹⁹⁹NÓVOA, Jorge. "Apologia da relação cinema-história". Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/Cinema_tX_NOVOA_apologiacinemahistoria%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/Cinema_tX_NOVOA_apologiacinemahistoria%20(1).pdf)> acessado em: 30/05/2016. pp: 01.

²⁰⁰ Segundo a Enciclopédia da Conscienciologia "a sincronicidade; a sincronicidade universal; a expressão coincidências significativas proposta por Carl Gustav Jung (1875–1961); a interconectividade cósmica; o fluxo cósmico; as sincronicidades em geral; a complexidade dos fenômenos das sincronicidades; as ocorrências ao mesmo tempo; as sincronicidades despercebidas; a sincronicidade do conjunto dos fatos integrados evidenciando a interação mais lúcida da consciência com o fluxo do Cosmos; [...] a intrassincronicidade atuante nos fatos das pesquisas; as instituições tautócronas; as sincronicidades evolutivas; o Universalismo; a Tudologia; a sincronicidade dos temas, dos fatos ou das realidades compoendo a Tudologia; as reações em cadeia das associações de ideias cosmoéticas". Disponível em: <<http://67.223.248.71/tertulias/Verbetes/Sincronicidade>> acessado em: 05/07/2016

²⁰¹ NÓVOA, Jorge. "Apologia da relação cinema-história". Op. Cit. pp: 06



Não por acaso, o cinema seria utilizado pelo Estado como máquina manipuladora da opinião pública. Um exemplo deste uso pode ser encontrado/verificado nos governos de Adolf Hitler, Benito Mussolini e Josef Stalin. É importante ainda compreendermos que estes governos são de origem autoritária e violenta, sendo todos de origens europeias. Aqui, nas Américas, no entanto, os EUA também utilizou este método para propagar o “*American way of life* (jeito ou estilo americano de vida)” e difundir a sua hegemonia norte americana. De acordo com Marc Ferro:

“[...] os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar dele e pô-lo a seu serviço: em relação a isso, as diferenças se situam ao nível da tomada de consciência e não ao nível das ideologias, pois tanto no Ocidente como no Leste os dirigentes tiveram a mesma atitude [...]”²⁰².

Os filmes, de uma forma geral, são considerados como um veículo de comunicação e entretenimento que possui um objetivo no campo da política, da ideologia e do social-cultural. Além disso, normalmente, os filmes desejam criticar ou enaltecer alguma situação, ou mesmo retratar algum acontecimento histórico ou apenas fazer uma história fictícia. Portanto, é por meio do ponto de vista do seu idealizador que a sua produção deve passar uma verossimilhança para seus espectadores, aproximando-o o máximo possível da realidade, e para isso, são utilizados efeitos especiais, cenário característico do período retratado, figurinos específicos, dentre outros apetrechos.

Sendo assim, entendemos que vários estudiosos (cineasta, diretor, historiadores, psicólogos, sociólogos, dentre outras categorias) buscaram instrumentalizar o cinema de uma forma que pudesse mostrar outras versões dos acontecimentos, dos fatos, procurando ilustrar a forma como a qual eles se sucederam ou de como poderiam ter sido.

Localizamos 3 filmes que representam a história de Canudos: a) o longa-metragem de ficção do diretor Sérgio Rezende, “Guerra de Canudos”, que teve a participação de José Wilker, Cláudia Abreu, Paulo Betti, e Marieta Severo (1997); b) o documentário de Ipojuca Pontes “Canudos”, com a participação de Walmor Chagas (1978); c) o filme “Os sete Sacramentos de Canudos (Die Sieben Sakramente Von Canudos)”, produzido por Peter

²⁰² Ferro, Marc. “Cinema e História”. *ibidem* pp: 16



Przygodda para a ZDF alemã, com a participação dos cineastas brasileiros Joel de Almeida, Jorge Furtado, Otto Guerra, Luiz Alberto Pereira, Pola Ribeiro, Ralf Tambke e Sandra Werneck (1996). Todos esses filmes citados, de alguma forma, procuraram apresentar diferentes versões do ocorrido, indo além da história tradicional e da versão historiográfica dos vencedores da guerra. Esses filmes tiveram o propósito de retomar a memória deste povoado, aproximando-se da versão dos que perderam a guerra.

Do conjunto de livros analisados nesta pesquisa, nove livros fazem indicações sobre filmes da Guerra de Canudos. Buscamos compreender se os filmes eram indicados como complementares à aula e/ou se houve alguma menção ou interlocução com a narrativa/explicação fílmica.

Nos livros de Patrícia Ramos Braick, Nelson Piletti e Claudino Piletti, Renato Mocellin, Jucenir Rocha, Flávio Berutti, não há menção a algum filme que retrate o Arraial de Belo Monte, nem no corpo do texto, nem como sugestão de atividade extras ou no final do livro como uma bibliografia complementar.

Francisco M. P. Teixeira, Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi e Maria Raquel Apolinário, apresentaram, nos seus livros didáticos, filmes que abordam a Guerra de Canudos.

O primeiro livro em que encontramos a menção de filmes foi do autor Francisco Teixeira. Após apresentar a narrativa da guerra insere a clássica foto do fim do conflito, de Flávio de Barros, retratando o contingente de pessoas que sobrou após a luta sangrenta entre conselheiristas e o exército. Ao mesmo tempo, Teixeira coloca um quadro intitulado: “*História e Cinema*” indicando três filmes diferentes: “*Guerra de Canudos*”, de Sérgio Rezende, 1997; “*O cangaceiro*”, de Lima Barreto, 1953 e “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, de Glauber Rocha 1964. Com isso percebemos que este autor coloca o filme como um complemento visual da narrativa, ou seja, o texto não dialoga com as películas mencionadas pelo autor. Cada aluno deverá assistir por si só os filmes.

O segundo livro é de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi que refletem sobre os desdobramentos dos “movimentos messiânicos”. Canudos seria um desses movimentos. No meio de sua narração da história, os autores indicam o filme: “*Guerra de Canudos, de Sergio Resende, 1997*”. Neste livro a indicação do filme é quase uma nota de rodapé o que revela a falta de uma alusão maior entre a narrativa da Guerra, que os autores contam, com os filmes que foram produzidos no decorrer do século.



O terceiro Livro é de Maria Apolínario que retrata Belo Monte com textos, fotos de Flávio de Barros, e até um pequeno mapa que indicava a localização de Canudos. Do lado direito da página, quase chegando no seu fim, tem um quadro escrito: sugestão de filme – “*Guerra de Canudos, de Sergio Resende, 1997*”.

Nos três livros analisados o filme “*Guerra de Canudos, de Sergio Resende, 1997*” foi o aquele proposto para aprofundamento caso os alunos tivessem interesse. Por este motivo se faz necessário apresentá-lo para compreender essa referencialidade.

“A ficha catalográfica: Ficção, 170 min. 1997, Brasil; Direção e Roteiro: Sérgio Rezende; Elenco: Cláudia Abreu, José Wilker, Paulo Betti, Marieta Severo, Selton Mello, Roberto Bomtempo, Tônico Pereira. Locações: Junco do Salitre (Juazeiro - BA) Produção: Morena Filmes/Mariza Leão. Sinopse: “Guerra de Canudos (1896/97): conflito entre as tropas federais e os sertanejos, seguidores do líder religioso Antônio Conselheiro. É nesse contexto, que aparece a história de uma família, seguidora de Conselheiro. Pais e irmãos seguem sua peregrinação, mas Luiza, a filha mais velha, se recusa a continuar. A família segue seu destino até Belo Monte, região de Canudos, onde junto com os demais fiéis de Conselheiro, tentam resistir aos vários ataques dos soldados que desejam acabar com Canudos, que não se rende. O grupo de fiéis encontra força no ideal que defende”²⁰³.

Cabe ainda destacar que, nessas três coleções, constam menções de filmes que são apresentados através/ de boxes, quadros, sugestões nos quais se apresentam algumas películas dos temas abordados neste capítulo. Apesar disso, ao abordar o tema percebemos que são poucos os livros que usam os filmes que abordam a Guerra. Saber compreender o filme analisado em sala de aula contribui para que os alunos estejam aptos a analisar outros exibidos em casa ou no cinema. Este preparo é importante para ampliação dos conhecimentos dos alunos dentro e fora dos muros da escola, além de ser um componente da BNCC.

²⁰³ Adoro Cinema. Disponível em: <<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-118416/>>. Acessado em 10/07/2019.



Conclusão Final

Em suma, concluímos que o sertão brasileiro que, outrora, fora lavado com o sangue de sua própria gente, hoje vive a mercê de uma memória latente e velada pelos seus poucos representantes desta fatídica guerra. Este trauma persiste em nossa historiografia, ora vista tendo sido levada a cabo por selvagens que desafiaram o poder do novo sistema governamental, ora vista pela carnificina que dizimou centenas de sertanejos. A derrota e destruição de Canudos seguiu-se como um duro combate à memória de toda a experiência vivida no povoado. O contingente que sobreviveu em condições sub-humanas, após sofrer com as atrocidades da guerra, foi condenado pelos vencedores à dispersão, cujo objetivo era o apagamento da memória de seu passado. O nosso objetivo, neste trabalho, foi mostrar como essa memória ainda está viva, além de ser um ponto importante da nossa história e que até os dias atuais é narrado nos livros didáticos.

Ao longo desta dissertação nos propusemos a responder algumas de nossas hipóteses/perguntas sobre como é que a Guerra de Canudos é abordada nos livros didáticos. Quais são as informações que os livros apresentam deste combate? Em qual período da história brasileira Belo Monte é identificada? Quais imagens e filmes os livros apresentam deste conflito? De que forma a narrativa histórica é apresentada nos livros?

Para tal, começamos contando a história da Guerra de Canudos pelo viés historiográfico, tanto das concepções de Euclides da Cunha quanto dos escritores que participaram da Guerra e registraram as suas memórias como é o caso do escritor Alvim Martins Horcades. No capítulo 01, fizemos uma problematização desta historiografia com as vertentes que foram narradas ao longo de vinte anos do PNL, além de salientar o ano que Canudos começa ser narrada nos livros didáticos.

No segundo capítulo, baseada no aporte da Análise de Conteúdo, selecionamos nove livros entre o Ensino Fundamental e Médio que contasse a história da Guerra de Canudos. A segunda análise realizada foi a das fotografias associadas aos textos. Debates os autores que indicam o quão importante é o uso das fotografias na pesquisa e no ensino. Da mesma forma assim fizemos com a questão do filme.

Neste capítulo também abordamos a Metodologia Mista, cruzando aspectos qualitativos e a quantitativos, ou seja, usamos alguns gráficos, tabelas e outros elementos



buscando “*o entendimento da complexidade humana em suas mais minuciosas nuances, uma vez que o homem, bem como a sua intenção com a sociedade que o envolve*”²⁰⁴. Esta metodologia proporcionou a nossa pesquisa um entendimento mais apurado dos dados que trabalhamos.

No decorrer desta dissertação procuramos enunciar/expor que a narrativa da Guerra de Canudos se diferencia de autor para autor percebendo como cada um apresenta a narrativa concernente ao tempo em que ela esta sendo produzida. Um exemplo é olharmos o capítulo 1 e perceber que a Guerra teve uma cobertura jornalística nacional e internacional, bem como a publicação de números livros, poemas, artigos, textos acadêmicos dentre outros. Este é um dos acontecimentos históricos brasileiros de maior impacto social e econômico, por conta do quantitativo de mortes tanto do lado dos vencidos (o exército) quanto dos conselheiristas.

Desta forma, inferimos que esta metodologia qualitativa ofereceu um entendimento para a nossa pesquisa e a metodologia quantitativa nos permitiu analisar um amplo quantitativo de livros didáticos, que norteou o nosso estudo e como mencionamos, embora as duas abordagens sejam diferentes entre si, esta dissertação permitiu evidenciar que elas não se antagonizam, mas que, destacando suas especificidades, ambas permitiram para sanar algumas lacunas que verificamos em nossa pesquisa. Numa frase, há de se observar as particularidades de cada abordagem, adequando-as como ferramentas para nos possibilitar chegar a uma investigação mais adequada do nosso objeto de estudo.

A metodologia Mista e as análises tornaram o nosso estudo viável no campo historiográfico. A Guerra de Canudos faz parte da história nacional e que a república brasileira estava se instalando, se consolidando como um regime político, e, assim, estava construindo uma identidade republicana brasileira. A imagem de um Arraial, Belo Monte, no sertão da Bahia, com pessoas sendo agentes políticos, organizadores de sua própria existência que cultuavam um catolicismo mais humanitário, diferente do catolicismo tradicional traria de fato ambição das elites e dos padres o desejo de aniquilamento deste local ou a sua dispersão. O regime republicano tinha entre seus projetos um novo modo educacional, e colocaria em evidência os seus grandes feitos por isso a importância de mostrar o aniquilamento de Belo Monte não somente físico, mas também a memória.

²⁰⁴ FIORESE, Romeu. Op. Cit. ibidem. pp: 03.



Os livros didáticos analisados, já de finais do século XX e princípios do XXI, inserem-se nesse debate ora incorporando elementos da historiografia tradicional ora daquela que procurou rever o evento. Inserido no capítulo das contestações ao regime oligárquico, o conflito de Belo Monte foi eleito como um dos eventos que mostram que o regime recém instaurado não era unânime nem mesmo para todos. A narrativa escolar enfatiza o protagonismo daqueles que se lançaram na construção de uma vida melhor e que foram duramente reprimidos por agentes dos grupos hegemônicos controladores do Estado brasileiro. A narrativa escrita associa-se, no mais das vezes, às imagens fotográficas – e, em menor escala à imagem fílmica – no destaque de que homens e mulheres, liderados pelo Conselheiro, buscavam transformar sua realidade e, por isso, foram vistos como inimigos da ordem instituída. Essa é uma questão importante para pensarmos e discutirmos com nossos alunos: Como seria tratado um movimento similar hoje?



Referência Bibliográfica:

4.1-Fontes primária: Livros e Guias didáticos:

- ALVES, Kátia Correia Peixoto. “Os Rumos da Humanidade”, 7ª série, Editora Vigília, 1997.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho e RIBEIRO, Vanise Maria. “Piatã - História”, 8º ano, Curitiba: Editora Positivo, 2015.
- APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá - História”, 9º ano, São Paulo: Editora Moderna, 2014.
- BERUTTI, Flávio. “Caminhos do Homem”, Volume 2, Curitiba, Paraná: Editora Base, 2013.
- Berutti, Flávio. “Tempo e espaço”, 7ª série, Belo Horizonte: Formato Editorial, 2006.
- CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Mirian e CLARO, Regina. “História nos Dias de Hoje”, 9º ano, São Paulo, Editora Leya, 2015.
- CARMO, Sonia Irene Silva Do. “História: Passado Presente - Moderna e Contemporânea”, 8ª série, Editora Atual, 1997.
- Duarte, Gleuso Damasceno. “Coleção Jornada para o nosso tempo”, 8ª série, Belo Horizonte, Editora Lê, 2002.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 1997: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1996.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 2002: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2001.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 2005: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 2008: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- Guia de Livros Didáticos: PNLEM 2008: História. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 2011: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 2012: História. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- Guia de Livros Didáticos: PNLD 2014: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.



Guia de Livros Didáticos: PNLD 2015. História. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

Guia de Livros Didáticos: PNLD 2017: História. Ensino Fundamental II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

JUNIOR, Roberto CATELLI. “Conexão História”, Volume 2, São Paulo, Editora AJS, 2016.

MARQUES, Adhemar Martins. “Pelos Caminhos da História”, Volume 2, Curitiba, Editora Positivo, 2009.

MESQUITA, João Paulo; FERREIRA, Hidalgo e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. “Nova História Integrada”, Volume 3, Campinas - São Paulo, Editora Companhia da Escola, 2016.

MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição Aparecida e JUNIOR, Roberto CATELLI. “História temática: diversidade cultural e conflitos”, 8ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2000.

MOTOOKA, Débora Yumi; NEMI, Ana Lucia Lana; BARBOSA, Muryatan e REIS, Roberti dos. “Para Viver Juntos - História”, 8ª série, São Paulo, Editora SM, 2012.

PANAZZO, Sílvia; VAZ, Maria Luíza Albiero. “Jornadas. Hist-História”, 8º ano, São Paulo, Editora Saraiva Livres Editores, 2015.

PANAZZO, Sílvia; VAZ, Maria Luíza Albiero. “Navegando pela História”, 4º volume, São Paulo, Editora Quinteto, 2001.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado e GRINBERG, Keila. “Vontade de Saber História”, 9ª ano, São Paulo, Editora FTD, 2009.

PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. “História e Vida Integrada”, 7ª série, São Paulo, Editora Ática, 2003.

SCHMIDT, Mario Furluy. “Nova História Crítica”, Volume único, São Paulo, Editora Nova Geração, 2009.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo e SERIACOPI, Reinaldo. “História em Movimento: do Século XIX aos Dias de Hoje”, Volume 3, São Paulo: Editora Ática, 2013.

STAMPACCHIO, Léo; MARIANO, Denise Mattos. “Série Link do Tempo: História”, 3º volume, São Paulo, Editora Escala Educacional, 2009.

4.2-Historiografia:



ALVES, Doralice Dias. “O movimento de Canudos no ensino de história”. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/doralice_dias_alves.pdf. Acessado em: 05/10/2017.

ABUD, Katia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. História. São Paulo, v.22, n. 1, pp. 183 a 193, 2003.

BECOSTA, Marcus Levy. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. História vol.30 no.1 Franca Jan./June 2011.

BRASIL, Lei 13.006/2014. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf Acesso: 14/01/22.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 - Disponível em: <https://monografias.brasilescuela.uol.com.br/regras-abnt> - Acesso: 14/01/22

FERRO, Marc. “**Cinema e História**”. Tradução Flávia Nascimento – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FERRO, Marc. “*O filme: uma contra-análise da sociedade?*”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. “*História: novos objetos*”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FIORESE, Romeu. Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico. João Pessoa: EDU, 2003.

FONSECA, Vitória Azevedo Da. FILMES NO ENSINO DE HISTÓRIA NA VISÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS: “USE COM MODERAÇÃO”. REVISTA LABIRINTO ANO XVI Volume 24 Número 2 (JAN-JUN) 2016 PP. 57-70.

GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M.. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: Uma visão holística do objeto em estudo. In: VIII SEMEAD - Seminário em Administração, 2005, São Paulo - São Paulo. VIII SEMEAD, 2005. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf> Acesso: 14/11/21.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. “*Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*”. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.



JESUS, Miriam Cândida de. A classificação facetada no Brasil [recurso eletrônico]: análise da produção científica. 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35649/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Miriam%20C.%20de%20Jesus_2020.pdf Acesso: 14/01/22.

KORNIS, MÔNICA ALMEIDA. “*História e Cinema: um debate metodológico*”. Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/1940-3419-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/1940-3419-1-PB%20(1).pdf)> acessado em: 30/05/2016.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5 ed. Campinas: UNICAMP. 2003.

LERA, Josep María Caparrós e ROSA, Cristina Souza da Rosa. O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de história. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 189-210, jul. / out. 2013.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. FEA-USP. São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

ODIN, Roger. “*Filme documentário, leitura documentarizante*”. Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/71238-95273-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/71238-95273-1-SM%20(1).pdf)> acessado em: 30/05/2016.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi & BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 2(1), 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701>>. Acessado em 20/01/2022.

PEREIRA, Lara Rodrigues; SILVA, Cristiani Bereta da. Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História. v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 318-335, jul./dez. 2014 I Disponível em www.upf.br/seer/index.php/rep. Pp: 319.

ROCHA, Luís Henrique Dias. O CINEMA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: APONTAMENTOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS COLEÇÕES APROVADAS NO PNLD/2018. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3034/2897>>. Acessado em: 15/11/2021.

RODRIGUES FILHO, José. Anotações de palestras e seminários. Programa de Pós-Graduação em Administração. Curso de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Paraíba. 2004.



SILVA, Angélica Aparecida Ferreira da. Panorama quantitativo e qualitativo das teses sobre creche na área de educação (2007 a 2011). Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16644/1/2014_Ang%C3%A9licaAparecidaFerreiraDaSilva.pdf Acesso: 14/01/22.

Tatiane Daby de Fatima Faria Rodrigues, Guilherme Saramago de Oliveira, Josely Alves dos Santos. Revista Prisma, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <http://revistaprisma.emnuvens.com.br> Acesso: 14/11/21.

_____ O QUE É PESQUISA QUANTI-QUALI? Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/blog/pesquisa/ quanti-quali> Acesso: 14/11/21.

_____ Pesquisa Quali-Quantitativa: o que é, como fazer e exemplos? - Disponível em: <https://regrasparatcc.com.br/primeiros-passos/pesquisa-quali-quantitativa/> Acesso: 14/11/21.

_____ Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. Autor: Charles Kirschbaum - Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gMvf8BmhVTVVy76wnBkVnnF/?lang=pt> Acesso: 14/11/21.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa- Portugal: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1993.

BITTENCOURT, Circe; ALMEIDA, Adriana Mortara. “O saber histórico na sala de aula”. 5. Ed. São Paulo: contexto, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETEIRO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda (org.). Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre: Artimed, 2007.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/lei_9.394_de_1996.pdf. Acessado em 25/09/2017.



CANDAU, V era Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHOCARVALHO, JOSÉ MURILO. “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi”. 3a. ed. 8a. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de; LESSA, Renato; VIANA, Luiz Werneck. “República no Catete”. In: “O Estado Novo e a ‘Ampliação’ Autoritária da República: o contexto dos anos 30”. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CHARTIER, Roger *apud* LIMA, Maria. Ensinar a escrever no âmbito do Livro Didático de história. RJ: FGV Editora, 2009, p: 227.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, SP, v.30, n.3, p: 549-566, set./dez. 2004

CUNHA, Euclides da. “Os Sertões”. Rio, Laemmert & Cia. Editôres, 1915. 15ª Ed.

CURY, Carlos Roberto Jamil. “A QUESTÃO FEDERATIVA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR”. In: Romualdo Portela de Oliveira e Wagner Santana. org. “Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade”. – Brasília: UNESCO, 2010. p: 300.

FERNANDES, Magda Carvalho. Vinte e cinco anos do PNLD: uma trajetória de negociações entre política educacional e econômica. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória: SBHE/UFES, 2011, p: 1-14.

FRANCO, Aléxia Pádua. “Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos Livros Didáticos de história”. In: Marcelo de Souza Magalhães [et al.] org. “Ensino de história: usos do passado, memória e mídia”. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p: 154.

GABRIEL, Carmen Teresa. Exercícios com documentos nos Livros Didáticos de história: negociando sentidos da história ensinada na educação básica. RJ: Editora FGV, 2009.

GERMINARI, Geyso D. e MOURA, Anderson Fagundes de. “Livro Didático de história, entre conteúdos e epistemologia”. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.211.11>. Acessado em 21/09/2017.

LIMA, Maria. Ensinar a escrever no âmbito do Livro Didático de história. RJ: FGV Ed, 2009.

LOBO, Aristides. Político e jornalista republicano. (Diário Popular. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889). Está transcrito na biografia por A. de LYRA TAVARES. Aristides Lobo e a República. Rio de Janeiro: vol. 205 da Coleção Documentos Brasileiros, 1987, pp. 26 e 27. Vide tb. Os Bestializados de José Murilo de CARVALHO. Rio de Janeiro: das Letras, Companhia 1987.



MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MUNAKATA, Kazumi. O Livro Didático: alguns temas de pesquisa. Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3 [30], set./dez. de 2013, p.179 - 197.

ORLANDI, Eni Puccinelli *apud* ALÓS, Anselmo Peres. “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 15/3 (esp), p. 389-394, dez. 2012.

Portal do MEC. “Ensino Fundamental de Nove Anos – Apresentação”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos>>. Acessado em: 20/10/2017.

REIS. J. C. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 9. Ed. ampla. – RJ: ed: FGV, 2007

ROCHA, Helenice. Livro Didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. RJ: FGV Editora, 2017.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O Livro Didático como política pública: perspectivas históricas. RJ: FGV Editora, 2017.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do Livro Didático. Educação e Realidade, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p: 803 - 821.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: Vozes das cidades. In: Revolução e Democracia. Org: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. Pg:411.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Movimentos sociais. Disponível em <<https://www.preparaenem.com/sociologia/movimentos-sociais.htm>>. Acessado em 24/01/2021.

Bobbio, Norberto - Dicionário de política. Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

SÁ, Antônio F. A de. Canudos Plural: Memórias em Confronto nas Comemorações dos centenários de Canudos (1993/1997). In: Revista de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília: Departamento de História, UNB, 1998.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural?”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LAVILLE, Christian. A Guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.19, nº38, 1999, p.125-138.

LE GOFF, Jacques. Memória. In__ História e Memória. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.



MELLO, Josefina Carmen Diaz de. História da disciplina Didática geral em uma escola de formação de professores: (re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, SETEMBRO 2002.

NASCIMENTO, Diego Da Luz. Identidade e Ensino de História: Um Estudo de Livros Didático. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

ZILLY, Berthold. Quadros e cenas de uma Guerra: a história encenada em: os sertões de Euclides da Cunha. Disponível em <<http://filipe.tripod.com/zilly2.htm>>. Acessado em: 03/01/2020

ZILLY, Berthold. “Notícias do fim do mundo: Canudos foi um evento de mídia global, com ampla cobertura em jornais europeus. Leitores ingleses souberam do fim do conflito antes dos brasileiros”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: “Canudos Guerra dos Brasis”. Rio de Janeiro, Nº 111, Ano 10, Dezembro de 2014. pp: 37-38.

Referências Bibliográficas:

ALVIM, Yara Cristina. O Livro Didático na Batalha de Idéias: Vozes e Saber Histórico no Processo de Avaliação do PNLD. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 1993.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019

_____. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938, que Estabelece as condições de produção, importação e utilização do Livro Didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de Dezembro de 1945, que Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do Livro Didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019.



_____. Decreto nº 58.653, de 16 de Junho de 1966, que Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58653-16-junho-1966-378849-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 68.728, de 9 de Junho de 1971, que Provê sobre a política do livro técnico e do Livro Didático e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 77.107, de 4 de Fevereiro de 1976, que Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Lei nº 7091, de 18 de abril de 1983, que Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985, que Institui o Programa Nacional do Livro Didático , dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em 20/12/2019.

CASTRO, Jorge Abrahão. “O processo de gasto público do Programa do Livro Didático”. Texto para Discussão no 406. Ipea, mar. 1996.

DAHER, Del Carmen; FREITAS, Luciana Maria Almeida de E SANT’ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. Breve trajetória do processo de avaliação do Livro Didático de língua estrangeira para a educação básica no âmbito do PNLD. Eutomia, Recife, 11 (1): 407-426, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/janai/Downloads/234-587-1-PB.pdf>>. Acessado em 23/12/2019.

FNDE. Histórico. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>>. Acessado em: 28/12/2019.



FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. *O Livro Didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Neli Klix & RODRIGUES, Melissa Haag. O LIVRO DIDÁTICO AO LONGO DO TEMPO: A FORMA DO CONTEÚDO. DA Pesquisa, Florianópolis, v.3 n.5, p.300-307, 2008.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 70, Abril/00.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Plano Decenal de Educação para Todos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>>. Acesso em: 02 de mai. 2020.

WITZEL, Denise Gabriel. *Identidade e Livro Didático: movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa*. Maringá, 2002. 181 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá.